



**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**  
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**MARÇO/2016**



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da INTCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria-TCU nº 321/2015.

## LISTA DE QUADROS

I - Quadro - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual .....	7
II - Quadro - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas .....	21
III - Quadro - Macroprocessos Finalísticos .....	24
IV - Quadro - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UJ – OFSS .....	59
V - Quadro - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total .....	73
VI - Quadro - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação .....	74
VII - Quadro - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Total .....	75
VIII - Quadro - Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários.....	77
IX - Quadro - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação .....	79
X - Quadro - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	80
XI - Quadro - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	80
XII - Quadro - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	81
XIII - Quadro - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos .....	81
XIV - Quadro - Concessão de suprimento de fundos .....	82
XV - Quadro - Utilização de suprimento de fundos.....	82
XVI - Quadro - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência .....	83
XVII - Quadro - Sistema de Controles Internos Avaliados .....	100
XVIII - Quadro - Força de Trabalho da UPC .....	112
XIX - Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva .....	112
XX - Quadro - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC .....	113
XXI - Quadro - Despesas do pessoal – R\$ .....	117
XXII - Quadro - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	121
XXIII - Quadro - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	124
XXIV - Quadro - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional .	127
XXV - Quadro - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	129
XXVI - Quadro - Custos com Locação e Manutenção de Imóveis Locados de Terceiros .....	131
XXVII - Quadro - Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis .....	137
XXVIII - Quadro - Deliberações do TCU no exercício .....	138
XXX - Quadro - Cumprimento das recomendações do OCI no exercício.....	145
XXXI - Quadro - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	151
XXXII - Quadro - Despesas com Publicidade e Propaganda .....	152

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	4
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS .....	7
2.1 Identificação da UJ.....	7
2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	7
2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão.....	9
2.4 Breve histórico do órgão .....	9
2.5 Ambiente de atuação .....	10
2.6 Organograma.....	16
2.7 Macroprocessos Finalísticos .....	24
2.7.1 Avaliação da Conformidade (Diretoria de Avaliação da Conformidade - DCONF).....	26
2.7.2 Acreditação de Laboratório (Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE).....	30
2.7.3 Garantia Metrológica (Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL e Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I - CORED) .....	33
2.7.4 Articulação Internacional (Coordenação-Geral de Articulação Internacional - CAINTE).....	38
2.7.5 Inovação e Tecnologia (Diretoria de Inovação e Tecnologia - DITEC).....	41
2.7.6 Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia (Diretoria de Metrologia Científica e Industrial -DIMCI) .....	43
2.7.7 Metrologia Aplicada às Ciências da Vida (Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - DIMAV).....	47
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL ..	55
3.1 Planejamento Organizacional.....	55
3.1.1 Objetivos do exercício .....	55
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	57
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....	57
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos .....	58
3.3 Desempenho Orçamentário.....	59
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	59
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....	72
3.3.3 Informações sobre a execução das despesas .....	73
3.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos .....	80
3.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....	81
3.4 Desempenho Operacional.....	84
3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	84
4. GOVERNANÇA .....	88
4.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	88
4.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados .....	88
4.3 Atuação da unidade de Auditoria interna .....	88
4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	99
4.5 Gestão de riscos e controles internos .....	100

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	102
5.1 Canais de acesso ao cidadão .....	102
5.2 Carta de Serviços ao cidadão .....	103
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	103
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	103
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	104
6.1 Desempenho financeiro do exercício .....	104
6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	104
6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	105
7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	112
7.1 Gestão de Pessoas .....	112
7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	112
7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal .....	117
7.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal .....	118
7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários .....	121
7.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura .....	124
7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	124
7.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros .....	129
7.3 Gestão da Tecnologia da Informação .....	133
7.3.1 Principais aspectos da gestão de TI .....	133
7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade .....	137
7.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras .....	137
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	138
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	138
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	145
8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário .....	151
8.4 Informações sobre as ações de Publicidade e Propaganda .....	152
RELATÓRIOS PARECERES E DECLARAÇÕES .....	153
9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE .....	153
9.1 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões .....	153
9.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas .....	154
9.3 Declarações de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento .....	155
9.4 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI .....	157

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo principal prestar contas aos órgãos de controle da União e à sociedade, destacando as prioridades do planejamento estratégico do Instituto e principais ações e resultados por macroprocesso finalístico. Complementarmente, objetiva fornecer dados de gestão, contábeis e orçamentários, indicadores de desempenho e declarações de integridade.

O Relatório Anual da Gestão apresentar-se-á conforme a ordem proposta no e-Contas, constante do sítio do Tribunal de Contas da União - TCU.

Antes de realçarmos as principais realizações, vale lembrar que as restrições orçamentárias causaram severas dificuldades financeiras, exigindo uma inteligência de gestão mais eficiente e eficaz, de modo que pudessemos preservar a consecução das atividades primordiais.

### **Principais realizações**

Em 2015, o governo, por meio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e para atender à Política Industrial, forneceu apoio técnico para o fortalecimento e modernização da indústria nacional, contribuindo também para a melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão. As ações do Instituto foram estruturadas em três eixos: Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão, Infraestrutura Técnica para Metrologia e Qualidade e Apoio a Programas de Governo e à Competitividade Sistêmica.

#### **i) Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão**

O INMETRO lançou, em agosto de 2015, o CERTIFIQ, um Banco de Dados no qual o cidadão pode consultar quais empresas possuem certificações ISO 9001 e ISO 14001, promovendo uma maior visibilidade das informações a respeito dessas certificações. O CERTIFIQ pode ser acessado no endereço [www.certifiq.INMETRO.gov.br](http://www.certifiq.INMETRO.gov.br).

O INMETRO participou de iniciativa mundial para monitoramento do comércio eletrônico de produtos irregulares, coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A ação, inédita no mundo, envolveu autoridades regulamentadoras de mais de 40 países, dentre eles Estados Unidos, Alemanha, Japão e Austrália. O papel do INMETRO foi identificar a comercialização de produtos regulamentados pelo Instituto que foram banidos e/ou que são objetos de *recall*, em domínios registrados no país. Durante a ação, foram encontrados 21 indícios de produtos inseguros (brinquedos e chupetas customizadas) sendo comercializados em 12 *sites* diferentes.

Em 2015, incrementou-se a cooperação técnica com a Receita Federal do Brasil, aumentando o número de ações de verificação de cargas em portos e aeroportos. A essa estratégia somou-se a diretriz de deslocar as ações de acompanhamento no mercado do varejo para toda a cadeia de fornecimento de produtos regulamentados, visando a aumentar a efetividade do processo e reduzir os custos da ação fiscal.

Foi desenvolvido um novo Regulamento Técnico Metrológico (RTM), pioneiro no mundo, para combater fraudes em bombas medidoras de combustíveis. O RTM prevê a utilização de instrumentos e dispositivos de segurança visíveis e invisíveis ao usuário, que utilizam criptografia digital e publicam o resultado inequívoco da medição por interface sem fio.

## **ii) Infraestrutura Técnica para Metrologia e Qualidade**

O INMETRO, no âmbito da Coordenação-Geral de Acreditação, foi avaliado por equipe internacional formada por técnicos de organismos congêneres, membros da *Inter-American Accreditation Cooperation* (IAAC). Essa avaliação permitiu a extensão de importante acordo de reconhecimento internacional do INMETRO para acreditação de Provedor de Ensaio de Proficiência (PEP) e Produtor de Material de Referência (PMR).

Foram também implementadas portarias que estabelecem requisitos para apreciação técnica de modelo de medidores de múltipla tarifação de medição de energia elétrica e requisitos para medidores usados em sistemas de pré-pagamento de energia elétrica ativa, possibilitando o início da apreciação técnica de modelos para a aplicação de Resoluções Normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A adoção de medidores inteligentes é uma importante contribuição para a economia de energia e para a consequente redução do risco de racionamento ao longo dos próximos anos. Será implementado em 2016 um novo modelo de atuação para a verificação periódica dos medidores de energia elétrica, que visa melhorar a confiança dos consumidores quanto a esse tipo de medição.

Em 2015 foi concluída a instalação básica do Laboratório de Escalonamento de Fármacos em condições de Boas Práticas de Fabricação, que contribuirá para a produção de medicamentos, especialmente para doenças negligenciadas, sendo capaz de apoiar testes pré-clínicos e, no futuro, testes clínicos de fase I, bem como avaliar a qualidade de alguns tipos de medicamentos vendidos no Brasil.

No que tange à produção de materiais de referência certificados (MRC), o INMETRO desenvolveu, produziu e realiza monitoramento contínuo de mais de 30 MRC, como cloranfenicol em leite em pó e parâmetros nutricionais de fórmula infantil, essenciais para assegurar a qualidade na área de alimentos. O MRC é um padrão de análise de mais alta confiabilidade metrológica utilizado para calibração, controle de qualidade, validação de métodos e determinação da exatidão de resultados.

No ano de 2015, o INMETRO realizou, junto ao INPI, três pedidos de depósito de patentes, dentre as quais podemos destacar aquela que diz respeito à massa específica de combustíveis com relação à temperatura, e um registro de *software*. O INMETRO firmou ainda acordos de confidencialidade e parceria com empresas do setor produtivo, além de 2 contratos de transferência de tecnologia (licenciamento de tecnologia para uso pelo setor produtivo e regulamentação de uso de copropriedade).

Encontram-se em fase de pesquisa e implementação métodos e procedimentos de medição utilizados no controle metrológico legal de produtos pré-embalados, elaborados por meio de interação com a indústria nacional.

## **iii) Apoio a Programas de Governo e a Competitividade Sistêmica**

Em cooperação com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), o INMETRO publicou portarias referentes aos requisitos de avaliação da conformidade e aos requisitos técnicos para plataformas elevatórias veiculares. O objetivo é exigir a adoção da plataforma elevatória ou similar, permitindo que o cadeirante tenha acesso independente ao veículo de transporte coletivo, sem depender de ajuda de terceiros, o que é um direito legítimo de qualquer cidadão.

O INMETRO desenvolveu Instrução Normativa para a contagem de passageiros de serviços de transporte, que recomenda requisitos de desempenho para agregar confiança ao processo de

quantificação do número de usuários transportados. Cabe destacar que a maioria das estações do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) Carioca não possui mecanismos de bloqueio de acesso, o que possibilita a ocorrência indesejada, a ser custeada pelo governo, de evasão da validação embarcada. A fixação de requisitos para o processo de contagem de passageiros pode ser útil não só para o VLT Carioca, mas também para outras prefeituras e organizações que executem ou passem a executar um processo de contagem similar para balizar o cálculo da evasão no pagamento pelo serviço.

Atendendo a demanda da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), o INMETRO criou o programa de acreditação de organismos de inspeção de instalações de gás residencial e comercial.

Com o objetivo de construir ampla base de apoio à inovação nas empresas, estimulando a conexão entre grupos científicos de alto nível e empresas demandantes de soluções inovadoras, está em ampliação a Rede de Laboratórios Associados ao INMETRO para Inovação e Competitividade (RELAI), em parceria com universidades, centros de pesquisa e agências de fomento federais. No ano de 2015, com o lançamento de edital CAPES/INMETRO, foram aprovados mais quatro laboratórios, que serão incorporados à RELAI em 2016: o Laboratório de Nano e Microfluidica e Micro-Sistemas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o Laboratório de Biologia Molecular e Celular da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); o Laboratório de Conformação Nanométrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e o Laboratório de Sistemas e Componentes ópticos do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD).

Em março de 2015, foi firmada cooperação técnica internacional entre o INMETRO e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o American National Standards Institute (ANSI) para aderir ao “StandardsPortal” da ANSI (Estados Unidos). Este portal ([www.standardsportal.org](http://www.standardsportal.org)) é um recurso *online* desenvolvido para facilitação do comércio por meio de intercâmbio de informações e cooperação mútua, que permite aos exportadores brasileiros, norte americanos, coreanos e chineses obter informações sobre requisitos técnicos (regulamentos e procedimentos de avaliação da conformidade) em seus mercados-alvo.

Na área de Ensino em Biotecnologia, o INMETRO aumentou sua participação no curso técnico de Biotecnologia, na pós-graduação em Biotecnologia e no Programa de Pós-Graduação em Biomedicina Translacional (BIOTRANS), no qual houve a associação da Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e da Universidade Estadual da Zona Oeste. O Curso Técnico em Biotecnologia conta com 80 alunos em 2015, sendo 16 alunos mantidos com bolsas patrocinadas pela Petrobrás.

O INMETRO assumiu em 2015 a administração do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Com isso, passa a fazer a ligação entre os setores de pesquisa e o produtivo na Amazônia, possibilitando a geração de produtos inovadores por meio da transformação da biodiversidade da região.

## 2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

### 2.1 Identificação da UJ

#### I - Quadro - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		Código SIORG: 003162
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia		
Denominação Abreviada: INMETRO		
Código SIORG: 240	Código LOA: 28202	Código SIAFI: 183023
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Especial	CNPJ: 00.662.270/0003-20	
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia	Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato: (021) 2563-2800		
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:AUDIN@INMETRO.gov.br">AUDIN@INMETRO.gov.br</a>		
Página na Internet: <a href="http://www.INMETRO.gov.br">http://www.INMETRO.gov.br</a>		
Endereço Postal: Rua Santa Alexandrina, 416 - CEP: 20261-232 - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
183025	Superintendência Regional do INMETRO- GO	
183035	Superintendência Regional do INMETRO - PR(*)	
183039	Superintendência Regional do INMETRO- RS	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
18205	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia-	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
183025	18205	
183035	18205	
183039	18205	

(\*) Não houve atividades declaradas nessa UG, tendo sido extinta no exercício pelo Decreto nº 8.671.

### 2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO - é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), colegiado interministerial que é o órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO).

Objetivando integrar uma estrutura sistêmica articulada, o SINMETRO, o CONMETRO e o INMETRO foram criados pela Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, cabendo a este último substituir o então Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM) e ampliar significativamente o seu raio de atuação a serviço da sociedade brasileira.

No âmbito de sua ampla missão institucional, o INMETRO objetiva fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços.

Sua missão é “prover confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, a inovação e a competitividade do País”.

Competências e atribuições do INMETRO:

- elaborar e expedir regulamentos técnicos que disponham sobre o controle metrológico legal, abrangendo instrumentos de medição;
- exercer poder de polícia administrativa, expedindo regulamentos técnicos nas áreas de avaliação da conformidade de produtos, insumos e serviços, desde que não constituam objeto da competência de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, abrangendo os seguintes aspectos: segurança; proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal; proteção do meio ambiente; e prevenção de práticas enganosas de comércio;
- executar, coordenar e supervisionar as atividades de metrologia legal e de avaliação da conformidade compulsória por ele regulamentadas ou exercidas por competência que lhe seja delegada;
- atuar como órgão acreditador oficial de organismos de avaliação da conformidade;
- registrar objetos sujeitos à avaliação da conformidade compulsória, no âmbito de sua competência;
- planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;
- produzir e alienar materiais de referência, padrões metrológicos e outros produtos relacionados;
- realizar contribuições a entidades estrangeiras congêneres, cujos interesses estejam amparados em acordos firmados entre si ou entre os respectivos países, como uma única ação;
- designar entidades públicas ou privadas para a execução de atividades de caráter técnico nas áreas de metrologia legal e de avaliação da conformidade, no âmbito de sua competência regulamentadora;
- atuar como órgão oficial de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório;
- conceder bolsas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologia, de produto ou de processo, de caráter contínuo, diretamente ou por intermédio de parceria com instituições públicas ou privadas;
- estabelecer parcerias com entidades de ensino para a formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação, inclusive para programas de residência técnica;
- anuir no processo de importação de produtos por ele regulamentados que estejam sujeitos a regime de licenciamento não automático ou a outras medidas de controle administrativo prévio ao despacho para consumo; e
- representar o País em foros regionais, nacionais e internacionais sobre avaliação da conformidade.
- Para o exercício de suas competências nas atividades de metrologia legal e de avaliação da conformidade compulsória, o INMETRO poderá celebrar, com entidades congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, convênios, termos de cooperação, termos de parceria e outros instrumentos contratuais previstos em lei.

Cabe ressaltar que o INMETRO reúne funções que nos seus congêneres estrangeiros estão distribuídas em organizações distintas e específicas, sejam elas públicas ou privadas. Sua concepção organizacional integra, de forma única e inovadora, áreas de conhecimento interdependentes (metrologia, avaliação da conformidade, acreditação, regulamentação), trazendo benefícios para a infraestrutura tecnológica do País.

A participação do INMETRO na formulação de políticas públicas processa-se em três instâncias de suma importância: sociedade, setor empresarial e governo. Nas três instâncias, os comitês assessores do CONMETRO (nos quais o INMETRO, como secretaria-executiva, atua como

formulador e articulador) são fóruns de proposição e debate de programas, diretrizes e resoluções no contexto da metrologia e da qualidade. Todas as propostas dos comitês são submetidas à aprovação das reuniões plenárias do CONMETRO.

A política pública de Desenvolvimento Produtivo referencia-se ao Contrato de Gestão - CG, e ao Plano Plurianual - PPA.

No Contrato de Gestão 2012-2014, definiram-se as relações e compromissos entre os signatários, constituindo-se o referido Contrato em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da Autarquia, para efeito de supervisão ministerial e de manutenção da qualificação de Agência Executiva. A contratualização de desempenho institucional é um mecanismo do “Modelo de Gestão Pública por Resultados” e promove a eficiência, a eficácia e a efetividade institucional.

O CG tem por objeto a pactuação de resultados a serem alcançados pelo INMETRO, por meio do estabelecimento de parceria entre as partes contratantes, com a finalidade de permitir avaliação objetiva do seu desempenho, de forma a contribuir para elevar o nível da Instituição na execução das políticas nacionais de metrologia e qualidade industrial.

No PPA, o INMETRO está inserido no Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo - com a responsabilidade de trabalhar as suas atividades finalísticas para fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio de metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

### 2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão

A Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, institui o Sistema Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO, integrado por entidades públicas e privadas que exerçam atividades relacionadas com metrologia, normalização, avaliação da conformidade e qualidade, tendo como órgão normativo das políticas e diretrizes o Conselho Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, colegiado integrado por 9 (nove) Ministros, com representação de entidades privadas de normalização (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT), do setor produtivo (Confederação Nacional da Indústria - CNI) e dos consumidores (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC), presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- INMETRO, é o órgão executivo central do SINMETRO, exercendo a Secretaria-Executiva do CONMETRO. Em 1992, pela Resolução CONMETRO nº 08/92, foi reconhecido como o organismo de acreditação oficial brasileiro. A Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, dispõe sobre as competências do CONMETRO e do INMETRO, alterando a Lei nº 5.966/73. Aliam-se a esta legislação básica de suporte ao INMETRO outras normas legais e administrativas que a Instituição deve observar, notadamente, as Resoluções do CONMETRO.

Com a Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, o INMETRO passa a denominar-se Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e altera as suas atribuições e competências.

### 2.4 Breve histórico do órgão

Durante o Primeiro Reinado, as tentativas de uniformização das unidades de medida brasileiras apoiaram-se em padrões oriundos da Corte Portuguesa. Em 1830, um ano antes da abdicação ao trono por D. Pedro I, o deputado gaúcho Cândido Baptista de Oliveira sugeriu a adoção do sistema métrico decimal em vigor na República Francesa. Entretanto, apenas em 26 de junho de 1862, já no Segundo Reinado, Dom Pedro II promulgou a Lei Imperial nº 1.157 e com ela oficializou, em todo o território nacional, a utilização do sistema métrico decimal francês. O Brasil foi uma das primeiras nações a adotar o novo sistema como signatário da Convenção do Metro, instituída em 20 de maio de 1875.

O crescimento industrial no século XX fortaleceu a necessidade de criar no Brasil instrumentos mais eficazes de controle que viessem a impulsionar e proteger produtores e consumidores. Em 1961, foi criado o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), centralizando a política metrológica nacional. Para a plena execução de suas competências ele adotou, em 1962, o Sistema Internacional de Unidades (SI), consolidado pela 11ª Conferência Geral de Pesos e Medidas, em 1960. Os Órgãos Estaduais, hoje conhecidos como Órgãos Delegados, receberam a incumbência de execução de atividades metrológicas, atingindo cada região do País.

O crescimento econômico verificado no Brasil ao final da década de 1960 motivou novas políticas governamentais de apoio ao setor produtivo. A necessidade de acompanhar o mundo na sua corrida tecnológica, no aperfeiçoamento, na exatidão e, principalmente, no atendimento às exigências do consumidor, trouxe novos desafios para a indústria. Em 1973, nascia o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o INMETRO, hoje chamado Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

## 2.5 Ambiente de atuação

Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

### a) caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

Considerando a natureza das suas atividades e a sua Missão, a caracterização e o comportamento do mercado de atuação estão agrupados conforme:

Caracterização do mercado de atuação		Comportamento do mercado de atuação	
Grupo	Integrantes	Sustentação Institucional	Necessidades e Expectativas do Grupo em Relação à Instituição
Setor produtivo	Indústria, comércio e prestação de serviços, MBC, CNI e CNC	No apoio de iniciativas, programas, produtos, eventos e da atuação em geral	Ampliação da capacitação e da prestação de serviços, apoio à inovação e à competitividade, redução de prazos, confiança, informação tecnológica, disseminação de conhecimento, proteção da concorrência justa.
Órgãos governamentais	Casa Civil da PR, MDIC, MP, MF, MS, MJ, MTE, MEC, MCT, MAPA, MTUR, PF, AGU/PGF, SENACON, Ministério Público, Decon, Contran, órgãos de governos estaduais, RBMLQ-I, Ministérios, secretarias, empresas públicas, autoridades regulamentadoras e agências reguladoras	No apoio orçamentário e de fomento e na participação do Contrato de Gestão, de conselhos, comitês, programas e acordos de cooperação e parceria.	Atuação estratégica planejada e alinhada com as políticas públicas, cumprimento do Contrato de Gestão, atuação como agente de inovação e indutor de aprimoramentos no setor público.
Comunidade científica e tecnológica	Institutos de pesquisa tecnológica, laboratórios, organismos técnicos e instituições de ensino vinculadas à ciência e à tecnologia	No apoio científico e tecnológico e participação de conselhos, comitês, programas e acordos de cooperação e parceria.	Base de conhecimento, informação e disseminação, parceria laboratorial, projetos conjuntos, partilha de recursos, desenvolvimento de patentes, programas de mestrado e doutorado, conclusão bem sucedida de projetos e programas em parceria.

Sociedade como um todo	Cidadãos, consumidores, Comissão Permanente dos Consumidores - CPCON, entidades de defesa do consumidor, sindicatos e associações de classe, órgãos da mídia, ONG e demais representantes	Apoio à atuação e ao nível de credibilidade (pesquisas); acompanhando ações e iniciativas (reportagens em jornais e revistas, programa Fantástico) ou exigindo selos de conformidade e marca INMETRO em produtos e serviços certificados ou com conformidade avaliada.	Proteção contra fraudes e erros nas relações de consumo, confiança nas medições, segurança dos produtos e serviços, conscientização e educação para o consumo, proteção do meio ambiente e da saúde.
------------------------	---	--	--

**b) principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada;**

Não existem empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares.

**c) contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;**

Dentre os produtos e serviços ofertados, destacam-se:

- Condução e execução de programas de avaliação da conformidade voluntária ou compulsória de produtos, serviços, processos e pessoas (certificações, fiscalizações, inspeções, ensaios, rotulagens, selos, declarações de fornecedores);
- Condução e execução de programas de Acreditação de organismos de avaliação da conformidade (laboratórios de calibração e organismos de certificação ou de inspeção);
- Regulamentos Técnicos (Metroológicos e da Qualidade - elaboração, emissão e implantação);
- Controle metrológico (verificação e fiscalização de instrumentos de medição e mercadorias pré-medidas);
- Harmonização de Regulamentos Técnicos Metroológicos - RTM (alinhamento com OIML);
- Informação tecnológica para metrologia e qualidade (disseminação de informação para a sociedade);
- Calibração de padrões e instrumentos de medição, com rastreabilidade internacional;
- Materiais de referência certificados;
- Ensaio de proficiência;
- Ensaio em laboratório de motores, combustíveis e lubrificantes;
- Serviços de difusão do conhecimento em Metrologia e Avaliação da Conformidade;
- Incubação de empresas e de projetos tecnológicos, inclusive apoio logístico a empresas instaladas no PTI;
- Serviços de apoio às empresas exportadoras na superação de barreiras técnicas ao livre comércio;
- Prospecção de cenários tecnológicos e sua disseminação para o setor produtivo, em especial micro, pequenas e médias empresas.

**d) ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;**

**Dentre as ameaças elencadas no Planejamento do INMETRO (2006-2014) destacam-se:**

- Baixo nível de reconhecimento do INMETRO;
- Falta de investimento em base tecnológica pelos estados;

- A sociedade organizada continuará constituindo um extrato da sociedade, e com participação ainda restrita da sociedade informada;
- A articulação entre autoridades regulamentadoras continuará sendo uma dificuldade a ser superada, e que se amplificará na medida em que as demandas tornem-se mais complexas e multidisciplinares;
- A continuidade da compra de produtos piratas ainda acarretará desrespeito à propriedade intelectual, impactando a questão da qualidade dos produtos e a concorrência;
- O desenvolvimento de novas tecnologias e a adaptação das existentes será mais dinâmico, exigindo das organizações investimentos e parcerias em P&D, buscando inovações tecnológicas.
- Só sobreviverão as organizações que mantiverem investimentos em qualificação e capacitação do corpo funcional, além de investimentos em infraestrutura, equipamentos e sistemas de gestão;
- Haverá grande interdependência com instituições do exterior;
- A nanotecnologia e a nanometrologia exigirão a formação de competências nos níveis técnico e de pesquisa;
- Pressões crescentes da sociedade implicarão práticas de comércio internacional que assegurem produtos, processos e serviços ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis e socialmente justos;
- A análise de ciclo de vida do produto passará a ser uma condição para acesso aos mercados;
- Inflexibilidade e restrições orçamentárias/financeiras crescentes da estrutura governamental;
- Falta de investimento governamental em políticas públicas de proteção ao consumidor;
- Dificuldades brasileiras de produzir inovação tecnológica;
- Desconhecimento da importância estratégica do INMETRO para o país pelos poderes constituídos; e
- Baixa autonomia orçamentária.

**Dentre as oportunidades elencadas no Planejamento do INMETRO (2006-2014) destacam-se:**

- Provimento de rastreabilidade e normatização para outros países para fomentar o comércio internacional;
- Atuação de apoio às exportações;
- Atuação em relação a provedores de internet, telecomunicações, energia elétrica, metrologia legal na medição de consumo energético e na transferência de custódia (medição de vazão de petróleo e gás) e certificação social – direitos e condições de trabalho;
- Expansão dos acordos bilaterais;
- Intercâmbio dos especialistas com a indústria, principalmente naquelas empresas que necessitam desenvolver sistemas de medição para atuar sob condições incompatíveis com as existentes no mercado;
- Ampliação dos acordos internacionais para reconhecimento das certificações realizadas no Brasil e criação de mais programas de certificação com base na ISO CASCO;
- Participação no processo de regulamentação de compras do governo por meio de parâmetros de qualidade;
- Criação e divulgação de parâmetros para área de meio ambiente (controle de resíduos, energia limpa e etc.);
- Nas organizações públicas haverá valorização dos altos níveis de desempenho das pessoas, com alinhamento das competências individuais e institucionais;
- A política institucional de RH, na esfera pública, estará fortalecida e priorizada, com foco na excelência em gestão e na criação de um modelo de gestão que leve ao aprendizado;
- O aumento da complexidade dos produtos será mais um fator impulsionador das mudanças nos modelos de atuação dos órgãos públicos, que exigirá investimento em RH, capacitação, infraestrutura física e equipamentos;

- Aumento na participação em consultas públicas e na formulação do planejamento das políticas públicas;
- As organizações públicas ampliarão e diversificarão seus mecanismos de participação e disseminação de informações;
- Aumentará a conscientização da sociedade, pressionando por produtos, processos e serviços com mais qualidade para o cidadão e meio ambiente;
- A sociedade valorizará ainda mais produtos marcados, com aval de órgãos governamentais;
- O processo de certificação será mais acessível, com consequente aumento do número de Pequenas e Médias Empresas com produtos certificados;
- Existirá uma tendência de fortalecimento das parcerias com órgãos congêneres, meio acadêmico, centros de pesquisas, órgãos públicos, paraestatais, laboratórios e associações do setor produtivo que ampliarão seu espectro de atuação;
- Aumentará o percentual do PIB investido em P&D, com a elevação das parcerias dos setores público e privado;
- Haverá mais recursos das agências de fomento para tecnologia aplicada;
- A política industrial brasileira estará fortalecida;
- Haverá uma ampliação desse projeto de governo (contrato de gestão), porque a pactuação de resultados será o caminho mais eficaz para os órgãos negociarem mais flexibilidade administrativa;
- O mercado de crédito de carbono estará ativo, intenso e demandando apoio da metrologia e avaliação da conformidade;
- Haverá uma política clara e definida quanto à participação da RBMLQ-I nas atividades de avaliação da conformidade;
- Para os próximos anos, a marca do INMETRO deverá estar cada vez mais presente na sociedade brasileira. A RBMLQ-I será um dos principais parceiros de difusão desse conhecimento; e
- O INMETRO será um importante ator tanto como Ponto Focal quanto na infraestrutura tecnológica que oferece para a superação de barreiras técnicas; e
- Para os próximos anos, o INMETRO deverá ampliar a sua arrecadação.

**e) informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;**

O relacionamento com os principais clientes é realizado por meio de práticas de interação, descritas a seguir:

- Realização de Painéis Setoriais visando ao atendimento personalizado aos clientes. Esta prática vem sendo realizada desde 2003;
- Identificação de demandas por análise de produtos para divulgação no Programa Fantástico, por meio da disponibilização, no sítio, da ferramenta “Indique”. Esta prática vem sendo realizada desde 2003;
- Prospecção de demandas por programas de avaliação da conformidade. Esta prática vem sendo realizada desde 2003;
- Avaliação de demanda por novos programas de Acreditação advinda dos programas de avaliação da conformidade, ampliação dos programas de Acreditação, bem como solicitações dos organismos de certificação e dos laboratórios; e
- Participação de representantes da sociedade nas comissões da regulamentação técnica, no CONMETRO e nos seus comitês assessores e no planejamento anual da regulamentação.

## f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

A identificação e a classificação dos riscos organizacionais mais significativos à melhor consecução dos objetivos estratégicos, à governabilidade corporativa e ao cumprimento da Missão institucional, ocorrem:

- nas revisões do planejamento estratégico (matriz FOFA, como forças e fraquezas relevantes) e ao longo da sua execução;
- por meio do monitoramento dos ambientes externo e interno;
- nas auditorias internas e externas (como não-conformidades com requisitos de gestão);
- nas reuniões de análise crítica do Sistema de Gestão da Qualidade do INMETRO (como resultados adversos identificados); e
- nas reuniões de coordenação das UP (como problemas operacionais identificados).

A avaliação de riscos é feita por meio dos seguintes indicadores e informações qualitativas:

- índice de credibilidade na pesquisa anual junto à população;
- índice de satisfação dos serviços na pesquisa junto a clientes;
- desempenho no contrato de gestão segundo a avaliação semestral por comissão específica;
- índice de alinhamento dos regulamentos técnicos com normas internacionais;
- total de prêmios pagos por apólice de seguro;
- índice de execução orçamentária;
- patrimônio líquido;
- crescimento da receita total;
- inscrições em dívida ativa (redução da inadimplência);
- avaliação e tratamento de notícias com impacto na imagem institucional;
- recomendações de relatórios das auditorias interna e externa nos órgãos delegados;
- relatórios oriundos da supervisão do mercado, cobrindo os produtos e serviços sob controle metrológico e com conformidade avaliada; e
- relatos e informações oriundos da Assessoria Parlamentar.

Os riscos organizacionais mais significativos são classificados em riscos financeiros, riscos operacionais e riscos legais. Os tipos e as práticas de análise e de tratamento dos mesmos constam na tabela a seguir:

<b>Classificação</b>	<b>Tipos</b>	<b>Análise e Tratamento (Principais Práticas)</b>
Financeiros	Insuficiência de recursos orçamentários; Redução da receita própria.	Visando à avaliação dos riscos financeiros e à minimização de problemas na execução orçamentária e financeira, são realizadas reuniões periódicas, desde 2000, com os gestores da RBMLQ-I e dos Macroprocessos, responsáveis pela arrecadação. Nessas reuniões, a execução orçamentária e financeira é ajustada à realidade orçamentária. No Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentária e de Gestão de Custos e nos Grupos Gestores dos Planos Anuais, são avaliados o fluxo de compras, as metas de arrecadação e a gestão do fluxo de caixa do INMETRO.
Operacionais	Regulamentos aprovados sem suficiente divulgação ou discussão junto às partes interessadas ou sem a devida avaliação do impacto regulatório, em vários aspectos,	Painéis Setoriais, reuniões ou pesquisas específicas com setores interessados; Consultas Públicas.

	como repercussão social, usos e costumes, níveis de periculosidade, estatísticas de acidentes de consumo, etc.	
	Prejuízos à imagem e à credibilidade institucional.	Atuação da Assessoria de Imprensa e da Assessoria Parlamentar.
	Atuação irregular de organismos acreditados, designados ou delegados; descumprimento de contratos em geral de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos e materiais.	Auditorias da CGCRE, da AUDIN e do SGQI; Atuação da CORED, Câmaras Setoriais da RBMLQ-I; Denúncia de convênios no Cadastro Único de Convênios; Atuação dos fiscais e gerentes de contratos; aplicação de penalidades; publicação no DOU.
	Acidentes, Saúde ocupacional e Segurança.	Atuação do SESA0, atuação do GIPA, atuação da Brigada de Incêndio. Há apólices de seguro contratadas.
	Evasão de Talentos	Plano de Carreira e Cargos e Salários Atualizados
Legais	Projetos de lei em tramitação no Congresso propondo alterações impactantes na legislação do INMETRO ou questionando as suas competências. Decisões judiciais contrárias.	Atuação da Assessoria Parlamentar, atuação da PROFE. Continua manutenção da legislação pertinente (balizadores); Análise de processos em grau de recurso, identificação de vulnerabilidades, alteração de procedimentos.

#### **g) principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios;**

Nos últimos anos, a importância da metrologia e da avaliação da conformidade no Brasil e no mundo cresceu significativamente em razão, principalmente, das seguintes mudanças de cenários:

- elevada complexidade e sofisticação dos modernos processos industriais, intensivos em tecnologia e comprometidos com a qualidade e a competitividade, requerendo medições de alto refinamento e confiabilidade para um grande número de grandezas;
- busca constante por inovação, como exigência permanente e crescente do setor produtivo do País, para competitividade, propiciando o desenvolvimento de novos e melhores processos e produtos;
- crescente consciência da cidadania e o reconhecimento dos direitos do consumidor e do cidadão, amparados por leis, regulamentos, usos e costumes consagrados – que asseguram o acesso a informações fidedignas e transparentes – com intenso foco voltado para saúde, segurança e meio ambiente, requerendo medidas confiáveis em novas e complexas áreas, especialmente nos campos de química, materiais, biologia e nanometrologia;
- irreversível globalização nas relações comerciais e nos sistemas produtivos de todo o mundo, potencializando a demanda por metrologia e avaliação da conformidade, em virtude da grande necessidade de harmonização nas relações de troca, atualmente muito mais intensas, complexas, e envolvendo um grande número de grandezas a serem medidas com incertezas cada vez menores e com maior credibilidade, a fim de superar as barreiras técnicas ao comércio;
- no Brasil, especificamente, a entrada em operação das Agências Reguladoras intensificou sobremaneira a demanda por avaliação da conformidade e metrologia em áreas que antes não necessitavam de grande rigor, exatidão e imparcialidade nas medições, como em alta tensão elétrica, telecomunicações, grandes vazões e grandes volumes de fluidos;
- aumento da preocupação com a sustentabilidade, o aquecimento global, a produção de alimentos, a qualidade de bioprodutos, biofármacos e terapia celular, fontes e vetores de produção de energia; e
- desenvolvimento das atividades espaciais.

**h) as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.**

Não existem unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

## 2.6 Organograma

O INMETRO publicou no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2013 a alteração de sua estrutura regimental (Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013).

### **Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:**

#### **Ouvidoria - OUVID**

**Competências:** I - coordenar o tratamento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios e pedidos de informações, oriundos da sociedade; II - moderar e mediar, frente ao público interno e externo, a busca de solução ou harmonização para os conflitos e crises; III - elaborar relatórios gerenciais para subsidiar a melhoria contínua dos processos da Autarquia; IV - coordenar e supervisionar o Sistema Integrado de Ouvidorias na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - INMETRO (RBMLQ-I); e V - coordenar e supervisionar os serviços prestados pelo *call center* da Ouvidoria, por meio de Discagem Direta Gratuita (DDG).

#### **Gabinete - GABIN**

**Competências:** I - assistir o Presidente em sua representação social e política; II - acompanhar a tramitação dos atos legais de interesse do INMETRO, em especial daqueles que tramitam no Congresso Nacional; III - incumbir-se do preparo e despacho do expediente do Presidente do INMETRO; IV - coordenar as atividades de comunicação social; V - providenciar a publicação e divulgação das matérias de interesse do INMETRO; VI - coordenar o Sistema de Gestão da Qualidade do INMETRO; VII - prestar apoio técnico-administrativo ao Presidente do INMETRO, para o exercício do encargo de Secretário-Executivo do CONMETRO; VIII - supervisionar as atividades da Comissão Permanente de Licitação; e IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente do INMETRO.

#### **Coordenação-Geral de Articulação Internacional - CAINT**

**Competências:** I - coordenar, planejar e articular as atividades voltadas para o relacionamento internacional do INMETRO; II - acompanhar as negociações para a celebração de convênios, acordos e contratos, com entidades estrangeiras e internacionais, além da participação do INMETRO em eventos internacionais; III - supervisionar e controlar a realização de programas de cooperação técnica e de intercâmbio com organizações internacionais e estrangeiras, nas áreas de metrologia, da avaliação da conformidade e de regulamentação técnica, inclusive para o desenvolvimento de recursos humanos; IV - coordenar a harmonização de regulamentos técnicos no âmbito do MERCOSUL e demais blocos econômicos, bem como apoiar tecnicamente as reuniões negociais na área de comércio internacional, em nível regional e plurilateral; V - propor, coordenar e acompanhar, em articulação com as demais áreas do INMETRO, a alocação dos recursos indispensáveis ao cumprimento de compromissos internacionais; e VI - coordenar, planejar e articular, no âmbito do INMETRO, as negociações internacionais de caráter técnico, científico e comercial, que envolvam as áreas de metrologia, regulamentação técnica e avaliação da conformidade, atuando como Ponto Focal de Barreiras Técnicas às Exportações, com o intuito de auxiliar as pequenas e médias empresas em seu esforço exportador, visando à superação de barreiras técnicas.

### **Coordenação-Geral de Acreditação - CGCRE**

**Competências:** I - planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de acreditação e de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório; II - atuar como órgão acreditador de organismos de avaliação da conformidade e de outros organismos necessários ao desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos no País, em conformidade com as normas, guias e regulamentos internacionalmente reconhecidos; III - capacitar profissionais para atuação nas atividades de acreditação; IV - credenciar avaliadores e especialistas para a execução das atividades técnicas, materiais e acessórias aos serviços de avaliação de organismos de avaliação da conformidade; V - coordenar as ações de reconhecimento internacional e regional relacionadas às atividades de acreditação; VI - coordenar a interação com os foros relacionados às atividades de sua área de atuação, em âmbitos nacional, regional e internacional, acompanhando e avaliando as tendências mundiais; VII - participar de foros internacionais e regionais relacionados às atividades de acreditação; VIII - identificar oportunidades e captar recursos junto às instituições de fomento, para financiamento de programas de acreditação; e IX - planejar e executar as atividades de acreditação de laboratórios de calibração e de ensaios, de provedores de ensaios de proficiência, de organismos de avaliação da conformidade e de outros necessários ao desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos no País.

### **Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - CORED**

**Competências:** I - assessorar o Presidente no estabelecimento do direcionamento estratégico e os diretores, nas orientações específicas setoriais para os órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - INMETRO (RBMLQ-I); II - supervisionar e controlar a definição e a elaboração dos termos dos convênios e contratos necessários para a delegação e execução das atividades delegadas pelo INMETRO no País; III - coordenar as ações de acompanhamento e supervisão das atividades delegadas aos órgãos integrantes da RBMLQ-I; IV - apoiar o Presidente na coordenação das atividades das Superintendências do INMETRO; V - coordenar, em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças e com a Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional, as ações de repasses orçamentários e financeiros à RBMLQ-I; VI - coordenar a elaboração dos planos anuais de investimento para a RBMLQ-I; VII - coordenar ações de identificação e priorização de necessidades, bem como de implementação do desenvolvimento e capacitação da força de trabalho dos órgãos da RBMLQ-I; VIII - propor, desenvolver e implementar projetos de modernização e uniformização da execução das atividades delegadas pelo INMETRO, especialmente as atividades de informatização e implantação do sistema de gestão da qualidade para a RBMLQ-I; IX - coordenar a aquisição e a distribuição do material necessário para a execução das atividades delegadas aos órgãos integrantes da RBMLQ-I; e X - coordenar a ação integrada das câmaras setoriais e regionais com o conselho gestor e as reuniões plenárias da RBMLQ-I.

### **Órgãos Seccionais:**

#### **Auditoria Interna - AUDIN**

**Competências:** I - verificar a conformidade em relação às normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Presidente, das ações de caráter técnico-operacional; II - criar condições necessárias para ratificar a eficácia dos controles interno e externo, procurando a regularidade na utilização dos recursos públicos; III - examinar a legislação específica e as normas correlatas, orientando quanto à sua observância; IV - realizar inspeções regulares nas áreas de atuação do INMETRO, para verificar a execução física e financeira dos projetos e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados no contrato de gestão; V - realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas com o propósito de avaliar e mensurar a exatidão e regularidade das contas da Autarquia, bem como da RBMLQ-I, avaliando a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos; e VI - executar auditorias

extraordinárias de cunho específico que, no interesse da administração, venham a ser determinadas pelo Presidente do INMETRO.

#### **Procuradoria Federal - PROFE**

**Competências:**I - exercer a representação judicial e extrajudicial do INMETRO, atuando nos processos em que a Autarquia for autora, ré, oponente ou assistente; II - cumprir e velar pelo cumprimento das orientações normativas emanadas da Advocacia-Geral da União; III - prestar assessoria direta e imediata ao Presidente e aos órgãos da Estrutura Regimental do INMETRO, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº73, de 10 de fevereiro de 1993; IV - examinar e aprovar minutas de editais de licitação, de instrumentos de contratos, de convênios e de outros atos criadores de direitos e obrigações, que devam ser celebrados pelo INMETRO; V - analisar e emitir pareceres e manifestações sobre questões suscitadas pela aplicação das leis e dos regulamentos relativos às atividades desenvolvidas pelo INMETRO; VI - examinar e emitir pareceres sobre projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos pelo INMETRO quando contiverem matéria jurídica; e VII - apurar a liquidez e a certeza dos créditos de qualquer natureza, resultantes das atividades implementadas pelo INMETRO, inscrevendo-os em Dívida Ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, quando não realizadas pela Procuradoria-Geral Federal.

#### **Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional - DPLAN**

**Competências:**I - coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com a organização e a modernização administrativa do INMETRO; II - negociar, em articulação com as áreas pertinentes do governo, e administrar o orçamento do INMETRO; III - gerenciar os projetos e as ações sob responsabilidade do INMETRO no Plano Plurianual - PPA; IV - coordenar as ações relativas ao desenvolvimento de recursos humanos, e planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das ações relativas ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, no âmbito do INMETRO; V - coordenar as ações relativas à elaboração e implantação do Plano Diretor de Informática e Desenvolvimento de Sistemas do INMETRO; VI - coordenar, planejar, dirigir e executar as atividades de informação tecnológica e implantar ações de difusão da cultura de metrologia, normalização, avaliação da conformidade e sobre barreiras técnicas aos setores empresarial, tecnológico, acadêmico e científico, contribuindo para a modernização tecnológica do País; VII - negociar o Contrato de Gestão do INMETRO; VIII - acompanhar e monitorar o cumprimento das orientações estratégicas e institucionais emanadas da Presidência da Autarquia; e IX - estimular a utilização das técnicas avançadas de gestão da qualidade no INMETRO e junto a órgãos externos.

#### **Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF**

**Competências:**I - planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das ações relativas aos Sistemas de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal, no âmbito do INMETRO; e II - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades relativas a projetos e estudos relacionados aos serviços de engenharia, obras e instalações dos imóveis do INMETRO e daqueles por ele administrados.

#### **Órgãos Específicos Singulares:**

#### **Diretoria de Avaliação da Conformidade - DCONF**

**Competências:** I - planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de avaliação da conformidade; II - articular-se com os diferentes segmentos da sociedade, objetivando identificar e priorizar as demandas por programas de avaliação da conformidade; III - coordenar a atividade de avaliação da conformidade, voluntária ou compulsória, de produtos, serviços, processos e pessoas, e efetuar estudos de viabilidade, desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação dos diferentes programas de avaliação da conformidade, no âmbito do SINMETRO; IV - realizar ações para acompanhar, fiscalizar e verificar, no mercado, a conformidade de produtos, de processos e de

serviços às normas e regulamentos técnicos pertinentes; V - orientar e educar os diferentes segmentos da sociedade nas questões ligadas à avaliação da conformidade, qualidade e relações de consumo; VI - incentivar o desenvolvimento da normalização nacional; VII - executar a política nacional e elaborar regulamentos técnicos, na área da qualidade; VIII - coordenar ações de reconhecimento internacional dos programas de avaliação da conformidade; IX - coordenar as atividades de registro dos produtos, serviços e processos submetidos a regulamentos e programas de avaliação da conformidade de sua competência. X - estimular a utilização das técnicas de gestão da qualidade nas empresas brasileiras; e XI - fortalecer a participação do País nas atividades internacionais e no intercâmbio com entidades e organismos estrangeiros e internacionais, no âmbito da avaliação da conformidade.

### **Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - DIMCI**

**Competências:**I - planejar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução das atividades no âmbito da metrologia básica; II - estabelecer diretrizes de atuação no âmbito da metrologia científica e industrial, em conformidade com políticas consolidadas no CONMETRO; III - realizar ou reproduzir as unidades de medida, bem como manter e conservar os padrões metrológicos nacionais; IV - referenciar, direta ou indiretamente, os padrões metrológicos nacionais aos internacionais, visando à harmonização através de comparações-chaves, comparações suplementares, comparações internacionais, comparações regionais e rastreabilidade das medições; V - disseminar as unidades do Sistema Internacional de Unidades - SI, os seus múltiplos e submúltiplos, por intermédio de metodologias metrológicas adequadas; VI - conservar os padrões das unidades de medida, e implantar e manter a cadeia de rastreabilidade dos padrões metrológicos dos diversos laboratórios do País, referenciada aos padrões internacionais; VII - desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas à metrologia e áreas correlatas; VIII - prestar serviços de natureza metrológica, inclusive designando laboratório de referência nacional, para uma dada grandeza, segundo termos de referência e diretrizes emanadas pelo CONMETRO, e acompanhar o desempenho das atividades relativas à sua atuação como "Laboratório Designado"; IX - prestar apoio às áreas de metrologia legal, avaliação da conformidade e acreditação, no âmbito da metrologia básica; X - participar dos foros internacionais e regionais relacionados às atividades de metrologia científica e industrial, bem como representar o Brasil no Bureau International des Poids et Mesures (BIPM) e em outras instâncias internacionais de metrologia; XI - coordenar as ações de reconhecimento internacional, relacionadas à padronização das unidades do SI; e XII - disseminar conhecimentos de metrologia para a sociedade, através de cursos, publicação de material instrucional, metodologias e apresentação de trabalhos em eventos técnicos e científicos.

### **Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL**

**Competências:**I - orientar, planejar, dirigir, coordenar, controlar e executar as atividades de metrologia legal; II - propor projetos de regulamentos técnicos metrológicos; III - propor programas de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos em metrologia legal; IV - especificar os requisitos dos modelos de instrumentos de medição, examinando-os, definindo-os e aprovando-os; V - enunciar os requisitos e especificações que os produtos pré-medidos deverão satisfazer; VI - estabelecer as especificações de equipamentos, padrões e instalações a serem utilizados pelos órgãos da RBMLQ-I; VII - participar de foros internacionais e regionais relacionados a metrologia legal, e representar o Brasil na Organização Internacional de Metrologia Legal e em outras instâncias internacionais de metrologia legal; VIII - participar de cooperações técnicas com órgãos governamentais, institutos de metrologia, centros de pesquisa e universidades no âmbito da metrologia legal; IX - disseminar conhecimentos de metrologia legal para a sociedade; X - estabelecer diretrizes de ação no âmbito da metrologia legal, em conformidade com políticas consolidadas do CONMETRO; e XI - avaliar tecnicamente os processos de atuação de infrações em grau de recurso, advindos do controle metrológico legal.

### **Diretoria de Inovação e Tecnologia - DITEC**

**Competências:** I - apoiar as ações da política industrial, estimulando a inovação e a competitividade do setor produtivo; II - desenvolver estudos de prospecção de áreas estratégicas, análises de cenários e de tecnologias-chave, para subsidiar a orientação estratégica e o processo de tomada de decisão no INMETRO, relevantes para a inovação tecnológica; III - apoiar as demais Diretorias do INMETRO na análise de impactos econômicos e financeiros de novos projetos direcionados para a inovação tecnológica e desenvolvimento de novos produtos; IV - articular-se, em nível nacional e internacional, com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo para o desenvolvimento conjunto de atividades voltadas para a inovação tecnológica e a modernização do setor industrial; V - orientar, planejar e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do Polo Tecnológico e da Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do INMETRO; VI - planejar, articular e coordenar ações relacionadas à gestão da inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia no INMETRO; e VII - atuar como Núcleo de Inovação Tecnológica do INMETRO, gerindo a política de inovação da Autarquia, nos termos previstos no art. 17 e seu parágrafo único do Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005, e alterações posteriores.

### **Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida – DIMAV**

**Competências:** I - planejar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução de atividades no âmbito da metrologia aplicada às ciências da vida; II - estabelecer diretrizes de atuação no âmbito da metrologia aplicada às áreas da ciência da vida; III - criar e preservar materiais de referência relacionados com as ciências da vida; IV - desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas à metrologia aplicada às ciências da vida; V - disseminar conhecimentos para a sociedade na sua área de atuação, por meio de cursos, publicação de material institucional, metodologias e apresentação de trabalhos em eventos técnicos e científicos, em articulação com o Centro de Informação e Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade; VI - criar mecanismos que permitam forte interação entre o INMETRO e outras instituições de ensino e de pesquisa científica e tecnológica, visando a fortalecer o complexo científico institucional, na área biológica; VII - gerenciar a implantação de uma infraestrutura nacional de apoio à área biológica, incluindo a manutenção de coleções-padrão de cultura de células procariontes e eucariontes, de plasmídeos e de animais de experimentação; VIII - criar mecanismos que permitam interação do INMETRO com agências de fomento à atividade em Ciência, Tecnologia e Inovação, na área biológica; IX - auxiliar a indústria brasileira na caracterização e determinação das propriedades de materiais biológicos e materiais de uso nas áreas da saúde; e X - auxiliar o setor de segurança pública no desenvolvimento de materiais de referência, metodologias e serviços de ensaio úteis em atividades de criminalística.

### **Órgãos Descentralizados:**

#### **Superintendência de Goiás - SURGO e Superintendência do Rio Grande do Sul - SURRS**

**Competências:** I - desempenhar as atribuições legais da Autarquia em suas respectivas circunscrições; II - atuar no apoio ao desenvolvimento das atividades delegadas à RBMLQ-I nas suas execuções orçamentárias e financeiras; e III - cumprir as diretrizes e determinações emanadas pela Presidência do INMETRO.

## II - Quadro - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (*)
Diretoria de Avaliação da Conformidade – DCONF	Implantar programas de avaliação da conformidade de forma assistida, alinhados às políticas do SINMETRO e às práticas internacionais, promovendo competitividade, concorrência justa e proteção do cidadão.	Alfredo Carlos Órphão Lobo	Diretor	10/5/2000 - atual
Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE	Prover confiança aos produtos e serviços disponibilizados à sociedade, bem como contribuir para a competitividade da indústria nacional e sua inserção no comércio exterior, por meio do reconhecimento da competência de Organismos de Avaliação da Conformidade, com credibilidade e em consonância com as práticas internacionais.	Aldoney Freire Costa	Diretor	9/13/2015 - atual
Diretoria de Metrologia Científica - DIMCI	Prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, visando ao aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e à disseminação das unidades de medida rastreadas ao Sistema Internacional de Unidades.	Humberto Siqueira Brandi	Diretor	17/12/2004 - atual
Diretoria de Metrologia Legal -DIMEL	Prover a credibilidade dos resultados das medições em metrologia legal, por meio de regulamentos, meios técnicos e operações, visando relações comerciais justas, à saúde e à segurança do cidadão e à preservação do meio ambiente.	Luiz Carlos Gomes dos Santos	Diretor	4/6/2007 - atual
Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - DIMAV	Atuar na área das ciências da vida, incluindo, mas não se limitando, a biotecnologia, fármacos e toxicologia, formação de recursos humanos, com vistas ao depósito de patentes no campo da biotecnologia, para oferecer material biológico certificado para fins de pesquisa e desenvolvimento e aplicação biotecnológica.	Wanderley de Souza José Mauro Granjeiro	Diretor	2/3/2007 Exonerado: 2/10/2015 Nomeado: 2/10/2015
Diretoria de Tecnologia e Inovação – DITEC(*)	Apoiar a inserção competitiva da empresa brasileira, por meio do desenvolvimento tecnológico e da inovação dos produtos, processos e serviços que se diferenciam pela exatidão das medições e/ou pela atestação da sua qualidade.	Carlos Alberto Aragão	Diretor	15/8/2014 Exonerado:16/3/2016

Coordenação Geral de Articulação Internacional –CAINT	Prover aos exportadores brasileiros informações e soluções articuladas para superação de barreiras técnicas ao comércio, por meio de negociações e acordos de cooperação técnica, regionais e internacionais, visando ao acesso a mercados e à facilitação do comércio exterior.	Jorge Antonio da Paz Cruz	Diretor	18/1/2006 - atual
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional / <b>Divisão de Planejamento Orçamentário</b> - DPLAN/DIPLO	Coordenar a elaboração da proposta orçamentária, do orçamento plurianual e demais atividades relacionadas ao orçamento da Autarquia; Acompanhar e avaliar a execução orçamentária do INMETRO; Monitorar a evolução das receitas e despesas da Autarquia; e Implementar a metodologia de elaboração, execução, acompanhamento e controle orçamentário das unidades principais.	Raul Machareth Godinho	Chefe de Divisão	21/12/2007 - atual
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional / <b>Divisão de Planejamento</b> - DPLAN/DIPLA	Coordenar a elaboração e implantação do planejamento estratégico do INMETRO; Assessorar as unidades organizacionais do INMETRO no aprimoramento de seus processos de planejamento tático e administrativo; Elaborar estudos no campo de atuação do INMETRO para subsidiar decisões estratégicas; coordenar e monitorar o processo de gestão de resultados, para assessorar o Presidente da Autarquia; Assessorar as unidades organizacionais do INMETRO na gestão de processos; e Assessorar as unidades organizacionais finalísticas na elaboração dos conteúdos do relatório de gestão.	Arcadio de Paula Fernandez	Chefe de Divisão	13/2/2008 - atual
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional / <b>Divisão de Gestão Corporativa</b> - DPLAN/DGCOR	Coordenar o processo de monitoramento do plano estratégico, do orçamento e custos do INMETRO; Coordenar os Sistemas de Informações Gerenciais do INMETRO; Coordenar a elaboração e o processo de avaliação interna do Contrato de Gestão; Coordenar a integração do planejamento institucional com as unidades administrativas do INMETRO; e Coordenar a elaboração das pesquisas de opinião do INMETRO e o tratamento dos seus resultados.	Silvio Ghelman	Chefe de Divisão	28/11/2006 - atual

<p>Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional/<b>Coordenação de Gestão de Pessoas</b> - DPLAN/COGEP</p>	<p>Propor e gerenciar políticas e programas para o desenvolvimento e valorização dos recursos humanos do INMETRO; Articular-se com setores responsáveis pela gestão de RH de outros órgãos públicos e privados; Realizar estudos para dimensionamento da força de trabalho do INMETRO; e Implementar o Sistema de Avaliação de Desempenho Individual do INMETRO</p>	<p>Paulo Roberto Rodrigues</p>	<p>Coordenador</p>	<p>13/2/2007 Exonerado: 18/02/2016</p>
<p>Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento/<b>Coordenação de Informática</b> - DPLAN/CTINF</p>	<p>Gerenciar a política de informática; Supervisionar a infraestrutura de informática, o desenvolvimento de sistemas e o suporte e atendimento aos usuários do INMETRO;Regularmentar a aquisição e o uso de bens e serviços de informática do INMETRO; e Interagir com organizações nacionais e internacionais para pesquisa e desenvolvimento de aplicações avançadas da Tecnologia da Informação, de interesse do INMETRO e da RBMLQ-I.</p>	<p>Sandra Aparecida Dias</p>	<p>Coordenadora</p>	<p>28/3/2008 Exonerado: 18/2/2016</p>

(\*) **Diretoria extinta.**

**Áreas:** DCONF, CGCRE, DIMCI, DIMEL, DIMAV, DITEC e CAINT

**Subunidades:** DIPLO, DIPLA, DGCOR, COGEP, CTINF e DIGEQ

## 2.7 Macroprocessos Finalísticos

### III - Quadro - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Avaliação da Conformidade	Implantar programas de avaliação da conformidade de forma assistida, alinhados às políticas do SINMETRO e às práticas internacionais, promovendo competitividade, concorrência justa e proteção do cidadão.	Programas de avaliação da conformidade, medidas regulatórias.	Instituições públicas ou privadas; associações e entidades de classe; fabricantes diversos; órgãos regulamentadores; governo; setores produtivos; consumidores.	Diretoria de Avaliação da Conformidade - DCONF
Acreditação	Prover confiança aos produtos e serviços disponibilizados à sociedade, bem como contribuir para a competitividade da indústria nacional e sua inserção no comércio exterior, por meio do reconhecimento da competência de Organismos de Avaliação da Conformidade, com credibilidade e em consonância com as práticas internacionais.	OAC acreditados; instalações de testes reconhecidas; novos programas de acreditação.	Laboratórios; organismos (inspeção e certificação); produtores de materiais de referência; provedores de ensaios de proficiência; instalações de teste.	Coordenação-Geral de Acreditação – CGCRE
Garantia Metrológica	Prover a credibilidade dos resultados das medições em metrologia legal, por meio de regulamentos, meios técnicos e operações, visando relações comerciais justas, a saúde e a segurança do cidadão e a preservação do meio ambiente.	Regulamentos técnicos metrológicos; portarias de aprovação de modelo; portarias de concessão de autorização; portarias de cancelamento de autorização; ofícios de manutenção de autorização; laudos de perícia metrológica; certificados de verificação; marcas de verificação; marcas de selagem; liberação de importação de instrumentos de medição e dispositivos.	Fabricantes, importadores e reparadores de instrumentos de medição regulamentados; associações; entidades de classe; parlamentares; cooperativas; órgãos governamentais; comerciantes; prestadores de serviços; usuários ou proprietários de instrumentos de medição; poder judiciário.	Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL / Coordenação-Geral da RBMLQ-I- CORED

Tecnologia e Inovação	Apoiar a inserção competitiva da empresa brasileira, por meio do desenvolvimento tecnológico e da inovação dos produtos, processos e serviços que se diferenciam pela exatidão das medições e/ou pela atestação da sua qualidade.	Projetos tecnológicos incubados; contratos de licenciamento de tecnologia; acordos de parceria tecnológica; pedidos de depósito de patentes.	Empresas; universidades; institutos de pesquisa.	Diretoria de Inovação e Tecnologia– DITEC
Metrologia Aplicada às Ciências da Vida	Atuar na área das ciências da vida, incluindo, mas não se limitando a, biotecnologia, fármacos e toxicologia, formação de recursos humanos, com vistas ao depósito de patentes no campo da biotecnologia, para oferecer material biológico certificado para fins de pesquisa e desenvolvimento e aplicação biotecnológica.	Artigos científicos, relatórios técnicos, pedidos de patente, patentes; relatórios técnicos de análise ou ensaio; materiais de referência certificados.	Agências de fomento; órgãos do governo; entidades de cooperação científica; empresas privadas; polícias; universidades; centros de pesquisa.	Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida
Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia	Prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, visando ao aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e à disseminação das unidades de medida rastreadas ao Sistema Internacional de Unidades.	Instrumentos, equipamentos e artefatos calibrados; relatórios de ensaio; notas técnicas; relatórios de proficiência; materiais de referência (MR); materiais de referência certificados (MRC); publicações científicas; patentes; métodos.	Laboratórios acreditados; empresas; laboratórios em universidades ou centros de pesquisa; organismos acreditadores/certificadores; institutos nacionais de metrologia; instituições designadas; órgãos do governo; provedores de ensaio de proficiência; produtores de MR(C)	Diretoria de Metrologia Científica e Industrial – DIMCI
Articulação Internacional	Prover aos exportadores brasileiros informações e soluções articuladas para superação de barreiras técnicas ao comércio, por meio de negociações e acordos de cooperação técnica, regionais e internacionais, visando ao acesso a mercados e à facilitação do comércio exterior.	Informações sobre regulamentos técnicos nacionais e internacionais; acordos de cooperação técnica internacional; regulamentos técnicos negociados.	Empresas interessadas em exportar; INMETRO; institutos congêneres internacionais; Estados parte do MERCOSUL, regulamentadores, MDIC, MRE.	Coordenação-Geral de Articulação Internacional - CAINT

## 2.7.1 Avaliação da Conformidade (Diretoria de Avaliação da Conformidade - DCONF)

### **Articulação Externa e Desenvolvimento de Projetos Especiais**

- O Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC) entrou em revisão e o Plano de Ação Quadrienal, que pertence ao seu escopo, está sendo revisado. Enquanto isso, foi mantida a versão PAQ 2014-2017.
- Aprovada a Agenda Regulatória em fevereiro de 2015 e publicada em março de 2015.
- Consolidação de DOQ sobre alternativas regulatórias, trazendo um rol das medidas regulatórias a serem adotadas no atendimento das demandas sobre regulamentação.
- Divulgadas e internalizadas as diretrizes de regulamentação do INMETRO.
- Concluídos os estudos sobre delimitação do escopo e das formas de delegação de competência.

### **Cerflor**

- Aumento de 20,5% nas áreas certificadas de Manejo Florestal Sustentável (MFS).
- Total de 2.797.161,45 hectares de áreas de MFS certificadas e 70 organizações de cadeia de custódia certificadas até dezembro de 2015.

### **Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade**

Publicadas, em caráter definitivo, Portarias de novos RT e PAC que tratam de 10 itens da Agenda Regulatória (novos):

- Luvas de Proteção Contra Agentes Biológicos, Não Sujeitas ao Regime de Vigilância Sanitária, de Borracha Natural, Borracha Sintética, Misturas de Borracha Natural e Sintética, e de Policloreto de Vinila - publicado no DOU através da Portaria INMETRO nº 123/2015, em 11/3/2015.
- Mangueiras de Incêndio - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 148/2015, em 17/3/2015.
- Lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 144/2015, em 17/3/2015.
- Plataformas Elevatórias Veiculares para Veículos com Características Rodoviárias - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 164/2015, em 25/3/2015.
- Aerogeradores – publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 168/2015, em 25/3/2015.
- Sustentabilidade do Processo Produtivo de Couro - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 314/2015, em 1º/7/2015.
- Materiais e Equipamentos da Construção Civil - Anexo Tintas para Construção Civil - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 529/2015, em 20/10/2015.

- Tintas Utilizadas em Dispositivos Antifurto para Tratativas de Numerário - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 536/2015, em 23/10/2015.
- Centrífugas de Roupas - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 553/2015, em 3/11/2015.
- Aplicação, Reparo e Reforma de Revestimento Interno de Tanque de Produtos Perigosos - publicado no DOU por intermédio da Portaria INMETRO nº 595/2015, em 18/12/2015.

O ano de 2015 encerrou com um total de 190 RT/PAC desenvolvidos, implantados e em implementação. Do total de 190 RT/PAC, 151 são compulsórios e 39 são voluntários.

Entre os 151 RT/PAC compulsórios, 109 estão implantados e 42 estão em implementação.

### **Anuência e Registro**

#### Anuência de licenças

- De janeiro a dezembro de 2015, foram analisadas 156.398 licenças para importação de produtos, com tempo médio de análise de 4 dias. No que se refere a Registros de objetos, totalizamos 8.027 registros concedidos, com tempo médio de análise de 9 dias.

#### Acordo de cooperação entre INMETRO e Receita Federal do Brasil

- Destaque para a Operação Natal Seguro 2015, operação conjunta de grande porte com a Receita Federal, destinada a fiscalizar importações de brinquedos, eletrodomésticos e lâmpadas, abrangendo cerca de 64 empresas: 23 de brinquedos, 31 de eletrodomésticos e 10 de lâmpadas.

### **Promoção da Atividade de Avaliação da Conformidade**

- Monitorados, com Plano de Implantação Assistida, 61% dos itens que compõem a Agenda Regulatória 2015-2016, representando um total de 108 itens da Agenda Regulatória com planos de implantação assistida, de um total de 176 itens, segundo dados atualizados em 14 de julho de 2015.
- Monitorados 161 Planos de Implantação Assistida, dos quais 135 estão em execução e os demais estão concluídos, aguardando (decisão), adiados (sem prazo determinado) ou cancelados.

### **Programa de Análise de Produtos**

- Divulgados os resultados da análise de Gelo para Consumo Humano. A análise foi divulgada no Jornal Extra e replicada em outras mídias, tais como: Fator Brasil – Online, Agência Brasil, A Crítica Online – Manaus, Portal AZ, em fevereiro de 2015.
- Divulgados os resultados da Análise de Usabilidade de Embalagens (Fantástico, em 10/5/2015), com duração de 4 minutos e 47 segundos.
- Divulgados os resultados da análise de Cerveja sem Álcool em 15 mídias diferentes, em agosto de 2015.
- Divulgados os resultados da análise de Banda Larga Móvel Internet 3G e 4G no *site* do INMETRO em 9/9/2015.
- Divulgados os resultados da análise de Teor de Chumbo em Tintas Imobiliárias no (Fantástico, em 4/10/2015), com duração de 4 minutos e 13 segundos.
- Divulgados os resultados da análise de Azeite de Oliva Extra Virgem (Fantástico, em 20/12/2015), com duração de 4 minutos e 28 segundos.

## **Acompanhamento no Mercado**

- Coordenação e realização de 2 (dois) Cursos de Formação de Agente Fiscal de Objetos Regulamentados.
- Promoção do 8º Curso de Formação de Auditores Líderes (CFAL), presencial, em articulação com o Núcleo de Capacitação de Agentes Fiscais (Nucaf).
- Coordenação, monitoramento e consolidação dos dados das Operações Especiais realizadas pela RBMLQ-I. Informações disponíveis na página do INMETRO: [www.INMETRO.gov.br](http://www.INMETRO.gov.br).
  - FEV – Operação Especial – Boa Viagem, realizada no período de 2 a 6/2 - Capacetes de proteção para ocupantes de motocicleta (3045); Pneus novos (3051); Pneus para motocicletas (3076); Dispositivo de retenção para crianças (3332); Pneus reformados-produto- (3336); ARLA 32 (3469); Rodas automotivas de aço ou de alumínio (3499); Vidro de segurança temperado (3790); Vidro de segurança laminado (3791).
  - MAR – Operação Especial – Páscoa, realizada no período de 16 a 20/3 – Brinquedo em produtos de Páscoa (3049).
  - ABR – Operação Especial – Dia das Mães, realizada no período de 22 a 30/4 – Produtos têxteis (3141).
  - MAI – Operação Especial – Que Beleza, realizada no período de 25 a 29/5 – Aparelho elétrico para permanente de cabelo (3566); Barbeador elétrico (3567); Chapa térmica elétrica (alisadora/chapinha/prancha) (3568); Depilador elétrico (3569); Ferro elétrico de enrolar cabelo (3570); Máquina elétrica de corte de cabelo (3571); Sauna elétrica facial (3572); Secador elétrico de cabelo (3573); Secador elétrico de mãos (3574).
  - JUN - Operação Especial – GLP-Serviço, realizada no período de 22 a 26/6 – serviço de requalificação para GLP (3814); serviço de inspeção do recipiente para GLP (3849).
  - JUL - Operação Especial – Volta às Aulas, foi substituída pela Operação Especial – Carro Andando, realizada no período de 27 a 31/7 – Bateria de chumbo-ácido para veículos automotores (3792).
  - AGO – Não houve operação especial.
  - SET/OUT - Operação Especial – Dia das Crianças, realizada no período de 28/9 a 2/10 – Brinquedo (3049); Mamadeira (3055); Chupeta (3407); Bico de Mamadeira (3424) e Berço Infantil (3706).
  - NOV - Operação Especial – Mãos à Obra, realizada no período de 9 a 13/11 – Capacete de segurança p/ industrial-EPI (3393); Luva isolante de borracha-EPI (3427); Peça semifacial filtrante p/ partículas – Máscara EPI (3428); Cinturão de segurança p/ proteção contra quedas com diferença de nível-EPI (3807); Dispositivo trava-queda p/ proteção contra quedas com diferença de nível-EPI (3808) e Talabarte de segurança p/ proteção contra quedas com diferença de nível-EPI (3809).
  - DEZ - Operação Especial – Papai Noel, realizada no período de 7 a 11/12 – Brinquedo (3049); Bicicleta de uso infantil (3313); Luminária natalina tipo mangueira (3490) e Luminária natalina tipo pisca-pisca (3491).
- Consolidação dos resultados da abrangência territorial das visitas de fiscalização da RBMLQ-I. O objetivo desta atividade é evitar que produtos irregulares sejam remetidos para cidades do interior, no intuito de driblar a fiscalização.

## **Ações da Diretoria no Plano Brasil Maior**

### **Caminho da Escola – Ônibus Escolares**

Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o FNDE (MEC) e o INMETRO, visando ao assessoramento técnico na elaboração das especificações em assuntos de Avaliação da Conformidade nas áreas de segurança e acessibilidade e aprovação dos protótipos de ônibus escolares pelo INMETRO.

De janeiro a dezembro de 2015, foram inspecionados 1.688 ônibus escolares.

O projeto iniciado no ano de 2008 atingiu a marca de 34.700 ônibus inspecionados em dezembro/2015.

### **Caminhões Refrigeríficos**

Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o FNDE (MEC) e o INMETRO, com o objetivo de executar inspeções nos caminhões refrigeríficos para a distribuição de produtos alimentícios perecíveis e não perecíveis destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. O projeto previa, em seu primeiro ano de execução, a inspeção de 500 caminhões.

O INMETRO aprovou o protótipo, e forneceu treinamento para os representantes da RBMLQ-I com o objetivo de capacitá-los para a inspeção de recebimento dos caminhões refrigeríficos. Devido ao corte orçamentário que alterou a meta do projeto e paralisou os serviços da Rede, a própria equipe da DIPAC inspecionou 32 caminhões ao longo do ano de 2015.

### **PBE Veicular**

Programa conduzido pelo INMETRO em parceria com os programas CONPET, da Petrobras, e PROCONVE, do IBAMA. Participação de 36 marcas e 567 modelos/versões. Em relação ao ano de 2014, o programa apresentou um crescimento de 47% em número de modelos/versões.

Até 2017, 100% dos veículos declarados terão a etiqueta afixada nos seus vidros com informações quanto à eficiência energética na sua categoria e na geral, à autonomia em km por litro de combustível na cidade e na estrada, à emissão de gás efeito estufa (CO<sub>2</sub>) de origem fóssil não renovável, e à classificação da emissão de gases poluentes (hidrocarbonetos, monóxido de carbono e óxido de nitrogênio). Também foi incluída a inédita classificação dos poluentes regulamentados pelo CONAMA, acordada entre as partes com a publicação da portaria conjunta IBAMA/INMETRO. A classificação se dá por letras de “A” a “E”.

Merece destaque ainda a ampliação do PBEV aos veículos de motores ciclo Diesel, sem a chancela do Inovar Auto.

### **PBE Edificações**

O Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações (PBE Edifica), coordenado em parceria com o Procel Edifica/Eletróbrás, atingiu a marca de 3.256 etiquetas emitidas, sendo 3.099 na área residencial e 157 na área de prédios comerciais, públicos e de serviços, em dezembro de 2015.

### **PBE Iluminação**

Publicada a regulamentação que estabelece a certificação compulsória de lâmpadas LED e de luminárias LED destinadas à iluminação pública, cujo foco será a avaliação da segurança, a eficiência energética e requisitos que influenciam diretamente na durabilidade e na confiabilidade dos produtos. Com isso, o Brasil contará com regras equânimes para produtos nacionais e importados, que regularão o mercado, propiciando produtos mais seguros e confiáveis ao consumidor, além de favorecer um ambiente de concorrência justa.

## 2.7.2 Acreditação de Laboratório (Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE)

### **Novo sistema para fiscalização de Certificados de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel**

Em 2013, o INMETRO iniciou o desenvolvimento de uma base de dados para cadastro de veículos e equipamentos que transportam produtos perigosos. Esta base possibilitará ao INMETRO e à Polícia Rodoviária Federal maior controle e efetividade nas operações de fiscalização no transporte deste tipo de produto. No começo de 2014, foram iniciados os testes neste sistema. Durante os primeiros meses de 2014, decidiu-se que o projeto seria melhor conduzido integrado ao novo sistema informatizado da CGCRE, ora em fase final de seu desenvolvimento. A emissão dos certificados de inspeção por um organismo acreditado seria controlada a partir dos novos bancos de dados, dificultando ainda mais os erros e as fraudes. O módulo do sistema informatizado que será utilizado para apoiar a fiscalização foi finalizado em 2015, restando apenas a migração dos dados para o banco a ele associado, o que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2016.

### **Aumento da segurança nas estradas e vias urbanas (carro padrão)**

Todos os veículos alterados, sinistrados ou que transportam produtos perigosos passam por um ensaio de frenagem na linha de inspeção mecanizada. Este ensaio tem como foco verificar a capacidade de um veículo frear (eficiência de frenagem) e o desequilíbrio desta frenagem (diferença de frenagem entre rodas do mesmo eixo). O problema é que estas linhas existentes no País emitem resultados que não podem ser considerados totalmente confiáveis, pois não existe padrão para verificar o seu desempenho. Para tal fim, desenvolvemos um carro preparado para avaliá-lo. Foi feita uma rodada de testes em março de 2013 com fabricantes de linhas de inspeção; outra foi realizada em fevereiro de 2014, com os mesmos participantes e outros incluídos. Após esta rodada final, foram estabelecidos requisitos de desempenho para as linhas de inspeção utilizadas pelos organismos acreditados, garantindo assim maior segurança nas vias urbanas. O veículo já foi construído e já foram realizadas duas rodadas de testes com os fabricantes de linhas de inspeção. A ação da CGCRE será, com base nesses resultados, incluir requisitos funcionais nas linhas de inspeção utilizadas pelos organismos acreditados. Estes requisitos serão incluídos na revisão da norma ABNT NBR ISO 14040, que está em revisão com a participação de um servidor da CGCRE. Ao longo de 2015, a CGCRE trabalhou na revisão da Norma ABNT/NBR ISO14040, de forma a inserir requisitos funcionais e construtivos nas linhas de inspeção dos organismos que executam os serviços de avaliação da conformidade relacionados ao escopo em questão. Todavia, o processo de revisão de normas desse tipo exige cuidados extras, o que vez por outra o torna mais lento, razão pela qual a CGCRE optou por rever sua norma interna específica, nela inserindo alguns dos requisitos que se pretende para a norma geral, de forma a conferir mais confiabilidade aos testes de frenagens realizados pelos organismos de inspeção acreditados.

### **Ensaio para detecção e quantificação de substâncias psicoativas**

Desde 2013, a partir da execução do Projeto de “Acreditação de Laboratórios na Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do INMETRO para Atendimento aos Programas de Prevenção do Uso Indevido de Substâncias Psicoativas na Aviação Civil, da Agência Nacional de Aviação (ANAC)”, foi possível mapear laboratórios e captar e treinar avaliadores e especialistas, visando à efetiva acreditação dos laboratórios. Tais atividades foram precedidas por duas pesquisas de prospecção com laboratórios em todo o território nacional, realizadas em 2013 e 2015. Ainda nesse ano foi realizado, em Brasília, o II Seminário ANAC-INMETRO, o qual contou com a participação de todos os atores envolvidos na aviação civil do País, contemplando também os potenciais laboratórios de ensaio com capacidade analítica para outras matrizes, incluindo cabelo. Em 2015, mais duas autoridades regulamentadoras emitiram critérios para exames toxicológicos no ambiente de trabalho: editadas (i) a Deliberação CONTRAN número 145, de 30/12/15, que estabelece critérios para exame de larga janela de detecção do consumo de substâncias psicoativas, exigido quando da adição e renovação da habilitação de motoristas nas categorias C, D e E; e (ii) a Portaria

nº 116, de 13 de novembro de 2015, do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Os dois regulamentadores estabelecem a obrigatoriedade dos exames para detecção e quantificação de substâncias psicoativas utilizando as mesmas técnicas de medição em matrizes diferentes. A ANAC exige que os ensaios sejam realizados na matriz urina; o CONTRAN, em cabelo.

É fato que desde o princípio do desenvolvimento do projeto na CGCRE, já existia a visão de que seria necessária uma política nacional ampla que pudesse congrega o desenvolvimento de uma rede de laboratórios nacionais de ensaios toxicológicos que atendessem a todos os setores envolvidos mediante demanda do regulamentador, incluindo ANTT, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Saúde, Polícias Militar e Civil dos Estados, entre outros, que regulam tais atividades. Dessa maneira, a rede de laboratórios acreditados pela CGCRE propiciará o necessário suporte à criação de novos programas de outras autoridades que regulam atividades de risco no País.

Da implantação do projeto até a data atual, o país já conta com 4(quatro) laboratórios acreditados pela CGCRE que realizam ensaios de substâncias psicoativas. Adicionalmente, 5 (cinco) laboratórios acreditados para outros escopos solicitaram extensão de suas creditações para ensaios de substâncias psicoativas. No primeiro semestre de 2016, após o fechamento dos processos de extensão e de acreditação inicial que estão em andamento, espera-se que 6 (seis) laboratórios já estejam acreditados para atenderem à ANAC e ao DENATRAN, assim como outras autoridades regulamentadoras que estabelecem a obrigatoriedade em suas áreas específicas.

#### **Automação do Processo e Acreditação**

O novo sistema informatizado da CGCRE propiciará a redução dos tempos médios na prestação dos serviços de Acreditação, além de servir para aumentar a qualidade em todos os outros processos envolvidos, no âmbito da Coordenação. Adicionalmente, o sistema contemplará uma base de dados relativa aos produtos e empresas certificados por organismos de avaliação da conformidade acreditados. Ao longo dos anos de 2014 e de 2015 foram finalizados o mapeamento e a modelagem dos processos da CGCRE, bem como foi elaborada a documentação para o desenvolvimento propriamente dito do sistema na fábrica de *software*. Todos os produtos entregues têm a verificação de qualidade de *software* estabelecida por empresa contratada especificamente para esse fim. Em 2015, foram adquiridos e instalados todos os equipamentos - 2 (dois) equipamentos servidores e 1 (um) equipamento *storage* – necessários para a consecução do projeto, os quais já estão em operação. Alguns módulos do sistema já foram entregues, estando instalados após a fase de testes e homologação. Os módulos que tratam especificamente da automatização dos principais processos da Acreditação já estão em fase de testes e homologação, ficando o início da operação previsto para julho de 2016.

#### **Ampliação dos Recursos Humanos para a Atividade de Acreditação**

Em 2015, foram recebidas 259 inscrições para os editais de captação para credenciamento de candidatos a avaliadores e especialistas da CGCRE. Deste total, foi concluída a análise do processo de inscrição de 242 candidatos para as diversas modalidades de Acreditação operadas pela UP. Após análise, 137 candidatos foram considerados aptos a ingressarem nas trilhas de qualificação definidas para cada modalidade, ao passo que 94 profissionais concluíram as demais etapas e foram qualificados como avaliadores e/ou especialistas.

#### **Reconhecimento internacional nas práticas de Acreditação de organismos de inspeção pelos fóruns internacionais – IAF, ILAC e IAAC**

Os acordos de reconhecimento mútuo entre organismos de acreditação são uma das formas mais eficazes de facilitar a eliminação da necessidade de duplo ensaio de materiais e produtos nos países importadores, problema identificado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como sendo uma das maiores barreiras técnicas ao comércio. Com estes acordos, os resultados dos ensaios e calibrações realizados pelos laboratórios acreditados pela CGCRE, por exemplo, passam a ser aceitos pelos demais organismos de acreditação signatários. Os acordos de reconhecimento mútuo

entre organismos de acreditação serão, cada vez mais, um mecanismo para facilitar o comércio e uma base técnica para os acordos de comércio exterior entre os governos. O Acordo Multilateral de Reconhecimento Mútuo assinado pela CGCREcom a *Inter American Accreditation Cooperation* (IAAC) é reconhecido pela *International Laboratory Accreditation* (IILAC) e pelo *International Accreditation Forum* (IAF). Entre os dias 28 de setembro e 2 de outubro de 2015, a CGCRE passou por uma avaliação de pares no âmbito da IAAC objetivando: 1) Manter os acordos de reconhecimentos mútuos para acreditação de Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão, Organismos de Certificação de Produtos, Laboratórios de ensaios, Laboratório de calibração, Laboratórios clínicos e Organismos de Inspeção; 2) Entender o reconhecimento mútuo da acreditação para as áreas de Provedores de Ensaios de Proficiência e Produtores de Materiais de Referência.

A equipe de avaliadores de pares foi liderada pela Sr<sup>a</sup> Barbara Beltzer (Estados Unidos) e por outros dois líderes em treinamento: Veronica Garcia (México) e Rassoulou Diallo (Canadá). Os demais membros da equipe foram: Victor Angeles (México); Maria Miranda (Cuba); Duberly Barrillas (Guatemala); Juan Carlos Gonzalez (Colômbia); Yrene Caballero (Paraguai); Marcelo Gamarra (Uruguai) e Paola Marsico (Argentina).

Na reunião final da referida avaliação, a equipe avaliadora anunciou que iria recomendar tanto a manutenção como a extensão dos acordos de reconhecimentos, após a CGCRE resolver os desvios constatados. A CGCRE já encaminhou as evidências de implementação de ações aos avaliadores e está aguardando a manifestação por parte da equipe. A continuidade da CGCRE nos Acordos mencionados possivelmente será confirmada pelo Comitê do Acordo Multilateral da IAAC em reunião que ocorrerá em março de 2016.

### **Encontro de Organismos de Avaliação da Conformidade (ENOAC) e Evento do Dia Mundial da Acreditação**

O evento Dia Mundial da Acreditação 2015, realizado em 9 de junho, teve como tema “Acreditação: entregando confiança em saúde e assistência social”. O objetivo do evento foi a troca de experiências entre membros de instituições ligadas à acreditação. Além de diretores do INMETRO, o encontro também teve como palestrantes representantes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade (ABRAC), representantes do setor de inspeção veicular e das certificadoras. Cerca de 150 pessoas estiveram presentes no auditório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, onde o evento foi realizado.

O VII Encontro de Organismos de Avaliação da Conformidade (ENOAC 2015) aconteceu entre 1º e 3 de setembro de 2015, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, com um público total de quase 600 participantes. A programação do evento compreendeu a apresentação dos resultados e das ações empreendidas em 2014, e também debates com os OAC acreditados, de forma a identificar melhorias a serem implementadas nos processos de Acreditação. O Coordenador-Geral de Acreditação do INMETRO, Aldoney Costa, abriu o evento, reforçando a importância do Encontro como um momento para troca de informações entre o Instituto e os organismos acreditados.

### **Cooperação Técnica Internacional**

O INMETRO mantém acordos de cooperação técnica com países da América Latina para o desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica. Como parte das atividades com os organismos de acreditação que são membros da Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), a Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do Instituto recebeu, em fevereiro de 2015, a visita do representante do Organismo de Acreditação Boliviano (DTA-IBMETRO), Sr. Jaime Mendoza Carvallo, que teve a oportunidade de observar a avaliação realizada pela CGCRE em um organismo de inspeção. O visitante destacou a importância da interação do INMETRO com países ainda em fase de estruturação dos serviços de acreditação, promovendo a difusão de conhecimento que certamente contribuirá para realização de melhorias nos organismos congêneres.

### 2.7.3 Garantia Metrológica (Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL e Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I - CORED)

#### **DIMEL**

##### **Regulamentação Técnica**

Em 2015, a DIMEL propôs 8 Regulamentos Técnicos Metrológicos (RTM), entre novos instrumentos de medição regulamentados e aperfeiçoamento de regulamentos em vigor, realizou 192 aprovações e modificações de modelos aprovados e respondeu a 900 consultas a respeito das atividades de metrologia legal.

##### **Medições de Massa**

Está sendo revisado o RTM de instrumentos de pesagem não automáticos (balanças), que tem relevante impacto na sociedade, pois as balanças estão presentes no comércio, nas indústrias, nas rodovias e nas práticas de profissionais da área da saúde, e o trabalho do INMETRO no controle legal desses instrumentos de medição tem grande visibilidade em todo o país, sendo esse controle legal um dos principais serviços prestados pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade-INMETRO (RBMLQ-I). Considerando a situação econômica do país e o impacto que este regulamento pode causar no segmento de balanças, a proposta do regulamento está em discussão com as partes envolvidas para a redefinição dos prazos da implementação do RTM.

##### **Programa de Rastreabilidade Metrológica de Grandes Massas**

Com a atuação do laboratório móvel da Divisão de Massa e Comprimento - DIMAC, a DIMEL dissemina a rastreabilidade de pesos-padrões utilizados na Rede Brasileira de Metrologia Legal do INMETRO (RBMLQ-I). Esses pesos-padrões servem para realizar a verificação, a calibração e a supervisão metrológica de balanças de grande capacidade instaladas em todo o território nacional, assegurando a confiabilidade metrológica nos resultados de medição.

Durante 2015 o cronograma de calibração do território nacional teve que ser ajustado para atender a corte de gastos do Governo.

##### **Medições de Pressão e Temperatura**

O novo RTM de esfigmomanômetros, instrumentos de medição com impacto no diagnóstico de doenças e, conseqüentemente, na saúde do cidadão, visa absorver as novas tecnologias utilizadas no mundo com relação a esse aparelho.

Continua em andamento o desenvolvimento de RTM para calibradores de pneus, instrumento utilizado para medir a pressão de pneus de automóveis, motocicletas e bicicletas, que visa a minimizar os acidentes de trânsito vinculados à pressão do pneu.

O sistema para calibração de padrões de pressão, que tem como objetivo permitir que os órgãos da RBMLQ-I façam as calibrações dos seus próprios padrões, de forma a minimizar custos e otimizar o processo de calibração por parte do órgãos estaduais, está na fase de validação do *software*, com previsão de implementação em 2016.

##### **Área de Petróleo e Gás**

O INMETRO, em conjunto com representantes dos setores relacionados à medição de petróleo e gás natural, desenvolveu RTM sobre os medidores de vazão de gás natural para suporte às atividades de produção, importação, exportação e transporte de gás natural no País. Esta é uma ação relevante não só no aspecto do apoio à estrutura regulatória do setor, fomentando as atividades da cadeia de valor do gás, mas também quanto à harmonização das relações econômicas advindas, por exemplo, dos contratos de compra e venda de gás natural celebrados entre entes privados.

Ainda nessa área de gás natural, o INMETRO publicou a Portaria INMETRO nº 272/2014, que aprovou o regulamento técnico metrológico para os cromatógrafos a gás em linha, que tem papel importante na precificação do gás natural comercializado no país. O gás natural é usado de muitas

formas no país, entre elas para movimentar as indústrias e para a geração de energia elétrica, tendo um forte impacto na economia e no desenvolvimento industrial.

Em 2015, foi iniciado o processo de aperfeiçoamento do RTM sobre os medidores de vazão de petróleo (Portaria INMETRO nº 64/2003). O RTM incluirá requisitos de segurança de *software* e estará alinhado à recomendação internacional da OIML. Também está prevista a edição de RTM sobre os computadores de vazão. Esses instrumentos de medição são responsáveis pelo cálculo do volume de petróleo e gás natural. A partir desse cálculo, por exemplo, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP - regula a exploração e produção de petróleo e gás natural no país e determina a distribuição dos *royalties* aos Estados, Municípios e proprietários de terras.

### **Metrologia no Trânsito**

A partir de agosto de 2015, entrou em vigor a Portaria INMETRO n.º 544/2014, que aprova o novo RTM de medidores de velocidade de veículos automotores, contemplando as novas tecnologias utilizadas nesse instrumento de medição, principalmente em relação aos requisitos de *software*. Todos os modelos aprovados terão que passar por nova avaliação.

O RTM para medidores de dimensões de veículos rodoviários com medição dinâmica, ou seja, realizada com o veículo em movimento, está em vias de ser colocado em consulta pública, aguardando os ensaios de compatibilidade eletromagnética em protótipos a serem fornecidos pelo setor produtivo em janeiro de 2016. A previsão de publicação desse regulamento é para o próximo ano.

Em 2015 foi iniciado o estudo de rastreabilidade do simulador de pista para ensaio de cronotacógrafo, instrumento de medição de velocidade, tempo e distância, usado para monitorar o trânsito de ônibus e caminhões no país. Este estudo é de fundamental importância para melhor estimar a incerteza da metodologia atualmente utilizada e dar maior confiabilidade às medições.

### **Metrologia na Área de Mercadorias Pré-medidas**

Priorizou-se a implementação de fóruns de discussão com associações industriais e de envasadores, propiciando a análise de temas específicos, característicos de um determinado setor produtivo (indústrias da alimentação, de cosméticos e higiene pessoal, de produtos de limpeza, de gás liquefeito de petróleo, etc.). Tem-se buscado o estabelecimento de comitês técnicos conjuntos do INMETRO e da indústria para avaliar e desenvolver métodos e procedimentos de medição utilizados no controle metrológico legal de produtos pré-embalados.

## **CORED**

### **Evolução da Receita da RBMLQ-I**

Em 2015 foram realizadas 23.291.419 verificações metrológicas, o que corresponde a um decréscimo de 15,2% frente às 27.471.261 verificações realizadas em 2014.

Em termos quantitativos (número de verificações), os resultados comparativos do ano de 2015 com o mesmo período de 2014 revelam um decréscimo da ordem de 5,8% das verificações subsequentes (periódicas e após reparo), que são atividades que dependem exclusivamente do planejamento e da atuação dos órgãos delegados da RBMLQ-I, e um decréscimo de 21,5% das verificações iniciais, que não estão sob controle dos Órgãos Delegados e que dependem de condições de mercado.

A receita gerada em 2015 foi de R\$ 393.156.170, o que corresponde a um decréscimo de 4,4% frente aos R\$ 411.405.572 de receita em 2014.

### **• Implementação da verificação de cronotacógrafos nos 26 Órgãos da RBMLQ-I**

Em 2015, foram realizadas 762.507 verificações metrológicas e 299.525 fiscalizações, o que corresponde a um aumento respectivo de 2,3% e 22,7% frente às 744.306 verificações e 231.521 fiscalizações realizadas em 2014. A receita gerada em 2015 foi de R\$ 60.005.436,94, o que corresponde a um aumento de 1,9% frente aos R\$ 58.826.376,12 de receita em 2014.

## **Planejamento e Acompanhamento Técnico para a RBMLQ-I**

- **Planos de Trabalho**

O Plano de Trabalho estabelece o planejamento e o acompanhamento da execução das atividades delegadas nas áreas de metrologia legal (verificações e fiscalização de instrumentos e produtos pré-medidos), de avaliação da conformidade (fiscalização de produtos e serviços) e ainda o planejamento dos processos homologados, gerados a partir dos autos de infração.

A pactuação dos planos bem como o acompanhamento mensal dos resultados são realizados pela Coordenação-Geral da RBMLQ-I, em conjunto com a Diretoria de Metrologia Legal (DIMEL) e a Diretoria de Avaliação da Conformidade (DCONF).

O principal destaque de 2015 foi o desenvolvimento do planejamento para 2016. A expectativa de geração de receita para 2016 é de R\$ 861.161.697,26.

Entretanto, considerando que novos limites de pagamento foram recém-estabelecidos para o ano, será necessária a revisão no planejamento.

As restrições orçamentária e financeira impossibilitaram a realização do ciclo de relacionamento com a RBMLQ-I e não foi possível efetuar o planejamento 2017-2019.

- **Capacitação da Força de Trabalho da RBMLQ-I**

Em parceria com a DIMEL, a DCONF e o Centro Integrado de Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade (CICMA), a CORED coordenou o planejamento e a execução da capacitação da força de trabalho da RBMLQ-I. Foram realizados 32 eventos, tanto para público interno quanto para o externo (oficinas credenciadas para verificação em cronotacógrafos), com 1.544 participações, basicamente na modalidade Ensino a Distância, nas atividades relacionadas à Metrologia Legal e à Avaliação da Conformidade.

- **Supervisão das Atividades Delegadas**

Consiste na atividade realizada pelo INMETRO, em todo o território nacional, coordenada pela CORED, com a finalidade de avaliar se os resultados obtidos pelas equipes de supervisão são compatíveis com os informados pelos Órgãos integrantes da RBMLQ-I através do SGI, no que diz respeito às atividades de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade.

Foram planejadas 8 supervisões para o ano de 2015. Entretanto, em função das restrições orçamentária e financeira, só foi possível realizar 1 supervisão, no Estado do Amapá.

## **Planejamento e Acompanhamento da Aplicação de Recursos Orçamentários e Financeiros na RBMLQ-I**

- **Planos de Aplicação**

O Plano de Aplicação visa planejar por meio de diretrizes e estratégias a aplicação dos recursos transferidos para a RBMLQ-I, bem como acompanhar a sua execução. Dessa forma, a gestão dos recursos é realizada com segurança, transparência e de maneira otimizada.

A pactuação dos planos, bem como o acompanhamento mensal dos resultados são realizados pela CORED em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF) e a Divisão de Planejamento Orçamentário (DIPO).

Para 2016, o planejado de execução de despesas é de R\$ 463.650.883,00.

- **Investimentos RBMLQ-I realizados com Repasses**

As restrições orçamentária e financeira impossibilitaram a realização dos investimentos previstos para 2015.

O realizado em 2015 diz respeito, basicamente, à execução financeira de aquisições iniciadas em 2014.

<b>Descrição</b>	<b>Pactuado (R\$)</b>	<b>Realizado (R\$)</b>
Aquisição de Imóveis	218.224,00	0,00
Aquisição de Veículos	5.124.000,00	1.459.975,88
Aquisição de Padrões de Trabalho	15.065.510,45	994.355,85
Aquisição de Material de Informática	7.257.186,00	2.590.779,51
Obras e Instalações	21.062.000,00	1.843.234,57
Outros Equipamentos e Material Permanente	4.264.554,03	2.435.879,63
<b>TOTAL</b>	<b>52.991.474,48</b>	<b>9.324.225,44</b>

- **Ações de Repasses (transferências) orçamentários e financeiros à RBMLQ-I**

As ações de repasses orçamentários e financeiros à RBMLQI são coordenadas pela CORED, em conjunto com a DIRAF e a DIPLO.

Cabe à CORED analisar/informar quais Órgãos da RBMLQ-I estão aptos, ou não, a receberem recursos.

Conforme convênio de delegação de competência, os repasses para a RBMLQ - I são estabelecidos entre 70% e 90% da receita classificada, desde que exista disponibilidade orçamentária e financeira do INMETRO.

Nesse contexto, considerando as restrições orçamentárias e financeiras impostas pelo Governo Central, a CORED atuou e, mediante liberação de recursos recebidos pelo INMETRO, estabeleceu que a sistemática de definição dos valores a serem repassados para os Estados fosse balizada pelos seguintes critérios: participação de cada órgão na arrecadação global, análise dos respectivos fluxos de caixa e, principalmente, dos itens de despesa, priorizando o pagamento de salários do quadro efetivo dos Órgãos e obrigações legais, visando preservar, ao máximo e indiscriminadamente, a consecução das atividades em todo o território nacional.

### **Sistemas de Informações para a RBMLQ-I**

A CORED busca estruturar a RBMLQ-I com um robusto sistema de informações, como forma de prover qualidade e produtividade nas atividades inerentes aos Órgãos Delegados, com uniformidade e padronização de procedimentos, sejam eles técnicos, administrativos ou jurídicos.

O SGI caracteriza-se como o braço principal dos Sistemas de Informação da RBMLQ - I. É um sistema informatizado, construído em plataforma *web*, para a gestão e a operacionalização das atividades técnicas, administrativas e jurídicas dos Órgãos integrantes da RBMLQ-I, e que agrega recursos implantados em nuvem para seus clientes e usuários externos.

Internamente, o SGI é responsável por toda a operacionalização das atividades-fim dos Órgãos Delegados, assim como constitui-se em ferramenta de planejamento e execução das demandas pertinentes à gestão local e da CORED.

Para o público externo, estão disponibilizados o Portal de Serviços do INMETRO nos Estados (PSIE) e o Portal de Cronotacógrafos, que servem como ferramentas de troca de informações para serviços específicos (ensaios em cronotacógrafo, oficinas de reparo, etc.) executados pela RBMLQ-I.

## Principais desenvolvimentos e implementações em 2015:

- **Desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado (SGI)**

- ✓ Desenvolvimento do módulo para homologação de processos em decisão final virtual;
- ✓ Módulo para envio de protesto de processo em Dívida Ativa (protesto eletrônico); e
- ✓ Relatórios de acompanhamento contábil dos órgãos delegados.

- **Portal de Serviços do INMETRO nos Estados (PSIE)**

- ✓ Desenvolvimento de toda a rotina de agendamento para verificação de taxímetro.

- **Portal de Cronotacógrafo**

- ✓ Total reestruturação do *site* em função da nova sistemática de pagamento.

## Programas e Ações Realizados

- **Ciclos de Gestão e de Relacionamento INMETRO - RBMLQ-I**

O calendário composto pelos diversos fóruns e instâncias de discussão (tendo como participantes gestores do INMETRO e gestores/técnicos da RBMLQ-I, coordenados pela CORED), cujo escopo aborda os aspectos orçamentários e financeiros, técnicos, de comunicação e de gestão, não foi cumprido conforme o planejado em função das restrições orçamentárias e financeiras que impossibilitaram a realização de eventos e deslocamentos.

- **Projetos - Investimentos com recursos INMETRO/CORED**

Não foram cumpridos conforme planejado em função das restrições orçamentárias e financeiras.

Descrição	Planejado	Executado
Informatizar Atividades de Campo RBMLQ-I	R\$ 3.800.000,00	R\$ 0,00
Modernizar Padrões de Trabalho RBMLQ-I	R\$ 1.500.000,00	R\$ 0,00
Modernizar Frota de Veículos RBMLQ-I	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00

- **Estudos Estratégicos**

Consistem em estudos desenvolvidos por métodos de estimação de dados através de estudos econômicos e análises estatísticas, com o intuito de aprimorar as práticas de gestão, visando maior produtividade (medição de desempenho dos Órgãos integrantes da RBMLQ-I, indicadores de desempenho, etc.), maiores números de instrumentos verificados e produtos fiscalizados, maior abrangência geográfica de atuação da RBMLQ-I, dentre outros resultados. Dos estudos realizados em 2015, destacam-se:

- ✓ Estudo sobre o reajuste da taxa de serviços metrológicos, implementado em 2015;
- ✓ Levantamento da Distribuição da Força de Trabalho da RBMLQ-I; e
- ✓ Reestruturação funcional e viabilidade de concursos nos órgãos Delegados.

## 2.7.4 Articulação Internacional (Coordenação-Geral de Articulação Internacional - CAINT)

### Cooperação Técnica Internacional

A CAINT interage com mais de 40 países, sobretudo com instituições congêneres, e contabiliza 60 atos de cooperação técnica internacional (recebidos e prestados) vigentes até o final de 2015, dos quais destacaram-se as seguintes ações e resultados:

- **INMETRO e Physikalisch-Technische Bundesanstalt (PTB)** - Negociação do subprojeto de cooperação entre INMETRO e PTB (Alemanha) para desenvolvimento de competências e convergência tecnológica nos países sul-americanos na área de Metrologia Química, com vistas ao controle de emissões de gases veiculares. O principal resultado deste projeto é a padronização dos critérios internacionais para emissão de gases pelos motores, com o objetivo de impedir possíveis barreiras técnicas aos automóveis brasileiros

- **INMETRO e Coréia do Sul** - Assinado o Memorando de Entendimento (MoU) entre INMETRO e Korea Trade-Investment Promotion Agency (KOTRA) para provisão de recursos, com vistas à execução do projeto de compatibilidade eletromagnética a ser desenvolvido no INMETRO em parceria com o Korean Agency for Technology and Standards (KATS). O INMETRO e o Korean Testing and Research Institute (KTR) firmaram plano de trabalho que contempla a execução de ensaios de proficiência em análises de metais pesados e de ftalatos realizadas por laboratórios acreditados no Brasil e no mundo. O referido plano de trabalho está em processo de elaboração e será concluído até 2016.

- **Projeto de Cooperação Técnica entre os Estados-Partes do MERCOSUL e a Alemanha** - Denominado “apoio a procedimentos de avaliação da conformidade e técnicas de ensaio e medição para a identificação dos eletrodomésticos com etiquetas de eficiência energética”, este projeto é financiado pelo PTB (Alemanha). A proposta do projeto está centrada em: reforço da competência técnica dos Institutos Nacionais de Metrologia, na área de eficiência energética de eletrodomésticos; regulamentação e avaliação da conformidade (certificação, acreditação e fiscalização de mercado); e, por fim, aspectos de harmonização regional de regulamentos técnicos. Com duração de quatro anos, entre 2015 e 2019, o projeto possui um orçamento prévio de 1,2 milhão euros.

- **INMETRO e National Institute of Standards and Technology (NIST) – Diálogo Comercial MDIC-DoC (Estados Unidos)** - Articulação para o fortalecimento da cooperação e para a realização de atividades conjuntas, sobretudo: interações e coordenação de reuniões preparatórias com o MDIC, com o Departamento de Comércio dos EUA (DoC) e com o NIST, no âmbito do diálogo comercial MDIC-DoC; participação do Presidente do INMETRO e do Coordenador da CAINT em Missão Internacional a Washington, D.C.; convite para participação na reunião do MDIC-DoC em Brasília (17 a 19 novembro) e articulação para a visita da delegação do NIST ao INMETRO, ocorrida entre os dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2015, ocasião em que foi renovado oficialmente o MoU entre INMETRO e NIST. Em novembro de 2016, o INMETRO sediará a reunião do Grupo de Trabalho 4 – Standard, coordenado pelo INMETRO, ocasião na qual está programada a elaboração de um Guia de Melhor Entendimento dos Sistemas Regulatórios - Brasil e EUA, visando à facilitação do comércio entre estes países.

## **Diálogo Comercial MDIC – Department of Commerce (DoC) (Estados Unidos) – Tema: Convergência Regulatória**

No âmbito do Grupo de Trabalho 1 - “Parcerias Comerciais”, coordenado pelo MDIC/SECEX, a CAINT atuou fortemente nas ações para Convergência Regulatória. Destacam-se as seguintes realizações: assinatura de Memorando de Intenções entre MDIC e DoC, no qual são citados os pontos focais do Acordo TBT/OMC (INMETRO e NIST) como centro para troca de informações; adesão brasileira ao Standards Portal da ANSI (EUA); articulação com a CNI para tradução das informações disponíveis no citado Portal dos EUA; assinatura do MoU entre ANFACER e TCNA; assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) entre INMETRO e Underwriters Laboratories (UL) (EUA) e de MoU no tema convergência regulatória no setor têxtil; e reuniões com associações setoriais.

## **Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia**

Aprovada a Ação do INMETRO “Mecanismo de Consulta sobre Padrões Industriais Estratégicos para a Convergência Regulatória entre Brasil e União Europeia”, no âmbito do Projeto dos Diálogos Setoriais Brasil-UE. Esta ação visa à promoção da convergência regulatória entre as Partes, provendo o INMETRO de informações básicas sobre o processo de regulamentação técnica na Europa, bem como a aproximação dos Pontos Focais do Acordo sobre Barreiras Técnicas de ambas as Partes que atuam como centro de informações de consultas para questões de regulamentação técnica e avaliação da conformidade. As atividades pactuadas tiveram início em 15/9/2015 e tem término previsto para 15/6/2016. A primeira atividade ocorreu em outubro de 2015, sendo uma missão do INMETRO a organizações e autoridades europeias, cujas despesas de viagens foram pagas pela União Europeia, somando cerca de R\$ 35.000,00.

O Projeto Diálogos Setoriais Brasil-UE é coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pela Delegação da União Europeia no Brasil (DELBRA), e tem como objetivo contribuir para o progresso e aprofundamento da parceria estratégica das relações bilaterais entre o Brasil e a União Europeia, bem como o intercâmbio técnico.

## **Acordo Comercial Expandido Brasil-México**

A CAINT está no centro da discussão da proposta brasileira para o capítulo de TBT nas negociações do Acordo Comercial Expandido Brasil-México, coordenada pelo MDIC. No referido acordo, o INMETRO foi incluído como centro para troca de informações relacionadas ao tema.

## **Projeto Econormas de Cooperação Entre o MERCOSUL e a União Europeia e o SGT N° 3 - Regulamentos Técnicos e Procedimentos de Avaliação da Conformidade**

No âmbito do SGT N° 3, coordenado pela CAINT/DINER, este projeto foi concluído em dezembro de 2015. Os principais resultados alcançados com o projeto foram: fortalecimento da base de laboratórios federais, formação de especialistas e conclusão dos contratos que tratam da pesquisa dos sistemas de avaliação da conformidade no MERCOSUL e do modelo da convergência regulatória intra-MERCOSUL. Cabe lembrar que o objetivo geral deste projeto foi aumentar a competitividade dos países membros do MERCOSUL e estimular as trocas comerciais intrabloco. Para este projeto, a União Europeia investiu € 943.008,66 na compra de equipamentos para 3 laboratórios brasileiros (IFPI, IFAM e UFMS/BATLAB). Em contrapartida, o INMETRO investiu € 98.435,56 em diárias e passagens dos técnicos que participaram dos treinamentos.

## **Projeto Econormas (MERCOSUL-União Europeia) e SGT N° 6 – Meio Ambiente**

Em maio de 2015, foi concluída, com êxito, a etapa do Projeto na vertente do GHS (SGT N° 6 – Meio Ambiente), eixo 3 do Projeto Econormas, que competia à CAINTE quando o laboratório do INMETRO (DIMAV) foi equipado com instrumentos para a realização de ensaios “in vitro”, que são métodos alternativos aos ensaios “in vivo”, apontando um futuro livre do uso de cobaias. Foram investidos € 274.944,56 para a compra desses equipamentos, por parte da União Europeia. Esses equipamentos serão utilizados para desenvolver a classificação de substâncias químicas, que é a etapa inicial do GHS, um sistema de classificação e rotulagem de produtos químicos. Os ensaios também serão aplicados para o desenvolvimento de materiais de referência. Os primeiros beneficiários do GHS/SGA serão os trabalhadores da indústria química.

## **ALADI - Comissão Administradora do AAR-8 Sobre a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio**

Em 2015, o Brasil, representado pelo INMETRO, assumiu a Presidência da Comissão Administradora do Acordo Regional N° 8 - “Acordo-marco para a promoção do comércio mediante a superação de barreiras técnicas ao comércio”, tendo como representante titular o Sr. Jorge Cruz, Coordenador Geral de Articulação Internacional. A Vice-Presidência foi ocupada pelo representante do México, o Sr. Ricardo Aranda Girard, Diretor de Regras de Comércio Internacional da Secretaria de Economia do México. O mandato do Brasil na Presidência da referida Comissão foi até 31/12/2015. No período foram tratados temas como cooperação regulatória, boas práticas de regulamentação, avaliação da conformidade e transparência. Os países-membros estabeleceram um documento de trabalho intitulado “Programa Crítico em Matéria de Cooperação Regulatória” e firmaram um compromisso de reunir esforços para impulsionar a cooperação regulatória na região, mediante iniciativas como convergência regulatória e assistência técnica. A Aladi é o maior grupo de integração latino-americano, formado por treze países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Juntos, representam 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 510 milhões de pessoas.

## **Coordenação das Atividades do Subgrupo de Trabalho N°3 do MERCOSUL (SGT N°3) - "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade"**

O Brasil exerceu a Presidência *Pro-tempore* do SGT N° 3, do MERCOSUL, no primeiro semestre de 2015. Durante a PPTB, o INMETRO sediou as duas Reuniões Ordinárias - LIV (de 6 a 10 de abril) e LV (de 15 a 19 de junho) do Subgrupo de Trabalho N° 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”, em que participaram representantes das seguintes comissões temáticas: alimentos, avaliação da conformidade, segurança de produtos elétricos, gás (uso doméstico e veicular), metrologia legal (instrumentos e pré-medidos), etiquetagem de produtos têxteis e indústria automotiva.

Como resultados das reuniões ocorridas na PPTB, destacam-se: harmonização e elevação ao GMC do “Regulamento Técnico MERCOSUL de Termômetros Clínicos de Líquido Termométrico em Vidro Destinados a Medir a Temperatura do Corpo Humano”; revisão de 3 Regulamentos Técnicos MERCOSUL que impactam o setor alimentício (embalagens e limite de contaminantes); diretrizes para a elaboração e revisão dos regulamentos e procedimentos MERCOSUL e aprovação dos programas de trabalho 2015-2016 das comissões de alimentos e de segurança de produtos elétricos. Nos últimos dois anos, no âmbito do Subgrupo de Trabalho N°3 (SGT N°3) do MERCOSUL, foram revisadas 49 Resoluções GMC, das quais 12 harmonizadas tecnicamente, enquanto 37 continuam em discussão nas comissões técnicas. Em 2015, outro evento que merece destaque foi a celebração do novo convênio MERCOSUL - AMN (Associação MERCOSUL de Normalização).

## **Mapeamento de Barreiras Técnicas**

No âmbito do projeto PRONAMETRO “A Regulação do Comércio Internacional Para o Caso das Barreiras Não-Tarifárias: O Caso das Barreiras Técnicas”, foram realizadas, em 2015: coordenação e elaboração de textos e documentos de referência contendo as principais regras multilaterais e regionais relativas às barreiras técnicas, assessoria técnica ao Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC), Presidência do CBTC, exercida pela Profª. Vera Thorstensen, coordenação das atividades dos grupos de trabalho abrigados sob o CBTC e atividades de treinamento, palestras e cursos a pedido do INMETRO.

## **Capacitação nas áreas de Metrologia, Qualidade e Superação de Barreiras Técnicas**

A CAINT promoveu capacitação no âmbito do Plano Nacional de Comércio Exterior (PNCE) sobre Barreiras Técnicas e Competitividade Empresarial, na FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Os eventos de capacitação ocorreram ao longo do ano de 2015 nas cidades de Belo Horizonte e Divinópolis/ MG e em São Paulo, totalizando 440H/h de capacitação. Em São Paulo, participou do Seminário Sobre Normalização no Setor Siderúrgico - CB28, do II Workshop ABIMAPI - Estratégias Sobre Exportações e do 1º Curso de Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior, na Fiesp (São Paulo). Em todos os eventos foram feitas apresentações sobre barreiras técnicas e os serviços do INMETRO de apoio às exportações.

### 2.7.5 Inovação e Tecnologia (Diretoria de Inovação e Tecnologia - DITEC)

#### **Gestão da Propriedade Intelectual (PI)**

- 5 (cinco) pedidos de depósitos de patente realizados: sondas para microscopia óptica de campo próximo; métodos e sistema para verificação de fluidos líquidos; sincronização de conversores digitais analógicos; material resinoso fotopolimerizável por banda de ressonância plasmônica de nanopartículas metálicas para uso odontológico, material restaurador e adesivo dentário; dispositivo metálico para microscopia por varredura por sonda e método de fabricação do mesmo.
- 1 registro de software obtido junto ao INPI: métodos e sistema para verificação de fluidos líquidos.
- 20 (vinte) novas pesquisas registradas no Banco Tecnológico do INMETRO, plataforma utilizada pela DITEC para apoiar pesquisas em desenvolvimento no INMETRO. Desde 2011, foram cadastradas 93 pesquisas.

#### **Eventos para disseminar a cultura da inovação no INMETRO**

- Programa “Ciclo Interativo de Palestras” - apresentação de experiências inovadoras de empreendedores e empresas como forma de sensibilizar técnicos, pesquisadores e gestores do INMETRO, promovendo a cultura da inovação na Autarquia.

Em 2015 foram realizados cinco eventos, cuja memória encontra-se registrada no endereço <http://www2.INMETRO.gov.br/palestras/>:

- ✓ Encontro INMETRO – BASF, com exposição sobre o tema “Estratégia de Inovação na BASF: We Create Chemistry”.
- ✓ Encontro INMETRO – Vale, com exposição sobre o tema “Recursos naturais como caminho para inovação”.

- ✓ Encontro INMETRO – Instituto VEDECOM, com exposição sobre o tema “Veículos conectados, inteligentes e eco-mobilidade”.
  - ✓ Encontro INMETRO – General Eletric, com exposição sobre o tema “GE: Na vanguarda da inovação, transformando conceitos e antecipando o futuro”.
  - ✓ Encontro INMETRO – NIST, com exposição sobre o tema “NIST e INMETRO: P&D e inovação na indústria”.
- Realização de 20 visitas às demais áreas do INMETRO para divulgar os serviços de PI & TT oferecidos pela DITEC.

### **Parcerias Tecnológicas**

A interação com o setor produtivo como estratégia para prospectar demandas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, bem como criar linhas de cooperação institucional para a inovação, tem merecido especial atenção da DITEC. Entre as ações realizadas destacam-se:

- Acordos de Confidencialidade e Acordos de Parceria firmados com as empresas Basf, Boticário, Pluricell e FRAS-LE (Random).
- 2 contratos de transferência de tecnologia celebrados com empresas:
  - ✓ 1 contrato de licenciamento da tecnologia “Célula para medição secundária de pH de fluido e processo para realizar a medição” para a empresa Elos Instrumentação ME (contrato nº 01/2015, publicado no D.O.U. em 1/4/2015); e
  - ✓ 1 contrato de regulamentação de uso de copropriedade e outras avenças da tecnologia “Dispositivo sensor de vazamento de gás, seu uso, sistema para monitoramento e alarme de vazamento de gás, processo para sua instalação e/ou manutenção” para a empresa I-DUTTO – Soluções em Localização e Identificação Eletrônica (contrato nº 1/2015, publicado no D.O.U. em 23/7/2015).

### **Estudos de Patenteabilidade, Cenários, Monitoramento Tecnológico e Avaliação de Impacto**

- Estudo prospectivo “Análise do potencial mercadológico de nanopartículas de prata de origem biológica por mapeamento de tecnologias e produtos em documentos de patentes”, apresentado no VIII ENAPID (Encontro Nacional de Propriedade Industrial, Inovação e Desenvolvimento);
- Estudo de viabilidade econômica para a produção de MRC de dicromato de potássio para verificação de espectrofotômetros na região do ultravioleta;
- Estudo de identificação de demanda para a caracterização metrológica de viscosímetros rotacionais; e
- Estudo sobre a relevância da indústria de papel e celulose na economia brasileira e a importância da colorimetria.

### **Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do INMETRO**

- 2 (dois) novos projetos admitidos, totalizando 6 (seis) projetos em incubação:

- ✓ Labmass – "Produção de ácido 5-oxo-tiomorfolina-3-carboxílico para Comercialização como Padrão Analítico de Impureza";
- ✓ Banco de Células – "Expansão do Banco de Células do Rio de Janeiro (BCRJ): implantação da coleção de células representando a biodiversidade humana do Brasil".
- Os demais processos que já estavam em incubação são:
  - ✓ Hannover Projetos Ltda. – “Projeto de uma usina para tratamento de resíduo via tecnologia de plasma”;
  - ✓ Melucci Comunicação Ltda. – “Gravímetro Relativo Óptico-Supercondutor”;
  - ✓ NanoBusiness - Informação e Inovação Ltda. – “Desenvolvimento de protocolo de serviço para a caracterização de nanoestruturas aplicado à indústria farmacêutica”; e
  - ✓ I-Dutto Soluções em Localização e Identificação Eletrônica – “Aplicação da Tecnologia da Informação à Área Médica para Controle, Monitoramento e Fiscalização da Distribuição de Medicamentos a Rede Pública”.
- Projetos descontinuados:
  - ✓ Firmado distrato com Iope Instrumentos de Precisão.
- Projetos Graduados:
  - ✓ I-Dutto – encerrado o projeto “Rede de Sensores de Vazamento de Gás em Tubulações Subterrâneas com Tecnologia de Comunicação Sem Fio”; em discussão o Contrato de Regulamentação de Exploração e Uso da Tecnologia.

#### 2.7.6 Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia (Diretoria de Metrologia Científica e Industrial -DIMCI)

##### **Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia**

O provimento de rastreabilidade no país é uma ação cujos resultados estão materializados na disponibilização de serviços de calibração, ensaios, materiais de referência certificados e programas de ensaios de proficiência.

Estes serviços visam à confiabilidade das medições, particularmente na indústria, resultando assim no aumento da qualidade e da competitividade do produto nacional. Entretanto, para atender às demandas da sociedade por novos serviços metrológicos, faz-se necessário pesquisar, desenvolver e inovar com novos materiais, novos padrões e investimentos que mantenham a infraestrutura atual. Dentre estas principais atividades destacam-se:

- Desenvolvimento de projetos e pesquisas com o intuito de elevar os níveis de exatidão e incerteza das medições e apoio à disseminação da cultura metrológica;
- Provimento de rastreabilidade ao País, por meio da prestação de serviços de Calibração, Ensaios, Ensaios de Proficiência, produção de Materiais de Referência Certificados e de comparações internacionais;
- Disseminação da cultura metrológica especializada através da disponibilização de cursos e da realização de eventos nacionais e internacionais em metrologia tais como Simpósios, Seminários, *Workshop* etc.; e
- Capacitação para Metrologia Científica e Industrial.

## Desenvolvimento de Projetos e Pesquisas

### Relação de projetos de Fomentos em execução na DIMCI

NOME DO PROJETO	ANOS DE EXECUÇÃO									VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$)
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Consolidação da Infraestrutura de Laboratórios Regionais de Nanotecnologia: Centro de Nanotecnologia do INMETRO (DIMAT)	X	X	X	X	X					1.800.000,00
Plataforma teórica e experimental de Sistemas Rádio Cognitivos para subsidiar aspectos normativos e regulatórios (DMTIC)		X	X	X	X	X	X			4.104.314,76
Elaboração de curvas de massa específica de biodiesel e álcool em relação à temperatura e pressão (DIMEC)	X	X	X	X	X	X	X			863.424,25
Segurança Cibernética em <i>Smart Metering</i> (medição inteligente) (DMTIC)				X	X	X	X			1.314.783,40
Revestimento para redução de atrito em motores (DIMAT)							X	X	X	600.400,00
Programas de recursos humanos por intermédio da concessão de bolsas de estudos para alunos de cursos técnicos de interesse dos setores de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, desenvolvidos por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos – PRH (DIMCI)					X	X	X	X	X	1.270.500,00
<b>Total de projetos</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	
<b>Valor total</b>									<b>9.953.422,41</b>	

### Provimento de Rastreabilidade

O provimento de rastreabilidade, responsabilidade legal do INMETRO, ocorre por meio de prestação de serviços de calibração, serviços de ensaios, ensaios de proficiência, produção e disponibilização de materiais de referência certificados, comparações laboratoriais internacionais e nacionais. Os resultados de cada uma destas atividades são apresentados a seguir.

### Calibração e Ensaio

O total de calibrações realizadas em 2015 foi de 2.403 e compreende solicitações internas e externas. As calibrações internas correspondem aos serviços destinados aos laboratórios do INMETRO, as externas são aquelas executadas para a RBC, a RBLE, indústrias, universidades e centros de pesquisas.

<http://www.INMETRO.gov.br/laboratorios/servicos/calibracao.asp>

O total de ensaios realizados em 2015 foi de 62.

<http://www.INMETRO.gov.br/laboratorios/servicos/ensaio.asp>

## Ensaio de Proficiência

A atividade de ensaio de proficiência, ferramenta para avaliar o desempenho de laboratórios de acordo com critérios preestabelecidos por meio de comparações Interlaboratoriais, está contida na seção 5.9 Garantia da qualidade de resultados de ensaio e calibração, da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. A norma estabelece a participação em programas de comparações interlaboratoriais ou de ensaios de proficiência como uma das ferramentas para monitorar a validade dos ensaios e calibrações realizados pelos laboratórios.

Atualmente, o INMETRO realiza Comparações Interlaboratoriais periódicas para os laboratórios do País através de 15 Programas de Ensaio de Proficiência, totalizando 26 Ensaio de proficiências realizados.

(Ver link em <http://www.INMETRO.gov.br/metcientifica/ensaioProficiencia.asp>).

Em 2015, destacamos a conclusão de seis ensaios de proficiência e uma comparação interlaboratorial:

- EP em Sucos – 2ª Rodada – Ácido Benzoico em Suco de Laranja
- EP em Alta Tensão Alternada e Contínua- 1ª Rodada
- EP em Água - 5ª Rodada - Metais em Água
- EP para Análise de Composição de Mistura de Gases – 6ª rodada – Monóxido de Carbono em Nitrogênio
- EP em Medição de pH - 5ª rodada
- EP de Emissões de Automóveis –7ª Rodada
- EP para Análise de Composição de Aços –1ª Rodada

A comparação mencionada e os ensaios de proficiência envolveram 152 laboratórios nacionais e estrangeiros.

Encontram-se em andamento cinco rodadas de ensaios de proficiência e uma comparação interlaboratorial:

- EP de Condutividade Térmica - Material Isolante - 1ª Rodada
- EP de Emissões de Motociclos – 3ª Rodada
- EP na Calibração de Nanovoltímetro - 1ª Rodada
- EP em Temperatura e Umidade - Pirômetro-6ª Rodada
- EP em Viscosidade - Viscosidade Cinemática - 1ª Rodada
- CI para caracterização de um MR na matriz fórmula infantil para lactentes - 1ª Rodada

## Materiais de Referência Certificados

Os laboratórios da DIMCI certificam materiais de referência segundo a Norma NIE-DIMCI-030. Este serviço de certificação de Materiais de Referência também está em conformidade com critérios aceitos internacionalmente, estabelecidos na ISO Guia 34.

O serviço de certificação de Material de Referência, disponibilizado pelo INMETRO à sociedade, contribui decisivamente para o aumento da confiança das medições, com objetivo de prover rastreabilidade aos laboratórios com MRC usados para calibrar instrumentos, atribuir valor às propriedades físicas/químicas de materiais, validar métodos de medição e garantir a qualidade de processos, fundamentais para assegurar a confiabilidade metrológica.

Mais informações poderão ser encontradas no site do INMETRO, no *link*:

<http://www.INMETRO.gov.br/metcientifica/mrc.asp>

Para melhor visibilidade das informações, os MRC foram agrupados de acordo com sua aplicação.

Nas tabelas a seguir podemos acompanhar o histórico da receita com a venda de MRC e o número de MRC ofertados:

**Receita com a alienação de MRC**

**R\$ 1,00**

<b>Aplicação dos MRC</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2009-2015</b>
Calibração de peagômetro	2.104,34	40.198,73	51.909,50	110.371,25	91.635,80	84.064,81	55633,96	<b>435.918,39</b>
Calibração de condutivímetro	1.627,57	21.606,13	45.919,14	86.405,81	121.405,17	122.751,23	103087,84	<b>502.802,89</b>
Análise química	0	4.182,91	8.408,06	2.630,04	1.212,59	672,25	10402,75	<b>27.508,60</b>
Perdas magnéticas em aço	0	14.561,00	0	0	0	0	0	<b>14.561,00</b>
Calibração de bafômetro	455,74	0	1.819,81	6.832,95	11.414,34	27.720,54	5435,40	<b>53.678,78</b>
Mistura gasosa	0	0	0	8.146,96	0	4.073,48	63881,92	<b>76.102,36</b>
Combustível	287,14	1.961,20	690	2.320,00	6.010,00	4.040,00	5600,00	<b>20.908,34</b>
Meio ambiente	0	761	1.297,20	2.283,00	3.130,60	0	761,00	<b>8.232,80</b>
Bebida	0	0	267,4	2.941,40	6.685,00	1.871,80	4545,80	<b>16.311,40</b>
Calibração de viscosímetro	0	0	0	2.361,35	1.889,08	1.416,81	0	<b>5.667,24</b>
Titulação	0	0	0	645,36	322,68	380,79	0	<b>1.348,83</b>
Fármaco	0	0	0	0	358,88	720,00	360,00	<b>1.438,88</b>
<b>Totais (R\$)</b>	<b>4.474,79</b>	<b>83.270,97</b>	<b>110.311,11</b>	<b>224.938,12</b>	<b>244.064,14</b>	<b>247.711,71</b>	<b>249.708,67</b>	<b>1.164.479,51</b>

**Número de MRC ofertados à RBQML-I e alienados**

	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2009-2015</b>
MRC cedidos internamente	698	450	547	492	502	604	477	<b>3.770</b>
MRC vendidos	13	203	341	664	706	641	558	<b>3.126</b>
<b>Totais</b>	<b>711</b>	<b>653</b>	<b>888</b>	<b>1.156</b>	<b>1.208</b>	<b>1.245</b>	<b>1.035</b>	<b>6.816</b>

**Educação para a Metrologia**

A DIMCI oferece e ministra diversos cursos e treinamentos, voltados tanto para ao público interno, quanto para o público externo. Também realiza importantes congressos nacionais e internacionais de metrologia, com o objetivo de disseminar a cultura em metrologia especializada, aumentar a competitividade da indústria brasileira e de auxiliar aos laboratórios na busca constante pela manutenção da qualidade de seus resultados. Destaque importante deve ser atribuído à atuação da DIMCI na coordenação do Mestrado Profissional em Metrologia, assim como a intensa atuação de seus pesquisadores como professores e orientadores em teses de doutorado e dissertações de mestrado, tanto no mestrado profissional do INMETRO quanto em doutorados e mestrados em diversas universidades.

## 2.7.7 Metrologia Aplicada às Ciências da Vida (Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - DIMAV)

Um dos setores mais novos no INMETRO, com início das atividades em junho de 2007, a Diretoria de Programas (DIPRO) desenvolve no Instituto importantes atividades de pesquisa científica e tecnológica e de inovação nas áreas das Ciências Biomédicas, da Saúde e das Ciências Forenses.

Em abril de 2013, com a publicação do novo regimento interno do INMETRO, foi instituída a Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - DIMAV, objetivando dar continuidade aos projetos e programas da antiga DIPRO. Em 2014, a DIMAV se reorganizou em oito grupos, para melhor atender à Instituição: Biologia Molecular, Microbiologia, Bioquímica Analítica de pequenas moléculas, Bioengenharia, Química Medicinal, Macromoléculas, Biologia Computacional, Microscopia Aplicada às Ciências da Vida e áreas de apoio.

### Principais Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

#### Recursos financeiros institucionais obtidos junto a agências de fomento

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa
		Previsto	Realizado		Providências adotadas para correção
Projeto 1 - BIOSAUDE	R\$ 5.997.697,60	R\$ 5.997.697,60	R\$5.974.937,57	Não financeira R\$3.320.755,20	Projeto dentro do previsto
Projeto 2 - METROFOR	R\$ 3.875.098,53	R\$ 3.875.098,53	R\$2.649.918,19	Não tem	Projeto dentro do previsto
Projeto 3 - CBMB	R\$15.411.327,21	R\$12.751.327,21	R\$ 1.110.401,81	Não tem	Projeto suspenso temporariamente
Projeto 4 - BIOINFRA	R\$1.347.372,00	R\$1.347.372,00	R\$1.150.586,04	Não tem	Projeto dentro do previsto
Projeto 5 - MS1	R\$ 6.665.019,29	R\$ 6.665.019,29	R\$ 2.190.645,12	Não tem	Projeto dentro do previsto
Projeto 6 - MS2	R\$600.000,00	R\$600.000,00	R\$ 481.483,84	Não tem	Projeto dentro do previsto
Projeto 7 - BIOESC	R\$5.999.300,80	R\$5.999.300,80	R\$1.406.298,42	Alterando contrapartida	Projeto dentro do previsto
Projeto 8 - INFRABIOTEC	R\$1.194.406,00	R\$1.194.406,00	R\$1.251.223,87	Não tem	Projeto dentro do previsto

#### Projeto 1

Convênio FINEP nº:01.10.0607.00, ref: 1070/10, Publicado no DOU nº234, de 8/12/2010

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Implantação no INMETRO de uma infraestrutura para sua atuação em Metrologia, Avaliação da Conformidade e Acreditação nas áreas de biologia e saúde. - BIOSAUDE

Finalidade: Implantação no INMETRO de uma infraestrutura para sua atuação em Metrologia, Avaliação de Conformidade e Acreditação nas áreas de biologia e saúde.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o Projeto: R\$ 5.997.697,60  
Valor Executado até dezembro de 2015: R\$ 5.974.937,57  
Prazo para término do projeto: 30/12/2016

Coordenador: José Mauro Granjeiro

Grupos temáticos: Atendimentos de todos os grupos

**Análise Crítica:** Este projeto visa ao estabelecimento de um laboratório multiusuário (Facilidades I), tendo recursos para compra de equipamentos e obra para construção deste novo laboratório. Em 2012 e 2013, alguns equipamentos previstos no projeto foram instalados provisoriamente no Prédio 27, para serem empregados no desenvolvimento de projetos institucionais e no suporte de projetos de diferentes grupos. Em 2014/2015, com o término da obra do prédio 47 (Facilidades I), os processos de compras referentes ao mobiliário e a serviços relacionados à parte de infraestrutura do prédio foram realizados. O prédio 47 tem sua inauguração prevista para o primeiro semestre de 2016.

## **Projeto 2**

Convênio nº:01.10.0715.00, ref: 1539/10, Publicado no DOU nº244, de 22/12/2010

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Uso de Microscopia Eletrônica e Química Analítica em Áreas Prioritárias com Aplicação em Segurança Pública – METROFOR

Finalidade: Uso de Microscopia Eletrônica e Química analítica em áreas prioritárias com aplicação em segurança pública.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Total Aprovado para o projeto: R\$ 3.875.098,53

Valor Total Executado até dezembro de 2015: R\$2.649.918,19

Prazo para término do projeto: 21/4/16

Coordenador: José Mauro Granjeiro / Rodrigo Borges

Grupos temáticos: Bioquímica analítica de pequenas moléculas / Microscopia / Programa de Materiais de referência / Programas de Ciências Forenses

**Análise crítica:** Os recursos referentes a este projeto foram liberados em duas parcelas, em dezembro de 2010 e em fevereiro de 2011. Os recursos destinados ao INMETRO já foram em grande parte executados (cerca de 95% do total destinado ao INMETRO). Do montante destinado às instituições colaboradoras (10 instituições), apenas 15% foram executados. Em 2015, o projeto foi prorrogado por 4 meses para solicitação de remanejamento das rubricas em 2016.

## **Projeto 3–Suspensão temporariamente**

Termo de Cooperação Processo INMETRO nº 55817/09, Publicado no DOU nº249, de 30/12/2009

Responsável pela Administração dos recursos: INMETRO

Título: Cooperação técnica, científica e administrativa entre os partícipes, visando à conjugação de esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas e à aplicação de recursos financeiros originários de dotações consignadas nos seus respectivos orçamentos anuais, com vistas à instalação e funcionamento do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB)

Finalidade: Constituir, no Brasil, a infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades descritas no Objeto do Termo de Cooperação, em consonância com as diretrizes da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

Instituição Financiadora: INPI

Valor Aprovado para o projeto: R\$15.411.327,21

Valor Liberado até dezembro de 2013: R\$2.400.000,00

Valor Executado até dezembro de 2013: R\$ 1.110.401,81

Prazo para término do projeto: 60 meses após data de assinatura do convênio

Projetos financiados com os recursos: Projetos do item 1.7

**Análise crítica:** A obra foi paralisada em 2013, por questões técnicas e orçamentárias. Os dois órgãos estão envidando esforços para o retorno do projeto.

#### **Projeto 4**

Convênio FINEP nº: 01.12.0256.00, ref: 0460/11,

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Infraestrutura de Análise Bioquímica e Química do INMETRO – BIOINFRA 2012

Finalidade: Disponibilizar recursos para obras de infraestrutura para o estudo de biocombustível no campus do INMETRO.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o projeto: R\$1.347.372,00

Valor Executado até dezembro de 2015: R\$1.347.372,00

Prazo para término do projeto: 24 meses após data de assinatura do convênio (renovado até 10/7/16)

Contrapartida não financeira: a ser demonstrada através das despesas com vencimentos e vantagens fixas (pessoas)

Coordenador: José Mauro Granjeiro

Grupos temáticos: Biocombustível

**Análise Crítica:** O projeto foi executado em aproximadamente 85%. Alguns itens tiveram seus valores remanejados visando à contratação de empresa especializada para transferência, montagem e desmontagem de equipamentos do Prédio 27 (LABIO) para o Prédio 47 (Facilidades I).

#### **Projeto 5**

Termo de Cooperação INMETRO e Ministério da Saúde

Responsável pela Administração dos recursos: INMETRO

Título: Termo de Cooperação para o Desenvolvimento Produtivo/Apoio à modernização do parque produtivo Industrial da Saúde Nacional.

Finalidade: Aquisição de materiais e construção de infraestrutura para o desenvolvimento, Qualificação, inovação de produtos, e fomento a projetos de expansão tecnológica, desenvolvimento e inovação.

Instituição Financiadora: Ministério da Saúde

Valor Aprovado para o projeto: R\$ 6.665.019,29

Valor Utilizado até dezembro de 2015: R\$ 2.190.645,12

Prazo para término do projeto: 24 meses após data de assinatura do convênio (renovado por mais 2 anos)

Contrapartida não financeira: Não se aplica

Coordenador: José Mauro Granjeiro

Grupos temáticos: Bioengenharia / Microscopia aplicada às Ciências da vida

**Análise Crítica:** Os recursos do Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e materiais de consumo foram disponibilizados para o INMETRO em novembro de 2012. A DIMAV, em parceria com as áreas envolvidas no projeto, organizou os processos, e os recursos para equipamentos foram utilizados quase que integralmente, faltando apenas os materiais de consumo. Em meados de 2014, foi autorizado o remanejamento solicitado em meados de 2013 para adequação dos valores inicialmente previstos dos materiais de consumo, porém com essa demora de autorização os valores já estavam desatualizados e as áreas não conseguiram dar andamento aos processos de compras, tendo o INMETRO que realizar a devolução de grande parte do recurso repassado pelo Ministério da Saúde em 2014. Em 2015, o financeiro pendente dos restos a pagar de 2014 não foi repassado pelo MS, impedindo desta forma o pagamento dos processos empenhados em 2014.

#### **Projeto 6**

Termo de Cooperação INMETRO e Ministério da Saúde

Responsável pela Administração dos recursos: INMETRO

Título: Termo de Cooperação para o Desenvolvimento Produtivo/Apoio à modernização do parque produtivo Industrial da Saúde Nacional.

Finalidade: Desenvolvimento dos Projetos: “QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA PARA HEMODIÁLISE”

Instituição Financiadora: Ministério da Saúde  
Valor Aprovado para o projeto: R\$600.000,00  
Valor Utilizado até dezembro de 2015: R\$ 481.483,84  
Prazo para término do projeto: 36 meses após data de assinatura do convênio  
Contrapartida não financeira: Não se aplica  
Coordenador: José Mauro Granjeiro / Juliana Lopes Martins  
Grupos temáticos: Qualidade microbiológica da água

**Análise Crítica:** Este projeto objetiva a implementação de uma infraestrutura de excelência em análises microbiológicas de águas para hemodiálise, voltada para os mais avançados recursos tecnológicos nas áreas de identificação e quantificação de microrganismos por métodos convencionais rápidos e moleculares. Os recursos do Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e materiais de consumo foram disponibilizados e foram executados quase na sua totalidade em 2014. No mesmo ano, o saldo remanescente devolvido foi, principalmente, referente a diferenças entre os valores previstos e os efetivamente pagos. Em 2015, não houve novas aquisições e o projeto encontra-se em aguardo para início da prestação de contas tão logo o prazo seja finalizado.

### **Projeto 7**

Convênio FINEP nº:0.1.13.0399.00, Ref. 1066/13, Publicado no DOU nº248, de 23/12/2013, Seção 3, pg. 16

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Organização de uma infraestrutura para o Escalonamento Primário de Fármacos (EPF) e Microrganismos – BIOESC.

Finalidade: Implantar uma infraestrutura física e laboratorial no “campus” de Xerém do INMETRO que permita fazer o escalonamento de fármacos e biofármacos (proteínas recombinantes).

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o projeto: R\$5.999.300,80

Valor Executado até dezembro de 2015: R\$1.406.298,42

Prazo para término do projeto: 24 meses após data de assinatura do convênio (prorrogado até 2017)

Coordenador: José Mauro Granjeiro / Gonzalo Visbal

Grupos temáticos: Química Medicinal

**Análise Crítica:** O Recurso foi liberado em junho/14, sendo que, até dezembro/15, 23% dos equipamentos previstos foram adquiridos.

### **Projeto 8**

Convênio FINEP nº: 0.1.13.0413.00, Ref. 0599/13, Publicado no DOU nº250, de 26/12/2013, Seção 3, pg.6

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Infraestrutura Técnico-Científica para a área de Biotecnologia do INMETRO - INFRABIOTEC

Finalidade: Tem como objetivo básico fortalecer a capacidade dos laboratórios do INMETRO para atuarem nas diferentes áreas de Biotecnologia.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o projeto: R\$1.194.406,00

Valor Executado até dezembro de 2014: R\$1.251.223,87

Prazo de término do projeto: 36 meses após data de assinatura do convênio

Vigência: 20/12/13 – 20/12/16

Coordenador: José Mauro Granjeiro

Grupos temáticos: Atendimentos de todos os grupos

**Análise crítica:** O Projeto é destinado à aquisição de 1 equipamento (Geração de imagens de sub-difração com alta sensibilidade, alta velocidade, multicolorida de corantes fluorescentes convencionais), que teve seu fechamento de câmbio finalizado em outubro/14.

**Fomentos individuais obtidos junto a agências de fomento**

<b>Título do projeto</b>	<b>Nº processo</b>	<b>Responsável</b>	<b>Agência de Fomento</b>	<b>Edital</b>	<b>Total</b>
Estabelecimento de Sistemas Normalizados para caracterização de Nanobiomateriais para a Medicina regenerativa e seu impacto na viabilidade celular tecidual. Contribuição Nanotoxicológico.	E26/110359/2010	José M. Granjeiro	FAPERJ	Pensa Rio	R\$ 252.256,55
Biometrologia estudos de ácidos nucleicos através da utilização de técnicas de microscopia de alta resolução.	563032/2010-3	Danielle Cavalcanti	CNPq	PROMETRO 59/2010	R\$ 49.500,00
Curso teórico-prático para utilização de Métodos Alternativos ao uso de animais para classificação de irritantes/corrosivos oculares.	466493/2014-2	Luciene Bottentuit Lopez Balottin	CNPq/CBAB	APQ	R\$ 69.920,00
Estudo da biodiversidade de fungos e leveduras do Estado do Rio de Janeiro e bioprospecção de espécies de interesse biotecnológico para produção de biocombustível- bioetanol de segunda geração e biodiesel microbiano.	E26/110011/2011	Wanderley de Souza (Juliana Lopes coordena)	FAPERJ	Encomenda edital 19/2010	R\$ 150.000,00
Estudo sobre o aprimoramento da geração de bioetanol: potencial do uso de fungos para produção de enzimas celulolíticas.	552103/2011-0	Juliana Lopes	CNPq	PROMETRO 59/2010	R\$ 51.500,00
Bioprospecção de leveduras oleaginosas e avaliação da aplicabilidade como matéria-prima para produção de biodiesel	483648/2011-6	Juliana Lopes	CNPq	UNIVERSAL 14/2011	R\$ 16.100,00
Toxicidade de Nanopartículas em Sistemas Biológicos: Produção de Material de Referência, desenvolvimento de métodos normalizados para caracterização físico-química e estudos das interações de nanopartículas com células e tecidos.	552135/2011-9	José M. Granjeiro	CNPq	Nanotoxologia	R\$ 869.154,08
Estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA)	402552/2011-3	José M. Granjeiro	CNPq	APQ	R\$ 1.100.000,00
Desenvolvimento de Material de Referência de nanopartículas de Ouro para nanometrologia e nanobiotecnologia	E2/190.026/2012	Giselle Fontes	CNPq	PROMETRO 29/2010	R\$ 49.500,00

<i>Skin equivalent models for Nanotoxicology measurement</i>	400416/2012-3	José M. Granjeiro	CNPq	APQ	R\$ 20.000,00
<i>Epigenetic Labels a Biomarkers of Stress</i>	401742/2012-1	José M. Granjeiro	CNPq		R\$ 50.000,00
Toxicidade de nanopartículas em sistemas biológicos: produção	484767/2012-7	José M. Granjeiro	CNPq	Universal	R\$ 84.000,00
Desenvolvimento de aplicativos de bioinformática para anotação estrutural de sequências genômicas, metagenômicas, proteômicas e transcriptômicas em larga escala	550139/2012-5	Manuela Leal	CNPq	PROMETRO 08/2012	R\$ 30.000,00
Metrologia e Inovação em Movimento: O Museu Móvel do INMETRO como Instrumento de Divulgação Científica no Estado do Rio de Janeiro	E26/111.849/2013	José M. Granjeiro	FAPERJ	Dif. e Pop. Da Ciência	R\$ 49.000,00
Quantificação de Coliformes em água por PCR em Tempo Real	E2/190.052/2013	Julio Jablonski	FAPERJ	ADT1	R\$24.000,00
Produção de Plasmídeo Recombinante como Material de Referência para Quantificação de Soja <i>Roundup Ready</i> por reação em cadeia de polimerase em tempo real	E26/190.045/2013	Guilherme Pinheiro	FAPERJ	ADT1	R\$ 19.000,00
Microbiota associada aos teredinídeos: identificação de microorganismos e enzimas eficientes na digestão de materiais lignocelulósicos	E26/190.180/2013	Daniela Toma	FAPERJ	ADT1	R\$ 10.000,00
Caracterização do sistema celulolítico de teredinídeos e do seu potencial biotecnológico.	E26/190.043/2013	Daniela Toma	FAPERJ	ADT1	R\$ 10.000,00
Padronização de nanopartículas de ouro para o carreamento de drogas	E26/190.188/2013	Fernanda Leve	FAPERJ	ADT1	R\$ 24.000,00
Determinação da estrutura tridimensional de BCL-2 em complexo com NR4A por difração de raios X e elucidação de sua função na regulação da apoptose	-	Paulo Godoi	CNPq	PROMETRO	R\$30.000,00
Museu do INMETRO: exposições itinerantes e experimentos inovadores em Metrologia	458277/2013-4	José M. Granjeiro	CNPq	-	R\$ 243.350,00
Bioengenharia Tecidual aplicada a cartilagem e osso	457541/2013	José M. Granjeiro	CNPq	-	R\$ 830.999,97
Avaliação da toxicidade de nanopartículas de TiO <sub>2</sub> em sistemas biológicos	E26/190.003/2014	Ana Rosa	FAPERJ	ADT1	R\$20.000,00

Bioprospecção de Microalgas Oleaginosas com Potencial para produção de Biodiesel	-	Celso Sant'Anna	FAPERJ	ADT1	R\$18.000,00
Guia para a determinação da citotoxicidade <i>in vitro</i> de nanopartículas	E26/190.011/2014	Luciene Balottin	FAPERJ	ADT1	R\$28.000,00
Análise Estrutural de fatores que afetam a recalcitrância de cana-de-açúcar	E26/111.211/2014	Celso Sant'Anna	FAPERJ	APQ1	R\$ 10.700,00
Avaliação de citotoxicidade de nanopartículas de dióxido de titânio presentes em produtos cosméticos	E26/111.313/2014	Ana Rosa	FAPERJ	APQ1	R\$ 23.100,00
Cultivo tridimensional escalonável de células progenitoras humanas como um novo processo e produtos biotecnológicos	-	Leandra Baptista	FAPERJ	ADT1	R\$ 34.000,00
Tecnologia de Bioimpressão 3D para osso autógeno engenheirado	467513/2014-7	José M. Granjeiro	CNPq	DTI	R\$ 420.856,32
Impacto das nanopartículas e dos nanomateriais cerâmicos na diferenciação de células osteoprogenitoras	30117/2014	José M. Granjeiro	Capes	-	R\$ 7.880,40
Biologia Computacional	23038.010060/2013-31	Celso Sant'Anna	CAPES	Biotecnologia	R\$ 260.000,00
Estudo da microbiota habitante no intestino de termitas por uma abordagem Metagenômica	E-26/110.634/2014 - APQ1	Maria Angela B. Grieco	FAPERJ	APQ1	R\$ 10.000,00
Estudos de Biologia Computacional aplicados à identificação de enzimas atuantes na degradação de biomassa lignocelulósica	458001/2014-7	Manuela Leal da Silva	CNPq	Universal - MCTI/CNPq No 14/2014	R\$ 30.000,00
Uma abordagem europeia comum para a ensaios regulatórios de nanomateriais - NanoReg	405030/2015-0	José M. Granjeiro	CNPq	-	R\$ 1.134.156,67
II Simpósio CONCEA " Integração entre CEUAS e CONCEA: legislação e Conhecimento"	405568/2015-0	José M. Granjeiro	CNPq	-	R\$ 119.881,00
Análise Estrutural de Cadeias de Celulose e Seus complexos com Celulases por Métodos Computacionais de Modelagem Molecular	550110/2012-7	Diego Enry Barreto Gomes	CNPq	CNPq PROMETRO	R\$ 30.000,00
Impacto da interação de nanopartículas na fisiologia de células musculares	E26/190213/2013	Paulo Emílio Corrêa Leite	FAPERJ	ADT1	R\$ 22.000,00

Influência dos microdomínios de membrana ( <i>rafts</i> lipídicas) na internalização de nanopartículas em linhagens celulares <i>in vitro</i>	E26/110567/2014	Paulo Emílio Corrêa Leite	FAPERJ	APQ1	R\$ 19.500,00
Produção escalonável de microtecidos (esferóides) a partir de células-tronco de tecido adiposo humano como blocos de construção para a biofabricação de cartilagem	E-26/010.000984/2015	Leandra S. Baptista	FAPERJ	APQ-1	R\$ 24.000,00

### **Educação para Metrologia**

Os pesquisadores da DIMAV têm participado ativamente de atividades de formação de pessoal qualificado em diversos níveis, ministrando cursos e treinamentos, tanto para ao público interno, quanto para o externo. Também participaram da organização de importantes congressos nacionais e internacionais em sua área de atuação, com o objetivo de disseminar a cultura em metrologia aplicada às ciências da vida, contribuindo para aumentar a competitividade da indústria brasileira. Destaque importante deve ser atribuído à atuação da DIMAV na coordenação do mestrado acadêmico e do doutorado em biotecnologia, assim como a intensa atuação de seus pesquisadores como professores e orientadores em teses de doutorado e dissertações de mestrado, tanto no mestrado profissional do INMETRO quanto em doutorados e mestrados em diversas universidades. Os pesquisadores também atuam intensamente nas atividades do Círculo Operário, contribuindo para a formação de técnicos de nível médio em biotecnologia e metrologia.

### **Acordos e Parcerias**

Em 2015, foram firmados 3 Acordos de Parceria da DIMAV com outras Instituições, sendo um com uma Instituição Estrangeira, e foi iniciada a negociação de outros 9 Acordos, com previsão de serem formalizados no primeiro semestre de 2016.

<b>Acordos</b>	<b>Informações</b>
Acordo de Cooperação entre o INMETRO e <i>Salzburg University</i>	A finalidade geral deste acordo é estabelecer relações educacionais específicas e cooperação entre as duas instituições participantes, com o objetivo de promover vínculos acadêmicos e de enriquecer o entendimento da cultura dos dois países interessados: Brasil e Áustria.
Acordo de Parceria entre o INMETRO, FIOCRUZ, INCQs e CNPEM	Este Acordo de Parceria tem por objeto estabelecer a cooperação Técnico-Científica entre INMETRO, FIOCRUZ, INCQs e CNPEM, incluindo o intercâmbio de informações, treinamento específico, formação de pessoal especializado, desenvolvimento de projetos em parceria no campo da ciência, tecnologia e inovação, com ênfase nas áreas de Métodos Alternativos ao uso de animais.
Acordo de Cooperação técnica entre o INMETRO e o MCTI	Constitui objeto do presente Acordo a conjugação de esforços técnicos entre o MCTI e o INMETRO para a elaboração dos requisitos para avaliação da conformidade de instalações para produção, manutenção ou utilização de animais para atividades de ensino ou pesquisa científica e a implementação de ações de Ensino à Distância (EAD), <i>on-line</i> , voltados à capacitação de profissionais que atuem nessas instalações.

### **3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

#### **3.1 Planejamento Organizacional**

O planejamento estratégico é um instrumento fundamental do modelo de gestão do INMETRO, utilizado para a consecução de sua Missão e para o desdobramento de todas as ações assumidas com o Governo Federal e com as demais partes interessadas.

Até 2014, vigorava no INMETRO o Planejamento Estratégico Institucional - PEI (2010-2014). O PEI (2010-2014), associado à metodologia do *Balanced Scorecard* - BSC, que resultou num plano de ação para o alcance dos objetivos e das metas às quais o INMETRO se propõe desenvolver. Teve seu fim em 2014, e em 2015 estava previsto um novo ciclo de planejamento estratégico institucional.

No ano de 2015, o cenário de instabilidade econômica e política gerou acentuada redução orçamentária, revisão das prioridades governamentais e incerteza a respeito da manutenção do mesmo quadro de servidores na Alta Administração do INMETRO. O então Presidente João Jornada optou, dessa forma, por adiar o início de um novo ciclo de planejamento estratégico, emitindo diretrizes gerais para o ano em questão. As referidas diretrizes foram desdobradas em objetivos e ações, de forma a possibilitar seu monitoramento ao longo do ano. No final de 2015, João Jornada foi substituído pelo atual Presidente da instituição, Luís Fernando Panelli Cesar.

O alcance dos objetivos foi monitorado por meio de um conjunto de indicadores de resultado e de esforço, bem como pelo gerenciamento de projetos corporativos.

Este conjunto de diretrizes foi elaborado de forma articulada com as ações do INMETRO estabelecidas no Contrato de Gestão e em consonância com o PPA.

##### **3.1.1 Objetivos do exercício**

Foram emitidas para 2015 sete diretrizes estratégicas, desdobradas em objetivos institucionais, segundo orientação da Alta Administração.

#### **Diretriz 1: Convergência regulatória com outros países como fator fundamental para aumento da exportação**

Esta diretriz visa alavancar as exportações da indústria brasileira, em especial para os Estados Unidos da América, contribuindo para o desenvolvimento destas e para a positivação da Balança Comercial do País.

##### **Objetivos:**

1. Harmonizar normas e regulamentos entre Brasil e EUA e posteriormente com outros países
2. Compartilhar informações técnicas para facilitação do comércio bilateral Brasil-EUA
3. Promover articulação técnica entre vários setores/empresas nacionais e internacionais

#### **Diretriz 2: Eficiência e eficácia da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade- INMETRO – alcançar a arrecadação de R\$ 1 bilhão em 2015**

Essa diretriz objetiva viabilizar o crescimento da receita do INMETRO, a promoção da justa concorrência em todos os estados e ampliação da proteção ao consumidor. Em consequência da ampliação do trabalho da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade- INMETRO, espera-se ainda obter como resultado a melhoria no ambiente econômico nacional, estimulando a qualidade e a competitividade do produto brasileiro.

**Objetivo:**

1. Aumentar a arrecadação e ampliar a abrangência, a qualidade, a eficiência e o escopo de serviços de fiscalização em metrologia e qualidade em todos os municípios do País.

**Diretriz 3: Criação do Centro de Tecnologia Automotiva para apoio à exportação de veículos nacionais e autopeças**

A diretriz objetivou o aumento da exportação de veículos e autopeças nos mesmos moldes que a exportação de aeronaves nacionais, auxiliando a alavancagem do setor, que atualmente enfrenta queda de vendas no mercado interno. Atualmente, o projeto encontra-se paralisado devido à drástica redução orçamentária do INMETRO.

**Objetivo:**

1. Viabilizar a exportação de veículos e autopeças produzidos no País pela melhoria da qualidade e da segurança, tornando-os competitivos no mercado internacional

**Diretriz 4: Estabelecimento de Rede de laboratórios associados ao INMETRO para a inovação e competitividade da indústria nacional**

Por meio do estabelecimento de parcerias com empresas e instituições de pesquisa de alto nível para o compartilhamento de conhecimento, competências e infraestrutura laboratorial, a instituição objetivou ampliar a formação de recursos humanos e proporcionar o envolvimento de pesquisadores em projetos tecnológicos inovadores, contribuindo dessa forma para minimizar o crescente descolamento entre pesquisas científicas e processos inovadores observado no País.

**Objetivo:**

1. Construir ampla base de apoio à inovação nas empresas, estimulando a conexão entre empresas demandantes de soluções inovadoras e grupos científicos de alto nível atuantes no Brasil e no exterior

**Diretriz 5: Desenvolvimento de fontes alternativas para geração de energia**

A diretriz em questão objetiva proporcionar maior utilização de fontes alternativas de energia no País, possibilitando em última análise a ampliação da matriz energética brasileira, via aumento da oferta dessas energias alternativas.

**Objetivos:**

1. Desenvolver pesquisa aplicada para melhoria do desempenho de fontes alternativas de energia
2. Aperfeiçoar, em metrologia e qualidade, marco regulatório para fontes de energia alternativa

**Diretriz 6: Uso racional da energia elétrica e dos recursos hídricos**

A diretriz anterior objetiva proporcionar a redução do consumo doméstico, industrial e agrícola de água e energia, permitindo ainda a redução substancial das perdas na distribuição das concessionárias de água e energia.

## **Objetivos:**

1. Estimular o setor produtivo a gerar produtos com menor consumo de água e energia
2. Assessorar tecnicamente as concessionárias de água e energia para redução do desperdício
3. Conscientizar os consumidores a adquirirem produtos com menor impacto ambiental
4. Aumentar a eficiência das lâmpadas LED

## **Diretriz 7: Competitividade e inovação para a indústria nacional**

Essa diretriz objetiva aumentar a competitividade do produto brasileiro, contribuindo para reverter a estagnação da indústria nacional.

## **Objetivos:**

1. Ampliar o apoio à inovação e competitividade da indústria por meio da metrologia
2. Assessorar tecnicamente a indústria nacional a superar gargalos tecnológicos

O INMETRO, como qualquer organização pública, existe para servir à sociedade. No entanto, para a consecução desse objetivo, é preciso identificar as necessidades da sociedade e, em função disso, adequar suas áreas de atuação com vistas a gerar o máximo valor público.

### **3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico**

Novo ciclo de Planejamento Estratégico Institucional está previsto para 2016, com auxílio de consultoria externa. Atualmente a instituição pesquisa as consultorias no mercado que melhor atendam às suas peculiaridades para então proceder à etapa de contratação.

### **3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

O Plano Brasil Maior (PBM), que retrata a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo Federal, com foco no estímulo à inovação e à competitividade da indústria nacional, estabelece as diretrizes para a elaboração de programas e projetos em parceria com a iniciativa privada. O INMETRO possui diversos projetos e planos de ação vinculados às orientações estratégicas do Plano Brasil Maior, organizados por meio dos seguintes eixos:

1. Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão;
2. Infraestrutura Básica para a Qualidade –Metrologia;
3. Apoio à Inovação Tecnológica na Empresa; e
4. Apoio à Competitividade Sistêmica do Estado Brasileiro.

O Contrato de Gestão da instituição é elaborado de acordo com a orientação dos eixos em que o INMETRO atua, e os principais resultados obtidos pela instituição e sua vinculação aos eixos do Plano Brasil Maior encontram-se destacados na mensagem presidencial que o INMETRO encaminhou ao MDIC no ano de 2015.

### 3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

A partir do Plano Estratégico do INMETRO, é elaborada uma proposta orçamentária cujo objetivo é dimensionar e alocar recursos financeiros para a realização das ações. Em decorrência da negociação de metas do Contrato de Gestão, ou de possíveis contingenciamentos orçamentários governamentais, a Alta Administração revê o orçamento global e realiza ajustes no mesmo.

Quando da execução física, por decisão da Presidência do INMETRO e como uma nova forma de obter um processo estruturado de gestão orientado para resultados e melhoria contínua, a ferramenta A3 foi introduzida na organização em abril de 2011.

O resultado da utilização da ferramenta é consolidado em uma única folha de papel que retrata o ciclo do PDCA. O relatório (A3 PRESI – Sistema de Gerenciamento de Resultados) gerado pela utilização ferramenta A3 é segmentado em quatro partes:

- Campo de contextualização estratégica (“P do planejar”),
- Campo de resultados alcançados (“D do executar”),
- Campo ações de acompanhamento (“C do verificar”),
- Campo de ações futuras (“A do agir com o fim de aperfeiçoar”).

No ano de 2015, ao longo do 14º ciclo de gestão, o “Sistema de Gerenciamento de Resultados utilizando a Metodologia A3” objetivou monitorar os principais projetos e planos de ação do INMETRO no Plano Brasil Maior e demais prioridades da Presidência do INMETRO, bem como o acompanhamento de obras de infraestrutura e dos objetivos e indicadores do Contrato de Gestão.

Ao longo do ano de 2015, o Sistema de Gerenciamento de Resultados buscou uniformizar, integrar e prover transparência aos resultados das ações internas e externas, por meio de:

- Monitoramento dos projetos e planos de ação mais relevantes;
- Orientação para o foco em resultados;
- Incentivo à cultura de prestação de contas.

Este modelo de gerenciamento de resultados está em consonância com a sistemática de orientação para resultados preconizada pelo Ministério do Planejamento do Governo Federal que, por sua vez, se baseia no modelo de “Gerenciamento Baseado em Resultados” do Banco Mundial. Trata-se de um novo marco no paradigma da administração pública gerencial, ou seja, o que está em foco são:

- As novas formas de geração de resultados em um contexto contemporâneo complexo e diversificado;
- Alcance de resultados no setor público, atendendo às demandas, aos interesses e às expectativas dos beneficiários, sejam eles cidadãos ou organizações, criando valor público.

Neste quarto ano de utilização da ferramenta A3, abrangendo o 14º ciclo de Gerenciamento de Resultados, coube à Presidência do INMETRO orientar e supervisionar os trabalhos do Sistema de Gerenciamento de Resultados e, ao final do ciclo de monitoramento, analisar e aprovar os resultados apresentados pelas Diretorias e Coordenações.

À Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional (DPLAN) coube:

- Coordenação do processo de monitoramento de gestão de resultados;
- Desenvolvimento do método de monitoramento;

- Condução das reuniões dos Ciclos do Sistema de Gerenciamento de Resultados;
- Assessoramento às UP nas ações relativas em cada Ciclo do Sistema de Gerenciamento de Resultados; e
- A elaboração e divulgação dos relatórios do Sistema de Gerenciamento de Resultados.

Às Unidades Principais (UP) monitoradas coube:

- conhecer e aplicar o método de monitoramento proposto pela DPLAN;
- participar ativamente (interlocutores para Gestão de Resultados) das reuniões dos Ciclos do Sistema de Gerenciamento de Resultados;
- e reportar as informações básicas sobre o progresso dos projetos/planos de ação, validadas pelo Diretor/Coordenador da UP, à DPLAN.

A documentação final dos ciclos, compreendendo as atas e os A3, está publicada na Intranet corporativa e pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:  
([http://intranet/estrutura/DPLAN/gerenciamento\\_resultados.asp](http://intranet/estrutura/DPLAN/gerenciamento_resultados.asp))

### 3.3 Desempenho Orçamentário

#### 3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

#### IV - Quadro - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2000				<b>Tipo:</b>	
<b>Título</b>	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>		<b>Código</b>				
<b>Programa</b>	<b>Gestão e Manutenção</b>	<b>Código</b>	2121	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
92.700.000,00	92.700.000,00	86.116.811,87	81.599.659,88	81.598.884,05	775,83	4.517.151,99
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.147.521,01	3.442.017,86	5.617.882,15				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 18/2/2016

Identificação da Ação						
Código	20TV				Tipo:	
Título	SERVIÇO DE METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa	Desenvolvimento Produtivo	Código	2055	Tipo:		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
601.100.000,00	601.100.000,00	513.783.558,25	432.129.864,97	432.129.864,94	0,03	81.653.693,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Instrumento/produto verificado		unidade	24.800.000		24.273.419	
Programa implantado (meta do PO 0001)		unidade	19		18	
Produto verificado (meta do PO 0002)		unidade	24.800.000		24.273.419	
Trabalho Publicado (meta do PO 0003)		unidade	225		278	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
11.118.559,99	10.287.731,13	1.526.000,27				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 18/2/2016

Informações adicionais:

Justificativas para os resultados físicos dos PO desta ação:

#### P.O 0001 - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

A restrição do limite de pagamento do INMETRO reduziu drasticamente (cerca de 90%) seu gasto com diárias e passagens, que é a principal despesa nesse plano orçamentário, daí decorre a baixa execução deste PO. Ademais, a contratação de mão de obra terceirizada para a atividade de Avaliação da Conformidade que vinha sendo executada nesta ação passou a ser executada com recursos da ação 2000 - Administração da Unidade - a partir de 2014. Os Programas de Avaliação da Conformidade (PAC) implantados em 2015 foram: Rodas automotivas; Colchões e colchonetes de espuma flexível de poliuretano; Artigos escolares; Mangueiras de incêndio; Aerogeradores; Carrinhos para Crianças; Cinturão de Segurança, Dispositivo Trava-Queda e Talabarte de Segurança; Fornos elétricos comerciais; Aquecedores de água a gás, dos tipos instantâneo e de acumulação; Materiais e equipamentos da construção civil (Tintas Imobiliárias); Tintas Utilizadas em Dispositivos Antifurto para Tratativas de Numerário; Mamadeiras e bicos de mamadeira; Escadas metálicas domésticas; Componentes cerâmicos para alvenaria; Assentos plásticos para espectadores de eventos esportivos; Plataformas elevatórias veiculares; Mangueiras de PVC Plastificado para Instalações Domésticas de Gás Liquefeito de Petróleo; Plataformas Elevatórias Veiculares para Veículos com Características Rodoviárias.

P.O 0002 - Fiscalização e Metrologia

Com o limite de pagamento, optou-se por privilegiar a fiscalização em grandes centros urbanos para reduzir o gasto com combustível, diárias e passagens. Sendo assim, foi possível atingir a quase totalidade da meta de Produtos Fiscalizados.

P.O 0003 - Desenvolvimento e Disseminação da Metrologia Legal, Científica e Industrial

Apesar da baixa execução orçamentária, a meta de trabalhos publicados foi superada devido à realização de diversos congressos nacionais e internacionais no Brasil, tais como:

8º Congresso Brasileiro de Metrologia;

XI Congresso Internacional de Metrologia Elétrica (SEMETRO);

II Congresso Brasileiro de Metrologia das Radiações Ionizantes (CBMRI);

II *Workshop* da Rede de Metrologia Química do INMETRO (Remeq-I);

Congresso Brasileiro de Metrologia Óptica, referente ao Ano internacional da Luz (CBMO).

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20TP				<b>Tipo:</b>	
<b>Título</b>	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>				<b>Código</b>		
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção		<b>Código</b>	2121	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
138.830.100,00	141.400.555,00	140.717.007,00	140.717.007,00	140.717.007,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 18/2/2016

Identificação da Ação						
Código		09HB			Tipo:	
Título		CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Gestão e Manutenção	Código	2121	Tipo:	
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.030.000,00	30.980.000,00	30.597.476,48	30.596.502,21	30.596.502,21	0,00	974,27
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 18/2/2016

Identificação da Ação						
Código		0181			Tipo:	
Título		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Previdência de Inativos	Código	89	Tipo:	
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
55.784.300,00	64.041.916,00	63.685.510,33	63.685.510,33	63.685.510,33	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 18/2/2016

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2004			<b>Tipo:</b>		
<b>Título</b>	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>				<b>Código</b>		
<b>Programa</b>	<b>Gestão e Manutenção</b>	<b>Código</b>	2121	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.179.736,00	2.964.736,00	2.675.130,30	2.661.314,30	2.661.314,30	0,00	13.816,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.565,69	0,00	1.565,69	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 18/2/2016

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2010			<b>Tipo:</b>		
<b>Título</b>	ASSISTÊNCIA PRÉ ESCOLAR					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>				<b>Código</b>		
<b>Programa</b>	<b>Gestão e Manutenção</b>	<b>Código</b>	2121	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
144.000,00	144.000,00	106.007,56	106.007,56	106.007,56	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-		-		-	-	--
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 19/2/2016

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2011				<b>Tipo:</b>	
<b>Título</b>	AUXÍLIO TRANSPORTE					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>		<b>Código</b>				
<b>Programa</b>	<b>Gestão e Manutenção</b>	<b>Código</b>	2121	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
78.000,00	78.000,00	70.889,30	70.889,30	70.889,30	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Identificação da Ação						
Código		2012			Tipo:	
Título		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Gestão e Manutenção	Código	2121	Tipo:	
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.800.000,00	4.800.000,00	4.249.476,37	4.249.476,37	4.249.476,37	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 19/2/2016

Identificação da Ação						
Código		153X			Tipo:	
Título		CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL NO INMETRO E NOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A RBMLQ-I				
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa		Desenvolvimento produtivo		Código		Tipo:
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.500.000,00	2.500.000,00	615.408,38	615.408,38	615.408,38	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Prédio construído (percentual de execução física)		Percentual de execução física	45			18
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 19/2/2016

Informações adicionais:

Justificativas para os resultados físicos desta ação:

**LOCALIZADOR 0051 - No Estado de Mato Grosso**

Obra paralisada devido ao não cumprimento da qualidade exigida nas especificações técnicas da construção e atrasos no cronograma físico em relação ao previsto no contrato por parte da empresa contratada Luma Construtora Ltda.

Etapas da obra realizadas até 31/12/2015:

Terraplanagem;

Fundações;

Supraestrutura;

Parte das alvenarias;

Parte das instalações hidrossanitárias e elétricas.

Identificação da Ação						
Código		14XI			Tipo:	
Título		CONSTRUÇÃO E INTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NO INMETRO				
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa		Desenvolvimento Produtivo		Código		Tipo:
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
74.908.100,00	74.908.100,00	9.348,00	9.348,00	9.348,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Serviços de engenharia realizados % de execução física	Percentual de execução física	0	0	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.651.749,85	2.272.433,97	110.000,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 19/2/2016

Informações adicionais:

Nenhuma das obras referentes aos PO desta ação teve execução física devido ao contingenciamento orçamentário:

P.O 0001 - CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO DE METROLOGIA DE MATERIAIS

P.O 0003 - CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO DE METROLOGIA QUÍMICA

P.O 0004 - CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA AUTOMOTIVA

P.O 0005 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NA ÁREA DE FARMÁCOS

P.O 0006 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA

Identificação da Ação						
Código		0536			Tipo:	
Título		BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO				
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa		Outros Encargos		Código		Tipo:
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.803,00	16.803,00	16.341,84	16.341,84	16.341,84	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-		-		-		-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 19/2/2016

Identificação da Ação						
Código		00G5			Tipo:	
Título		CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Código		901	Tipo:	
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.712,00	3.712,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-		-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.395,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 19/2/2016

Identificação da Ação						
Código		00M1			Tipo:	
Título		BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO FUNERAL E AUXÍLIO NATALIDADE				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Gestão e Manutenção		Código		Tipo:
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
112.284,00	112.284,00	80.010,00	80.010,00	80.010,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 22/02/2016

### 3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As informações estão contempladas no item 6.1 - Desempenho financeiro do exercício.

### 3.3.3 Informações sobre a execução das despesas

#### Despesas por Modalidade de Contratação

##### V - Quadro - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: INMETRO	Código UO: 28202		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>100.139.395,11</b>	<b>111.242.622,13</b>	<b>100.138.619,25</b>	<b>111.236.127,69</b>
a) Convite	0,00	44.266,18	0,00	44.266,18
b) Tomada de Preços	604.839,10	817.182,10	604.839,10	817.182,10
c) Concorrência	1.587.736,03	1.008.102,25	1.587.736,03	1.008.102,25
d) Pregão	97.946.819,98	109.373.071,60	97.946.044,12	109.366.577,16
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>35.198.113,16</b>	<b>68.351.782,79</b>	<b>35.198.113,16</b>	<b>68.351.442,79</b>
h) Dispensa	5.139.022,32	18.052.864,07	5.139.022,32	18.052.524,07
i) Inexigibilidade	30.059.090,84	50.298.918,72	30.059.090,84	50.298.918,72
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>107.125,63</b>	<b>198.280,42</b>	<b>107.125,63</b>	<b>198.280,42</b>
j) Suprimento de Fundos	107.125,63	198.280,42	107.125,63	198.280,42
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>235.925.769,78</b>	<b>227.580.439,82</b>	<b>235.925.769,78</b>	<b>227.579.728,07</b>
k) Pagamento em Folha	235.051.940,93	223.687.817,61	235.051.940,93	223.687.817,61
l) Diárias	873.828,85	3.892.622,21	873.828,85	3.891.910,46
<b>5. Outros</b>	<b>385.642.697,50</b>	<b>481.464.574,55</b>	<b>385.642.697,50</b>	<b>481.464.574,55</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>757.013.101,18</b>	<b>888.837.699,71</b>	<b>757.012.325,32</b>	<b>888.830.153,52</b>

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 22/02/2016

**VI - Quadro - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação**

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>71.975,12</b>	<b>269.553,56</b>	<b>71.975,12</b>	<b>269.553,56</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	71.975,12	269.553,56	71.975,12	269.553,56
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>61.270,45</b>	<b>599.479,25</b>	<b>61.270,45</b>	<b>599.479,25</b>
h) Dispensa	26.250,00	478.270,36	26.250,00	478.270,36
i) Inexigibilidade	35.020,45	121.208,89	35.020,45	121.208,89
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>18.962,60</b>	<b>0,00</b>	<b>18.962,60</b>
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias		18.962,60		18.962,60
<b>5. Outros</b>	<b>2.139.028,13</b>	<b>2.372.632,69</b>	<b>2.137.156,58</b>	<b>2.372.632,69</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.272.273,70</b>	<b>3.260.628,10</b>	<b>2.270.402,15</b>	<b>3.260.628,10</b>

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 29/2/2016

## Despesas executadas por grupo e elemento de despesa

### VII - Quadro - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: INMETRO				Código UO: 28202		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Pessoal</b>								
11 - Vencimentos	139.578.428,18	135.532.318,31	139.578.428,18	135.532.318,31	0,00	0,00	139.578.428,18	135.532.318,31
01 - Aposentadoria	52.659.160,12	46.798.986,55	52.659.160,12	46.798.986,55	0,00	0,00	52.659.160,12	46.798.986,55
13 - Obrigações Patronais	31.064.071,82	29.933.303,58	31.063.097,55	29.933.303,58	974,27	0,00	31.063.097,55	29.933.303,58
Demais elementos do grupo	11.749.240,08	11.442.342,33	11.749.240,08	11.423.209,17	0,00	19.133,16	11.749.240,08	11.423.209,17
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
41 - Contribuições	386.568.941,73	418.819.046,52	337.776.337,32	417.111.271,90	48.792.604,41	1.707.774,62	337.776.337,32	417.111.271,90
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	109.450.698,11	120.769.457,69	80.669.809,59	114.154.217,38	28.780.888,52	6.615.240,31	80.669.033,73	114.152.931,53
37 - Locação de Mão-de-Obra	47.835.742,76	43.112.981,55	42.513.698,41	41.328.301,54	5.322.044,35	1.784.680,01	42.513.698,41	41.328.301,43
Demais elementos do grupo	60.502.492,05	66.216.096,95	57.315.405,63	62.956.932,35	3.187.086,42	3.259.164,60	57.315.405,63	62.950.672,12

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>								
41 - Contribuições	2.217.101,23	12.183.694,03	2.217.101,23	12.181.462,12	0,00	2.231,91	2.217.101,23	12.181.462,12
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	929.116,01	1.005.424,67	929.116,01	763.109,80	0,00	242.314,87	929.116,01	763.109,80
51 - Obras e instalações	449.847,27	3.563.626,95	447.987,10	606.431,72	1.860,17	2.957.195,23	447.987,10	606.431,72
Demais elementos do grupo	193.897,36	21.399.554,35	93.719,96	16.048.155,29	100.177,40	5.351.399,06	93.719,96	16.048.155,29
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>Total:</b>	843.198.736,72	910.776.833,48	757.013.101,18	888.837.699,71	86.185.635,54	21.939.133,77	757.012.325,32	888.830.153,52

Fonte de dados: Tesouro gerencial: 22/2/2016

VIII - Quadro - Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários

Unidade Orçamentária: INMETRO				Código UO: 28202		UGO: 183023		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Pessoal</b>								
11 - Vencimentos	139.578.428,18	135.532.318,31	139.578.428,18	132.258.398,44	0,00	0,00	139.578.428,18	135.532.318,31
01 - Aposentadoria	52.659.160,12	46.798.986,55	52.659.160,12	41.621.696,14	0,00	0,00	52.659.160,12	46.798.986,55
13 - Obrigações Patronais	31.064.071,82	29.933.303,58	31.063.097,55	29.140.980,37	974,27	0,00	31.063.097,55	29.933.303,58
Demais elementos do grupo	11.698.333,69	11.194.949,38	11.698.333,69	11.378.674,81	0,00	0,00	11.698.333,69	11.194.949,38
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
41 - Contribuições	387.716.197,54	421.587.911,18	338.923.593,13	419.475.615,87	48.792.604,41	2.112.295,31	338.923.593,13	419.475.615,87
37 - Locação de Mão-de-obra	47.835.742,76	43.112.981,55	42.513.698,41	41.328.301,54	5.322.044,35	1.784.680,01	42.513.698,41	41.328.301,43
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	32.958.169,95	38.311.784,04	28.312.833,82	33.318.375,37	4.645.336,13	4.993.408,67	28.312.057,99	33.318.375,37
Demais elementos do grupo	41.950.366,13	41.933.658,26	38.990.688,80	39.637.271,02	2.959.677,33	2.296.387,24	38.988.817,25	39.631.722,54

<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>4. Investimentos</b>								
41 - Contribuições	2.217.101,23	12.183.694,03	2.217.101,23	12.181.462,12	0,00	2.231,91	2.217.101,23	12.181.462,12
52 - Equipamentos	197.417,37	16.024.659,97	93.719,96	11.373.153,34	103.697,41	4.651.506,63	93.719,96	11.373.153,34
51 - Obras e instalações	9.348,00	3.152.299,20	9.348,00	248.654,45	0,00	2.903.644,75	9.348,00	248.654,45
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								

Fonte de dados: Tesouro gerencial: 22/2/2016

**IX - Quadro - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>1. Pessoal</b>								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
41 - Contribuições	1.147.255,81	2.768.864,66	1.147.255,81	2.364.343,97	0,00	404.520,69	1.147.255,81	2.364.343,97
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.074.056,00	0,00	916.556,00	0,00	157.500,00	0,00	916.556,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	75.110,02	64.924,59	67.152,02	64.924,59	7.958,00	0,00	67.152,02	64.924,59
Demais elementos do grupo	141.309,87	359.394,28	141.309,87	346.540,28	0,00	12.854,00	139.438,32	346.540,28
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>4. Investimentos</b>								
52 - Equipamentos	7.470,00	1.531.482,60	0,00	484.819,26	7.470,00	1.046.663,34	0,00	484.819,26
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.445.201,70</b>		<b>2.272.273,70</b>		<b>172.928,00</b>		<b>2.270.402,15</b>	

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 29/2/2016

### 3.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

#### X - Quadro - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
CNPJ:	00.662.270/0003-68					
UG/GESTÃO:	183023/18205					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	25	343.074.888,61	441.929.838,87	386.166.896,16
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	0	6.628.281,88	8.334.771,07	12.589.721,11
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAIS:</b>	0	0	25	349.703.170,49	450.264.609,94	398.756.617,27

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2015

#### XI - Quadro - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
UG/GESTÃO: 183023/18205					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	26	0	
		Montante Repassado	343.074.888,61	0	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	1	
		Montante Repassado	0	6.628.281,88	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2015

**XII - Quadro - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO				
UG/GESTÃO: 183023/18205				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Termo de Cooperação	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	21	0	
	Quantidade reprovada	2	0	
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	
	Montante repassado (R\$)	343.074.888,61	0	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	3	1	
	Montante repassado (R\$)	5.447.867,66	6.628.281,88	

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2015

**XIII - Quadro - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
UG/GESTÃO: 183023/18205					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	1	0	0	0	2
Termo de Cooperação	0	0	0	0	1

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2015

**3.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas**

Embora não se encontre destacado de forma explícita no Regimento Interno do INMETRO (vide Portaria INMETRO nº 165, de 2 de abril de 2013), o Serviço de Contabilidade é a unidade do INMETRO que analisa todas as prestações de contas dos convênios celebrados pelo INMETRO, tanto com os órgãos integrantes da RBMLQ-I quanto com as demais entidades caracterizadas como instituições sem fins lucrativos, sob o aspecto financeiro, tão somente.

Atualmente, o Serviço de Contabilidade conta em seu quadro com 05 (cinco) servidores públicos e 2 (duas) colaboradoras.

Dessa forma, hoje 2 técnicos e 1 colaboradora analisam as prestações de contas dos órgãos integrantes da RBMLQ-I, que se encontram registradas e são enviadas pelo SGI - Sistema de Gestão Integrada, e a titular da Contabilidade tem analisado as prestações de contas das entidades sem fins lucrativos e as contas realizadas pelas unidades subordinadas, quer sejam a SUR/GO e SUR/RS, mediante acesso ao sistema SIAFI; fato este que justifica um certo atraso na emissão das Notas Técnicas e Pareceres.

Na oportunidade, convém esclarecer que, para aprimorar e agilizar o processo das análises das Prestações de Contas, seria necessário que o SECON dispusesse de mais 3 (três) técnicos para redimensionar as atividades por ele desenvolvidas nos dias atuais e que também fosse

providenciada a alteração do Regimento Interno no que diz respeito às competências de responsabilidade do pessoal alocado nessa Unidade.

### 3.3.5 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

#### XIV - Quadro - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido (R\$)
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total (R\$)	
2015	183023	INMETRO	-	-	31	87.300,00	8.000,00
2014	183023	INMETRO	-	-	124	212.000,00	8.000,00

Fonte: Processos de Concessão de Suprimento de Fundos.

OBS.: Conta Tipo "B" não se aplica, pois a instituição não se utiliza desta modalidade.

#### XV - Quadro - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal (R\$)			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	183023	INMETRO	-	-	5	1.781,07	39.661,53	41.442,60
2014	183023	INMETRO	-	-	11	1.125,11	59.943,04	61.068,15
			-	-				0,00

Fonte: Processos de Concessão de Suprimento de Fundos.

OBS.: Conta Tipo "B" não se aplica, pois a instituição não utiliza-se desta modalidade.

**XVI - Quadro - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total (R\$)
183023	INMETRO	3339030	1	1.963,91
			3	785,00
			7	320,82
			11	200,00
			14	2.531,40
			16	2.602,73
			17	3.535,53
			19	1.910,65
			21	1.861,93
			22	1.827,77
			24	1.124,98
			25	96,50
			26	5.471,73
			28	781,12
			35	8.784,91
		42	489,72	
		3339039	16	15,00
			17	3.623,00
			18	3,20
			25	1.379,30
			63	234,90
66	194,50			
95	1.704,00			

**Suprimento de Fundos - Análise Crítica**

Considerando as atividades, abrangência nacional, necessitando em muitos casos fornecer uma resposta rápida à sociedade e mitigar eventuais conflitos na relação entre empresa e consumidor, o INMETRO utiliza-se do meio de pagamento por suprimento de fundos. Ressalta-se que, visando ao maior controle e transparência na gestão dos recursos, esta autarquia restringe sua aplicação ao Cartão de Pagamento do Governo Federal, não fazendo uso da Conta Tipo B.

Algumas das aquisições referem-se às amostras destinadas a ensaios laboratoriais conduzidos no âmbito do Programa de Análise de Produtos, que é uma ação do INMETRO voltada para orientação e incentivo à qualidade. Avalia a tendência e a segurança de produtos de uso intensivo e extensivo da sociedade.

Destaca-se que, em muitos os casos, sua aplicação decorre das ações de fiscalização junto à Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do INMETRO (RBMLQ-I), na qual os servidores vão a campo e dispõem do suprimento de fundos como meio para contornar situações adversas que exijam pronto pagamento.

A utilização decorre, também, das constantes imprevisibilidades que ocorrem ao longo do ano, que podem impactar no desenvolvimento do trabalho. Ressalta-se que, em muitos os casos, como por

exemplo nas ações de fiscalizações junto à RBMLQ-I, em que os servidores estão em campo, torna-se fundamental um meio que viabilize contornar situações adversas.

Em alguns casos, é utilizada a modalidade saque, pois, em viagens visando à fiscalização das ações delegadas, pode ocorrer a necessidade de pagamento de pedágios e de pequenos reparos aos veículos utilizados em estabelecimentos que não possuem equipamento de cartão de crédito. Há também casos em que alguns produtos adquiridos visam a atender o Programa de Avaliação da Conformidade e são adquiridos via CPGF (na forma de saques), salvaguardando o sigilo da avaliação, pois são realizadas compras de produtos na figura de cidadão comum.

Ressalta-se que, apesar do elemento de despesa 333903035 apresentar valor superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), este refere-se a itens de despesas diferentes, estando, portanto, respaldados pelo item 3.3.4 da Macrofunção 02.11.21: “*O fracionamento da despesa não é caracterizado pela mesma classificação contábil em qualquer dos níveis, mas por aquisições de mesma natureza funcional*”.

### 3.4 Desempenho Operacional

#### 3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Informações detalhadas sobre conceituação, utilidade e mensuralidade dos indicadores corporativos podem ser obtidas por meio do Contrato de Gestão 2012-2014. Análises e justificativas sobre os objetivos e indicadores podem ser obtidas, por sua vez, por meio do Relatório dos Resultados Alcançados 2015. Ambos os documentos estão disponíveis no sítio do INMETRO (<http://www.INMETRO.gov.br/gestao/contratos.asp>).

### **Imagem Institucional**

#### 1. Consolidar a percepção institucional junto à sociedade brasileira

Denominação	Meta 2015	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
1.1. Nível de entendimento do INMETRO junto à população brasileira <i>Dimensão: Efetividade</i>	49%	(*) Não apurado	Anual	Percentual dos entrevistados que conhecem o INMETRO e ao menos uma das suas atividades.
1.2. Nível de percepção institucional junto à população brasileira <i>Dimensão: Efetividade</i>	81%	(*) Não apurado	Anual	Percentual da população brasileira que considera o INMETRO "muito eficiente" ou "eficiente", dentre o total dos entrevistados que opinaram.
1.3. Nível de percepção institucional do INMETRO junto a participantes de comitês técnicos de regulamentação <i>Dimensão: Efetividade</i>	85%	78,41%	Anual	Percentual dos participantes de comitês técnicos de regulamentação metrológica e de avaliação da conformidade que consideram o INMETRO “muito eficiente” ou “eficiente”, dentre o total dos entrevistados que opinaram

(\*): Os indicadores 1.1 e 1.2 são apurados em pesquisa de opinião junto à população brasileira, que este ano não foi realizada devido às restrições orçamentárias e financeiras, por isso esses indicadores ficaram sem resultado em 2015.

1.3 A queda do indicador “nível de percepção institucional do INMETRO junto a participantes de comitês técnicos de regulamentação” pode ser relacionada à queda do percentual de respondentes que estão satisfeitos ou muito satisfeitos com determinadas características do processo de regulamentação do INMETRO.

### **Avaliação da Conformidade**

2. Promover a concorrência justa e a proteção ao cidadão por meio de ações de acompanhamento no mercado de produtos regulamentados

<b>Denominação</b>	<b>Meta 2015</b>	<b>Resultado</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Fórmula de Cálculo</b>
2.1. Índice de cobertura de municípios na atividade de fiscalização da qualidade <i>Dimensão: Eficácia</i>	98%	78%	Semestral	(Número de municípios fiscalizados tipo I a cada ano + municípios tipo II fiscalizados a cada dois anos + municípios tipo III fiscalizados a cada três anos) / Número total de municípios
2.2. Número de ações de fiscalização de produtos regulamentados <i>Dimensão: Eficácia</i>	800.000	765.646	Semestral	Número de ações de fiscalização de produtos regulamentados

3. Desenvolver Programa de Avaliação da Conformidade de forma assistida

3.1. Número de empresas com objetos submetidos à avaliação da conformidade <i>Dimensão: Eficácia</i>	16.000	18.055	Semestral	Número de empresas com selo de identificação da conformidade referente a produtos, processos, serviços, sistemas ou gestão e/ou pessoal
3.2. Número de modelos de produtos no mercado com selo de identificação da conformidade <i>Dimensão: Eficácia</i>	600.000	802.211	Semestral	Número de modelos de objetos e/ou produtos com selo de avaliação da conformidade
3.3. Produtividade no desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas de avaliação da conformidade <i>Dimensão: Eficiência</i>	12	14,02	Semestral	(Número de programas desenvolvidos, implementados e implantados)/(Número de técnicos diretamente envolvidos) (Acumulado)

### **Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade**

#### **Objetivos:**

4. Rever o modelo da atividade de acreditação

<b>Denominação</b>	<b>Meta 2015</b>	<b>Resultado</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Fórmula de Cálculo</b>
4.1. Índice de utilização de avaliadores externos ao INMETRO no processo de acreditação <i>Dimensão: Eficácia</i>	90%	91,86%	Semestral	(Número de avaliadores externos ao INMETRO utilizados no processo de acreditação) / (Número total de avaliadores utilizados no processo de acreditação)

## 5. Aperfeiçoar o atendimento juntos aos Organismos de Avaliação de Conformidade

5.1. Tempo médio para a concessão de acreditação de laboratórios <i>Dimensão: Eficácia</i>	11 meses	14,99 Meses	Semestral	(Soma do tempo das concessões de acreditação de laboratórios concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de laboratórios concluídos)
5.2. Tempo médio para a concessão de acreditação de Organismos de Certificação <i>Dimensão: Eficácia</i>	7 meses	8,37 Meses	Semestral	(Soma do tempo das concessões de acreditação de organismos de certificação concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de organismos de certificação concluídos)
5.3. Tempo médio para a concessão de acreditação de Organismos de Inspeção <i>Dimensão: Eficácia</i>	6,0 meses	5,68 Meses	Semestral	(Soma do tempo das concessões de acreditação de organismos de inspeção concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de organismos de inspeção concluídos)
5.4. Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma <i>Dimensão: Eficácia</i>	1.520	1.682	Semestral	Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma técnica

## Garantia Metrológica

### Objetivos:

## 6. Assegurar a proteção ao cidadão e a concorrência justa

Denominação	Meta 2015	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
6.1. Índice de Conformidade na execução dos Serviços Delegados <i>Dimensão: Eficácia</i>	79%	70,45%	Semestral	$100 - [1,2 \times (\text{quantitativo de NC}) + 0,2 \times (\text{quantitativo de OM})]$ (em percentual), onde: NC = número de registros de não-conformidades. OM = número de registros de oportunidades de melhoria.
6.2. Taxa de crescimento da receita de serviços metrológicos <i>Dimensão: Eficácia</i>	5,50%	-2,09%	Semestral	Percentual de crescimento anual, em relação ao exercício anterior, da receita financeira de serviços prestados pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, sem contabilizar multas
6.3. Eficiência do serviço prestado pela RBMLQ-I <i>Dimensão: Eficiência</i>	700	719	Semestral	Número de verificações subsequentes / Número de funcionários da RBMLQ-I

## 7. Buscar a excelência na prestação do serviço de apreciação técnica de modelo

7.1. Tempo médio efetivo dos processos de apreciação técnica de modelo <i>Dimensão: Eficácia</i>	120	117,8	Semestral	Soma do tempo efetivo dos processos / número de processos no ano
7.2. Satisfação dos clientes com o serviço de apreciação técnica de modelo <i>Dimensão: Eficácia</i>	76%	53,06%	Anual	Soma do percentual de clientes que avaliam o serviço como “Bom” ou “Ótimo” entre os que opinaram, obtido através de pesquisa anual

## Padronização e Disseminação das Unidades de Medida

### Objetivos:

8. Prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, visando ao aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros.

Denominação	Meta 2015	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
8.1. Nota média da satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio ofertado pelo INMETRO <i>Dimensão: Eficácia</i>	7,90	7,72	Semestral	Nota Média ponderada da satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio
8.2. Produtividade da <u>calibração</u> de instrumentos e padrões de medição, com rastreabilidade ao SI <i>Dimensão: Eficiência</i>	187	168,44	Semestral	Razão entre o número de serviços de medição de padrões calibrados com rastreabilidade ao SI e o homem-hora dos técnicos envolvidos na calibração
8.3. Produtividade dos ensaios de instrumentos e padrões de medição, com rastreabilidade ao SI <i>Dimensão: Eficiência</i>	115	106,60	Semestral	Razão entre o número de serviços de medição de padrões ensaiados com rastreabilidade ao SI e o homem-hora dos técnicos envolvidos nos ensaios
8.4. Número de trabalhos publicados <i>Dimensão: Eficácia</i>	225	270	Semestral	Número de publicações em periódicos nacionais + Número de publicações em periódicos internacionais + Número de publicações em Anais nacionais + Número de publicações em Anais internacionais
8.5. Número de serviços de calibração no KCDB ( <i>Key Comparison Database</i> ) do BIPM ( <i>Bureau Internationale des Poids e Mesures</i> ) <i>Dimensão: Eficácia</i>	400	453	Semestral	Número de serviços de melhor capacidade de medição ( <i>cmc - calibration measure capability</i> ) incluídos no KCDB ( <i>Key Comparison Database</i> ) do BIPM ( <i>Bureau Internationale des Poids e Mesures</i> )

## 4. GOVERNANÇA

### 4.1 Descrição das Estruturas de Governança

Inserido no Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) como o seu órgão executivo central, o INMETRO observa as diretrizes e políticas do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), colegiado integrado por nove Ministros de Estado e o Presidente do INMETRO, com representação de entidades privadas de normalização (ABNT), do setor produtivo (CNI e CNC) e dos consumidores (IDEC), presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para a formulação de suas diretrizes, o CONMETRO se utiliza de comitês assessores. A função de secretaria executiva desses Comitês é exercida pelo INMETRO, sendo os mesmos integrados por representantes dos diversos segmentos sociais afins, explicitando a efetiva participação das partes interessadas em todas as ações do INMETRO no que concerne à governança pública. Essa governança pública também é assegurada pela participação dessas partes interessadas nas comissões de regulamentação técnica, pelo alinhamento do Planejamento Estratégico do INMETRO (PEI) com o Plano Plurianual (PPA) e pela prestação de contas das metas de desempenho do INMETRO, submetidas ao Comitê de Avaliação do Contrato de Gestão, que reúne representantes de três ministérios signatários (MDIC, MP e MF).

Suas atividades internas são desenvolvidas junto às Diretorias e Coordenadorias do Instituto. Seus trabalhos externos são realizados junto aos Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - INMETRO (RBMLQ-I), de forma integrada com a Diretoria de Metrologia Legal (DIMEL) e com a Diretoria de Avaliação da Conformidade (DCONF). Sua estrutura regimental conta com uma Unidade de Auditoria Interna (AUDIN), com atuação expressiva na instância dos Controles Interno e Externo, referenciada no Planejamento Anual de Auditoria Interna (PAINT) a ser desempenhado no exercício seguinte e registrado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). O INMETRO não possui Conselho Deliberativo.

### 4.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

Os dirigentes do INMETRO exercem sua autoridade observando as políticas públicas emanadas do Governo Federal, as diretrizes do CONMETRO, entre elas as que tratam das Estratégias para a Metrologia Brasileira e o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC), a Lei de Inovação, as prescrições do seu Regimento Interno e do Código de Conduta da Alta Administração Federal, contribuindo para a governança institucional, além de permitir o monitoramento externo de todas as partes interessadas. O perfil da diretoria do INMETRO tem, em seu escopo, as competências técnicas que visam agregar valor ao desempenho institucional. A adoção de critérios está correlacionada ao perfil pertinente às atribuições e à responsabilidade de cada área, no que concerne às competências definidas no Regimento Interno da Autarquia. A escolha dos integrantes da alta direção da Instituição vem ao encontro da necessidade de governabilidade institucional e do monitoramento externo das partes interessadas.

### 4.3 Atuação da unidade de Auditoria interna

a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver

Considerando que a Auditoria Interna do INMETRO (AUDIN) é o elemento de controle interno desta Autarquia, auxiliando a Controladoria-Geral da União (CGU) no cumprimento das atribuições do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal no âmbito do INMETRO, há uma vinculação técnica àquele Órgão de Controle Interno, no cumprimento estrito das legislações e orientações de lá emanadas; e, administrativamente, há a subordinação direta à Presidência do

INMETRO, ao objetivar o fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle na autarquia.

E, neste sentido, as competências elencadas no Regimento Interno coadunam-se com as dispostas no Capítulo X, item 13, da Instrução Normativa n.º 01, de 6 de abril de 2001.

As atividades da auditoria interna estão pautadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), encaminhado à CGU no último dia de outubro de cada ano corrente e que reflete as ações a serem realizadas no exercício seguinte.

Nos últimos três anos, a Auditoria Interna, por intermédio do PAINT, planejou e executou as ações de auditoria nos órgãos da RBMLQ-I e nas Diretorias do INMETRO; participou de cursos e treinamentos; emitiu pareceres, acompanhou as determinações do TCU e as recomendações da CGU; realizou reuniões de coordenação sobre as auditorias realizadas, bem como de melhorias nos processos, entre outras atividades.

b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas nos últimos três exercícios

Os quadros a seguir retratam em quais órgãos da RBMLQ-I e em quais diretorias do INMETRO foram realizadas ações de auditoria nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, e o produto de cada ação:

<b>2013</b>	
<b>RBMLQ-I</b>	
<b>AÇÃO DE AUDITORIA REALIZADA</b>	<b>PRODUTO</b>
Prestação de Contas	Nota de Auditoria DIRAF, objeto do Processo AUDIN PA -001-001/2013-PC
AEM/MS	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-540-016/2013-O.
IBAMETRO	Relatório, objeto dos Processos AUDIN PA-400-013/2013-O e PA-400-002/2013-E.
IMEQ/PB	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-800-001/2013-O.
IMETROPARÁ	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-330-002/2013-O.
IMETRO/SC	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-610-015/2013-O.
INMEQ/AL	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-410-008/2013-O.
INMEQ/MA	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-310-006/2013-O.
IPEM/AM	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-340-003/2013-O.
IPEM/AP	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-341-031/2013-O.
IPEM/ES	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-710-012/2013-O.
IPEM/FORT	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-300-019/2013-O.
IPEM/PE	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-900-009/2013-O.
IPEM/RN	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-810-018/2013-O.
IPEM/RO	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-850-005/2013-O.
IPEM/SP	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-100-017/2013-O.
SURGO	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-500-023/2013-O.
SURRS	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-730-022/2013-O.

<b>DIRETORIAS</b>	
CORED	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-012-021/2013-O.
DCONF	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-008-014/2013-O.
DIMAV	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-014-004/2013-O.
DIMCI	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-009-007/2013-O.
DIMEL	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-010-010/2013-O.
DIRAF	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-007-020/2013-O.
DPLAN	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-006-011/2013-O.
<b>EXTRAORDINÁRIAS</b>	
IPEM/TO	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-506-001/2013-E.
IBAMETRO	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-400-002/2013-E.

<b>2014</b>	
<b>RBMLQ-I</b>	
<b>AÇÃO DE AUDITORIA REALIZADA</b>	<b>PRODUTO</b>
Prestação de Contas	Nota de Auditoria, objeto do Processo AUDIN PA -001-001/2014-PC
AEM/MS	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-540-025/2014-O.
AEM/TO	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-506-008/2014-O.
IBAMETRO	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-400-016/2014-O.
IMEPI	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-320-004/2014-O.
IMETROPARÁ	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-330-031/2014-O.
IMETRO/SC	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-610-022/2014-O.
IMEQ/PB	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-800-030/2014-O.
IPEM/AM	Ofício nº 116/AUDIN, de 17/7/2014, com o resultado da auditoria, objeto do PA-340-005/2014-O.
IPEM/MG	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-200-001/2014-O.
IPEM/PR	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-600-002/2014-O.
IPEM/RJ	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-700-010/2014-O.
IPEM/RN	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-810-024/2014-O.
IPEM/SP	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-100-021/2014-O.
ITPS/SE	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-600-002/2014-O.
<b>DIRETORIAS</b>	
CORED	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-012-023/2014-O.
DIMAV	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-014-011/2014-O.
DIRAF	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-007-013/2014-O.
DPLAN	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-006-014/2014-O.

2015	
RBMLQ-I	
AÇÃO DE AUDITORIA REALIZADA	PRODUTO
Prestação de Contas	Relatório DPLAN, objeto do Processo AUDINPA-001-001/2015-O, e Relatório DIRAF, objeto do Processo AUDIN PA-001-001/2015-O
INMEQ/AL	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-410-007/2015-O.
IPEM/AC	Relatório, objeto do Processo AUDIN, PA-502-001/2015-O.
IPEM/ES	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-710-004/2015-O.
IPEM/MT	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-510-005/2015-O.
IPEM/PE	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-900-003/2015-O.
IPEM/RO	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-850-006/2015-O.
IPEM/RR	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-346-002/2015-O.
DIRETORIAS	
DCONF	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-008-009/2015-O.
DIMCI	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-009-010/2015-O.
DIMEL	Relatório, objeto do Processo AUDIN PA-010-008/2015-O.

Não obstante, além das ações de auditoria realizadas na RBMLQ-I e nas Diretorias do INMETRO, a AUDIN emitiu Pareceres a consultas formuladas e de respostas aos Relatórios de Auditoria, sendo:

Pareceres/Exercícios	2013	2014	2015
Pareceres de Consulta	16	5	6
Pareceres de respostas aos Relatórios	93	47	17
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>52</b>	<b>23</b>

A partir de 2015, a Auditoria Interna implementou o formulário do Plano de Providências Permanente para os órgãos da RBMLQ-I e para as Diretorias do INMETRO.

No acompanhamento das determinações e/ou recomendações dos Órgãos de Controle, foram recepcionados pela Auditoria Interna os seguintes documentos:

**Tribunal de Contas da União**

<b>2013</b>		
<b>Acórdão</b>	<b>Processo</b>	<b>Assunto do Processo</b>
603/2013-Plenário -Ata nº 9/2013 – Plenário - Data da Sessão: 20/3/2013 – Ordinária	TC-014.206/2012-9	Auditoria operacional na sistemática de pesagem de veículos nas rodovias federais brasileiras, incluindo análise da política de implementação e da abrangência do Plano Nacional de Pesagem (PNP).
670/2013-Plenário Ata nº 10/2013 – Plenário - Data da Sessão: 27/3/2013 – Ordinária	TC 043.866/2012-3	Representação do § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/1993. Conhecimento. Suposta violação ao art. 3º do Decreto nº 7.174/2010. Pedido de medida cautelar que posteriormente perdeu o objeto. Norma que extrapola do poder regulamentar e cria requisito de habilitação ao arripio da Lei nº 8.666/1993. Ausência de irregularidade nos procedimentos adotados pela DATAPREV. Improcedência.
1606/2013-1ª Câmara Ata nº 8/2013 – 1ª Câmara - Data da Sessão: 26/3/2013 – Ordinária	TC 019.559/2012-7	Trata o presente processo de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, noticiando possíveis irregularidades cometidas pelo Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco - IPPEM, na aplicação de recursos federais em 2010.
5278/2013-TCU Ata nº 27/2013 - Data da Sessão: 6/8/2013 - 1ª Câmara.	TC 010.014/2013-6	Trata de representação com pedido de providências urgentes em face do Pregão Eletrônico nº 251/7065-2012, formulada por EBA OFFICE Comércio de Máquinas para Escritório Ltda.- EPP, solicitando ao INMETRO que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 157 do Regimento Interno do TCU, informe a esta Secretaria se mantém acordos de reconhecimento mútuo com a "Under Writers Laboratories Inc- UL" e/ou se esse órgão é acreditado pelo Instituto, de modo a que a certificação UL para a Fragmentadora Bonsen PS300/B possa ser aceita para efeito de comercialização no Brasil, ante o disposto no art. 3º do Decreto nº 7.174/2010.
1410/2013 - Plenário Ata nº 20/2013 – Data da Sessão: 5/6/2013 - Ordinária.	TC 031.478/2011-5	Auditoria de conformidade para avaliar a regularidade de licitações e contratos decorrentes de convênios, aquisição indevida de equipamentos mediante dispensa de licitação, pagamentos antecipados, audiência dos responsáveis, rejeição das razões de justificativa, multa. Determinações. Arquivamento.
1637/2013- Plenário Ata nº 21/2013 – Data da Sessão: 26/6/2013 - Ordinária.	TC 010.288/2013-9	Indícios de irregularidades na aferição dos equipamentos relacionados a pesos e medidas.
4615/2013- 1ª Câmara Ata nº 23/2013 - Data da Sessão: 9/7/2013 - Ordinária.	TC 013.862/2003-9	Prestação de contas. Exercício de 2002. Dispensa indevida de licitação. Audiências. Rejeição das razões de justificativa. Contas irregulares de alguns gestores. Multa. Contas regulares dos demais responsáveis. Ciência.

7396/2013- 1ª Câmara Ata nº 38/2013 – Data da Sessão: 22/10/2013	TC 016.979/2013-3	Representação com pedido de suspensão cautelar de procedimento de licitação.
2927/2013- Plenário Ata nº 42/2013 – Data da Sessão: 30/10/2013 - Ordinária.	TC 010.133/2013-5	Monitoramento dos itens 9.9 do Acórdão 3.304/2011, conjuntamente com a 3ª fase do plano de monitoramento da implementação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de repasse (SICONV), que envolvem a verificação de cumprimento nos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 788/2006-Plenário (TC 003.777/2002-4) e item 9.1 do Acórdão nº 2066/2006-Plenário (TC 015.568/2005-1).
3321/2013- Plenário Ata nº 43/2013 – Data da Sessão: 27/11/2013 - Extraordinária de caráter reservado.	TC 010.595/2012-0	Monitoramento da determinação veiculada mediante o subitem 9.4 do Acórdão nº 2.763/2010 – Plenário, prolatado nos autos do processo TC-028.954/2009-8, o qual determinou ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, que informasse a àquele Tribunal as medidas adotadas em função das constatações havidas na Auditoria Ordinária realizada no IPEM/RN, no período de 5 a 16 de abril de 2010.
3346/2013- Plenário Ata nº 48/2013 - Data da Sessão: 4/12/2013 - Ordinária.	TC 015.038/2001-2	Relatório de inspeção convertido em Tomada de Contas Especial - inspeção realizada em cumprimento ao item 8.3 da Decisão nº 173/2001-2ª Câmara, objetivando apurar os fatos narrados no processo TC-014.173/00-4, em cumprimento à determinação do Exmo. Ministro-relator - recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial.

<b>2014</b>		
<b>Acórdão</b>	<b>Processo</b>	<b>Assunto do Processo</b>
816/2014-Plenário -Ata nº 6/2014 – 2ª Câmara - Data da Sessão: 11/3/2014 – Ordinária	TC-015.946/2011-8	Tomada de Contas Especial. Irregularidades na aplicação dos recursos de convênios firmados com o INMETRO. Impossibilidade de promover, com recursos do convênio, pagamentos de complementações de aposentadorias e pensões de ex-funcionários e pensionistas do IPEM/SP. Desvio de finalidade. Citação da entidade e dos ex-gestores. Rejeição das alegações de defesa do IPEM/SP. Concessão à entidade de novo e improrrogável prazo para a quitação de débito. Acolhimento parcial das alegações de defesa dos gestores. Contas regulares com ressalvas destes. Ciência aos interessados diário oficial da união: vide data do DOU na Ata 06 - Segunda Câmara, de 11/3/2014.
545/2014-Plenário -Ata nº 7/2014 – Plenário- Data da Sessão: 12/3/2014 – Ordinária	TC-000.594/2014-8	Representação. Possíveis irregularidades em pregão eletrônico. Pedido de medida cautelar. Oitiva prévia dos responsáveis. Exigências do Banco do Brasil sem comprometimento da competitividade do certame. Conhecimento. Improcedência. Indeferimento da providência acautelatória. Ciência ao Banco do Brasil, à representante, ao MDIC e ao INMETRO. Arquivamento.

1075/2014 - TCU - 2ª Câmara - Ata nº 8/2014 - Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária	TC-022.705/2013-9	Indícios de irregularidades envolvendo recursos federais repassados ao IPEM/RN pelo INMETRO.
-	TC-002.689/2014-6 (1)	Documentos referentes aos responsáveis pelo envio do Relatório de Gestão definido no Anexo I da DN TCU nº 127/2013.
-	TC-020.820/2013-5 (2)	TCE inst. contra os Srs. Augusto H. C. Targino, José T. Pinheiro e Rychardson M. Bernardo em face de irregularidades verificadas na execução dos convênios nº 14/2001 e nº 18/2005-INMETRO. Nº original: 52600.046572/2010-50.
2329/2014-1C -Sessão Ordinária da Primeira Câmara, em 3/6/2014.	TC-037.128/2011-6	Convênios firmados no âmbito da RBMLQ-I.
-	TC-001.261/2014-2 (3)	Juiz Federal representa ao Tribunal quanto ao Convênio nº 001/2012, firmado entre IPEM/MG e o IPEM/ES para cessão de servidores do primeiro ao segundo. Determina rescisão de qualquer convênio entre o INMETRO e o IPEM/ES, cujo objeto seja a delegação de atividade de metrologia no Estado do Espírito Santo.
Acórdão 3816/2014-TCU - 1ª Câmara Ata nº 24/2014 - 1ª Câmara Data da Sessão: 15/7/2014 – Ordinária	TC-010.150/2014-5	Representação - possíveis irregularidades, pagamento, de "Complemento de Renumeração" e de "Bônus de Desempenho" sem previsão legal com utilização de recursos federais - Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial da Paraíba - IMEQ/PB - Procedência: TCE/PB.
Acórdão 4194/2014-TCU - 2ª Câmara Ata nº 28/2014 - 2ª Câmara Data da Sessão: 12/8/2014 - Ordinária	TC-027.799/2011-5	Prestação de contas. Exercício de 2010. Constatação de impropriedades e irregularidades na gestão. Aumento injustificado da frota de veículos alugados. Utilização irregular de veículos oficiais. Realização de audiências prévias. Acolhimento parcial das razões de justificativa. Contas ilegais de dois responsáveis e legais dos demais. Determinação para a adoção de providências. Ciência da ocorrência de várias impropriedades. Ciência aos interessados.
4516/2014-TCU - 2ª Câmara Ata nº 31/2014 - 2ª Câmara Data da Sessão: 2/9/2014 - Ordinária	TC-033.358/2013-3	Representação formulada em decorrência de irregularidades identificadas no IPEM/PE atinentes à competência do TCU, conforme Acórdão TC 1872/13 do TCE/PE (Processo TC 1204662-0).
4483/2014- TCU - 2ª Câmara - Ata nº 31/2014 - 2ª Câmara - Data da Sessão: 2/9/2014 - Ordinária	TC-015.946/2011-8	Tomada de Contas Especial. Irregularidades na aplicação dos recursos de convênios firmados com o INMETRO. Impossibilidade de promover, com recursos do convênio, pagamentos de complementações de aposentadorias e pensões de ex-funcionários e pensionistas do IPEM/SP. Desvio de finalidade. Citação da entidade e dos ex-gestores. Rejeição das alegações de defesa do IPEM/SP. Concessão à entidade de novo e improrrogável prazo para a quitação de débito. Acolhimento parcial das alegações de defesa dos gestores. Contas regulares com ressalvas destes. Ciência aos interessados diário oficial da união: vide data do DOU na Ata 6 - Segunda Câmara, de 11/3/2014.

5266/2014- TCU - 2ª Câmara - Ata nº 36/2014 – 2ª Câmara - Data da Sessão: 7/10/2014 – Ordinária		Retificar, por inexatidão material o Acórdão nº 4.483/2014 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 2/9/2014, Ata nº 31/2014.
-	TC-044.813/2012-0 (4)	Verificação da regularidade da apresentação de prestação de contas de convênios; verificação da propriedade do instrumento convênio para realização do objeto da avença; verificação da ocorrência de pagamento a servidores públicos tendo em vista o objeto dos convênios, voltados especificamente para ações correlatas à metrologia.
Acórdão 7292/2014- TCU - 2ª Câmara -Ata nº 43/2014 – 2ª Câmara - Data da Sessão: 25/11/2014 – Ordinária	TC-011.469/2002-0	Prestação de contas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO - exercício de 2001.

1 – natureza: Comunicação; 2, 3 e 4 – natureza: Diligência

2015		
Acórdão	Processo	Assunto do Processo
-	TC-013.514/2014-8 (1)	Solicitação de informações sobre obras de edificação, quais sejam: Construção e instalação de infraestrutura laboratorial no INMETRO/RJ e de construção do Parque Tecnológico do INMETRO/RJ.
-	TC-015.038/2001-2 (2)	Inclusão do nome de responsáveis condenados pelo Tribunal de Contas da União no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (Cadin)
1087/2015-1C -Sessão Ordinária da Primeira Câmara, em 24/2/2015 - Ata nº 4/2015	TC-032.894/2014-7	Possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam dos autos do Processo nº 52.600.021561/2014-91
-	TC-044.813/2012-0 (3)	Verificação da regularidade da apresentação de prestação de contas de convênios; verificação da propriedade do instrumento convênio para realização do objeto da avença; verificação da ocorrência de pagamento a servidores públicos tendo em vista o objeto dos convênios, voltados especificamente para ações correlatas à metrologia.
754/2015 - Plenário - Sessão Ordinária em 8/4/2015 - Ata nº 12/2015	TC-015.239/2012-8	Fiscalização com vistas a verificar o cumprimento do disposto na Lei nº 10.520/2002, art. 7º, nos registros do banco de dados dos sistemas COMPRASNET e SIASG.
-	TC-010.595/2012-0 (4)	Monitoramento da determinação veiculada mediante o subitem 9.4 do Acórdão nº2.763/2010 – Plenário, prolatado nos autos do TC-028.954/2009-8, o qual determinou ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, que informasse a este Tribunal as medidas adotadas em função das constatações havidas na auditoria ordinária realizada no IPEM/RN, no período de 5 a 16 de abril de 2010.
1176/2015-TCU-Plenário - Ata nº 17/2015(Plenário) - Data da sessão 13/5/2015(Ordinária)	TC-034.062/2011-4	Cálculo de proventos de aposentadoria pela média aritmética, art. 40, § 3º, da CF.

1264/2015-TCU-Plenário - Ata nº 19/2015(Plenário) - Data da sessão 27/5/2015(Ordinária)	TC-001.261/2014-2 ( A diligência foi iniciada em 2014, porém somente em 2015 foi emitido o Acórdão).	Juiz Federal representa ao Tribunal quanto ao Convênio nº 001/2012, firmado entre IPEM/MG e IPEM/ES para cessão de servidores do primeiro ao segundo. Determina rescisão de qualquer convênio entre o INMETRO e o IPEM/ES, cujo objeto seja a delegação de atividade de metrologia no Estado do Espírito Santo.
1565/2015-TCU-2ª Câmara - Ata nº 24/2015(Plenário) - Data da sessão 24/6/2015(Ordinária)	TC-031.478/2011-5	Pedido de reexame. Conhecimento. Reanálise da matéria. Elisão de algumas irregularidades. Irregularidade restante não justifica a manutenção da multa aplicada. Provimento.
2744/2015-TCU-Plenário - Ata nº 43/2015(Plenário) - Data da sessão 28/10/2015(Ordinária)	TC-018.688/2014-4	Auditoria em governança no tratamento administrativo do comércio exterior.
8543/2015-TCU-Plenário - Ata nº 19/2015(Plenário) - Data da sessão 27/5/2015(Ordinária)	TC-033.358/2013-3	Representação formulada em decorrência de irregularidades identificadas no IPEM atinentes à competência do TCU, conforme Acórdão T.C. 1872/13 do TCE/PE (Processo T.C. 1204662-0).
-	Processo nº 2985-8/2014 no TCE/MT (5)	-

1, 3, 4 e 5 – natureza: Diligência; 2- natureza: Comunicação.

### Controladoria-Geral da União

<b>2013</b>	
<b>Nº Relatório</b>	<b>Tipo de Auditoria</b>
201304537	Acompanhamento da Gestão relativo ao exercício de 2012.
201306232	Exames realizados sobre a prestação de contas anual - exercício 2012.
201315746	Exames realizados sobre a versão preliminar do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício 2014.
201315748	Exames realizados no INMETRO sobre a estrutura e a atuação da Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) do INMETRO no exercício de 2013.
<b>2014</b>	
<b>Nº Relatório</b>	<b>Tipo de Auditoria</b>
201407264	Exames realizados sobre os atos e os consequentes fatos de gestão, ocorridos no INMETRO, no período de janeiro de 2008 a fevereiro de 2014.
201405733	Exames realizados sobre os atos e os consequentes fatos de gestão, ocorridos no INMETRO, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2014.
201412389	Exames realizados sobre proposta do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (preliminar) para o exercício 2014.
<b>2015</b>	
<b>Nº Relatório</b>	<b>Tipo de Auditoria</b>
201503546	Exames realizados sobre a prestação de contas anual - exercício 2014.
201504822	Exames realizados sobre a Auditoria Interna do INMETRO, que abrangeram o período de 1º/1/2014 a 31/8/2015.
201500377	Resultados da Revisão do Plano de Providências Permanente do INMETRO.

Registramos que as Determinações do TCU e as recomendações da CGU são monitoradas ao longo de cada exercício pela Auditoria Interna.

c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada

As ações de auditoria planejadas e realizadas na RBMLQ-I permeiam a aplicabilidade dos recursos públicos transferidos, que têm como Instrumentos de delegação os Convênios firmados entre o INMETRO e cada órgão delegado.

As ações de auditoria planejadas e realizadas nas Diretorias do INMETRO permeiam a aplicabilidade dos recursos orçamentários e financeiros, seus controles internos, seus processos, entre outros que se encontram materializados nas ações que compõem o programa de governo, para o atingimento dos objetivos da Instituição.

Quanto aos Relatórios de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), contendo o detalhamento das recomendações de todos os trabalhos realizados, providências tomadas, assim como a execução dos Planos Anuais de Auditoria Interna (PAINT), estes se encontram disponíveis no seguinte *link*:

<http://www.INMETRO.gov.br/acessoainformacao/auditorias.asp>.

Vale registrar que há algum tempo a Auditoria Interna cumpre suas atividades com uma significativa dose de esforço, e de forma mais do que amostral, por algumas carências. Naturalmente a principal delas é a sua força de trabalho, muito reduzida.

Mesmo assim, podemos afirmar que alcançamos alguns números positivos. Tomando como exemplo a execução dos trabalhos programados no PAINT para o exercício de 2015, a AUDIN contou com 15 profissionais, sendo 6 servidores atuando nas ações de auditoria, incluindo o Auditor-Chefe, 5 colaboradores em atividades de apoio, 2 secretárias e 2 servidores atuando na Gestão da Qualidade.

Para executar os trabalhos programados, foram absorvidas 12.441 horas (representando uma redução de 28,25%, em relação ao exercício de 2014), bem como 2.167 horas para trabalhos realizados e não programados (ações de monitoramento), significando 231 dias de efetivo trabalho da equipe.

Ressaltamos esse trabalho de monitoramento, que é o acompanhamento das ações dos órgãos delegados a distância, atuando como num trabalho de auditoria ordinária, por intermédio do SGI, do Portal da Transparência, de sistemas governamentais, como o SIAFI, SCDP, SIASG, SICONV, e outros.

Uma outra carência é a ausência de sistemas informatizados específicos que possam facilitar o nosso trabalho, demanda essa que se apresenta de forma mais contundente, considerando a edição da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União, que em seu artigo 17, a seguir transcrito, determina o acompanhamento de todas as recomendações dos órgãos de controle, preferencialmente por sistema informatizado:

*“[...] Art. 17. As unidades de auditoria interna manterão controle, preferencialmente por sistema informatizado, das recomendações expedidas pela própria auditoria interna, pelos órgãos de controle interno e externo e, quando for o caso, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração ou por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.*

*§ 1º As unidades de auditoria interna apresentarão ao Conselho de Administração ou à instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo da organização, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações referidas no caput.*

*§ 2º Deverão constar do relatório gerencial as justificativas dos gestores para cada recomendação não implementada ou implementada parcialmente, com indicação de prazo para sua efetivação.*

*§ 3º Os relatórios gerenciais referidos no § 1º ficarão à disposição dos órgãos de controle.”*

- d) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

Não houve qualquer reposicionamento da Auditoria Interna na estrutura do INMETRO, mantendo a mesma estrutura definida no Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e da Portaria MDIC nº 82, de 1º de abril de 2008, e posicionada conforme determinado pela Portaria INMETRO nº 165, de 2 de abril de 2013. Em termos de ganhos operacionais, registre-se a total compreensão e o permanente apoio dado pela Alta Administração do INMETRO ao trabalho desta Auditoria Interna.

- e) e) opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada

A Auditoria Interna é de opinião que a UJ hoje possui um Sistema de Gestão da Qualidade maduro e perene, com o aprimoramento trabalhado ao longo dos exercícios, o que tem possibilitado ao órgão uma boa percepção da funcionalidade e da aplicação dos seus controles internos.

Vale registrar também o alinhamento do Sistema de Gestão da Qualidade da AUDIN ao Sistema de Gestão da Qualidade do INMETRO, o que é responsabilidade da Coordenação da Qualidade da AUDIN.

Cabe ao CQ-AUDIN garantir que a documentação utilizada no planejamento, na execução e no acompanhamento das auditorias governamentais seja atualizada em relação ao formato, de acordo com as orientações da DIGEQ – Divisão de Gestão da Qualidade do INMETRO, consoante ao Regimento Interno do INMETRO e, em relação ao conteúdo, de acordo com as diretrizes emanadas dos órgãos de fiscalização superior – CGU e TCU.

Seguindo diretrizes do SGQ-INMETRO, submete-se à auditoria interna da qualidade e à análise crítica, ações de responsabilidade e executados pela DIGEQ, segundo os requisitos da NBR ISO 9001/20015.

No que tange à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar o desempenho operacional da UJ, acompanhamos os resultados dos que fizeram parte do Contrato de Gestão, principalmente os de Avaliação da Conformidade e de Garantia Metrológica.

Em que pese não haver indicadores específicos para o quesito Governança, e de o Governo Federal não nos ter renovado o Contrato de Gestão em 2015, como já exposto anteriormente, procedemos a uma avaliação levando em consideração a realização de reuniões de análise crítica por nossas diretorias, que geram informações que orientam/reorientam as tomadas de decisões.

Outro ponto de apoio para análise da unidade de Auditoria Interna é o fato de que o Comitê de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão do INMETRO – CAA, emitiu, por meio da Decisão n.º 1, de 30 de junho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, avaliação positiva do trabalho desta UJ quanto ao cumprimento dos compromissos previstos naquele Contrato de Gestão para o ano de 2014, considerando ainda que a instituição vem cumprindo os projetos de apoio aos objetivos estabelecidos e alcançando as metas quantitativas pactuadas, estendendo-os para o exercício de 2015.

Levamos também em consideração os resultados das pesquisas de imagem dos últimos três anos, que demonstram que a sociedade brasileira vem compreendendo e reconhecendo o papel da instituição no cenário nacional, o que nos leva a depreender que o caminho traçado tem sido o correto no quesito Governança.

#### 4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O INMETRO não possui, ainda, estrutura formal implantada destinada ao funcionamento do sistema de correição, muito embora tenhamos nos esforçado, desde 2010, para a criação de uma Corregedoria-Geral, em atendimento às orientações da Controladoria-Geral da União (CGU). Neste sentido, em 10 de agosto de 2010, dirigimos ao Ministro de Estado do MDIC o Ofício n.º 142/PRESI, que deu origem ao Aviso Ministerial n.º 157/GM-MDIC, de 1.º de novembro de 2010, encaminhado ao então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Ofício n.º 220/PRESI, de 1.º de dezembro de 2010, em prosseguimento às tratativas. Em acréscimo, prestamos esclarecimentos à 9.ª SECEX por meio do Ofício n.º 171/PRESI, de 6 de junho de 2011, demonstrando o interesse desta Autarquia em implantar o órgão de correição. Apesar de reiteradas audiências com as autoridades do Ministério do Planejamento, não alcançamos nosso intento e, ainda, por orientação da CGU, iniciamos ação alternativa para a criação de uma Comissão Permanente de Correição, nos moldes da instituída no âmbito do Ministério do Turismo, conforme explicitado no Ofício n.º 054/GABIN, de 22 de abril de 2013, dirigido ao Corregedor-Setorial do MDIC/MTUR. Entretanto, até o momento, não foram supridas as necessidades de novos servidores aprovados no Concurso Público realizado em 2015. Assim, há um interesse demonstrado de fortalecer e padronizar as atividades correcionais da entidade, por meio da criação de uma unidade específica no INMETRO, que ainda não logramos conseguir, devido à necessidade da participação dos servidores nos programas acima elencados. Há também um significativo incentivo de capacitação de servidores para atuar em PAD por meio de cursos realizados em 2013 e 2014. Em 2015 não foram realizados novos cursos de qualificação devido ao contingenciamento do Governo Federal.

Além do acima exposto, na Procuradoria-Federal tem havido um êxodo de Procuradores, tratando-se de mais um fator a impedir a adoção das medidas pretendidas. Assim, boa parte das competências relativas à gestão das ações correcionais está, ainda, afeta à Chefia de Gabinete, contando com uma Comissão Permanente de Sindicância, constituída por meio da Portaria INMETRO n.º 22, de 23 de janeiro de 2009, que atua nas sindicâncias investigativas e acusatórias. A cada instauração de PAD, uma comissão específica é nomeada pelo Presidente, por Portaria específica, cabendo à Procuradoria-Federal o saneamento dos autos. Este cenário, devido às circunstâncias várias ligadas à escassez de recursos humanos, ainda carece de solução, e a nossa expectativa é de que a consigamos ainda neste exercício e, para tanto, estamos envidando especiais esforços nesse sentido.

#### 4.5 Gestão de riscos e controles internos

##### XVII - Quadro - Sistema de Controles Internos Avaliados

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

O INMETRO está permanentemente em busca da “irregularidade zero” e tem procurado atender, com prioridade, às demandas do Controle Interno (CGU) e do Controle Externo (TCU). A Alta Administração mantém articulação com todas as Diretorias e Coordenadorias da Instituição para identificação de riscos potenciais para mitigação dos mesmos. Mantém forte interação com todos os “parceiros” que compõem os Órgãos Delegados da RBMLQ-I, coordenando e verificando, por meio da Coordenação Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (CORED), a execução dos Convênios firmados com cada um dos Órgãos. Por meio de ferramentas apropriadas, destinadas a agregar valor a processos internos da Instituição, tem estabelecido vários controles para que a informação e a comunicação sejam permeadas por toda a Instituição, repassando-as a todos os níveis hierárquicos. Por fim, monitora os indicadores de desempenho de seus processos, por meio da Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional (DPLAN), utilizando o Sistema de Gerenciamento de Resultados.

## 5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 Canais de acesso ao cidadão

A Ouvidoria externa disponibiliza aos cidadãos-usuários os seguintes canais: internet, telefone com discagem gratuita e atendimento presencial. Oferece uma Central de Teletendimento (desde 2001) que funciona nos dias úteis, em horário comercial, e possui 14 operadores de telemarketing e uma supervisora.

a) Central de Teletendimento com acesso gratuito, através do telefone 0800 285 1818;

b) Formulário de atendimento disponível no site do INMETRO, nos seguintes links:

Fale Conosco (<http://www.INMETRO.gov.br/Ouvidoria/falecom.asp>)

Ouvidoria (<http://www.INMETRO.gov.br/Ouvidoria/index.asp>)

Carta de Serviços (<http://www2.INMETRO.gov.br/cartadeservicos/>); e

c) Correio e presencial pelo endereço: Rua Santa Alexandrina, 416 - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20261-232

### Tratamento das Demandas

A Ouvidoria utiliza como padrões de trabalho as normas NIG-OUVID-002 (para tratar as reclamações, críticas e denúncias) e NIG-OUVID-004 (para tratar as solicitações de informações e sugestões recebidas).

O tratamento das reclamações, denúncias, críticas, elogios e sugestões é realizado pela Ouvidoria, utilizando o *software* SAC - Sistema de Atendimento ao Cidadão. Esse sistema visa à centralização das demandas que chegam à Ouvidoria, possibilitando o registro, a análise, o envio e o acompanhamento das manifestações dos cidadãos até a sua solução, gerando relatórios e gráficos estatísticos.

### Dados Gerenciais

A Ouvidoria disponibiliza na internet, no link

<http://www.INMETRO.gov.br/Ouvidoria/relatoriosmensais.asp>, relatórios mensais que sintetizam dados quantitativos e relatórios anuais que consolidam análises relativas às diferentes áreas.

Evolução anual dos atendimentos:

Total de Atendimentos Tipo	2014	2015
Informação	37.483	35.412
Reclamação	1.055	3.228
Denúncia	766	4.461
Sugestão	305	214
Crítica	201	32
Elogio	27	16
Total	<b>39.837</b>	<b>43.363</b>

<b>Total de atendimentos concluídos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Informação	36.829	34.703
Reclamação	891	3.062
Denúncia	673	3.577
Sugestão	295	205
Crítica	177	29
Elogio	17	16
<b>Total</b>	<b>38.892</b>	<b>41.592</b>

## 5.2 Carta de Serviços ao cidadão

Foi elaborada em 2011, tendo passado por três revisões. A última atualização foi finalizada em agosto de 2014.

A atualização da Carta de Serviços é realizada com base em norma da Ouvidoria - Inclusão de novos serviços, atualização e manutenção da Carta de Serviços do INMETRO.

A Carta de Serviços está disponibilizada no *site* do INMETRO, no *link* Carta de Serviços (<http://www2.INMETRO.gov.br/cartadeservicos/>). A consulta pode ser realizada por serviço ou na versão completa em PDF.

Até o momento, não foi possível realizar uma pesquisa de satisfação do cidadão que acessa a Carta de Serviços, pois o acesso é feito por meio do *site* do INMETRO e não é solicitado que o cidadão preencha formulário com seus dados para acesso à Carta.

Atualmente, o INMETRO utiliza uma ferramenta para obter apenas dados quantitativos sobre os acessos à Carta de Serviços, tais como: número de acessos e serviços mais acessados.

## 5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O INMETRO realiza desde 1996 pesquisas de opinião com o objetivo de contribuir para o cumprimento de sua missão. Os resultados das pesquisas são utilizados para aprimorar processos, produtos e serviços disponibilizados aos clientes internos e à sociedade.

A Divisão de Gestão Corporativa - DGCOR - é responsável pelo gerenciamento das pesquisas internas e externas de opinião do INMETRO, com o auxílio do *software* de gerenciamento de pesquisa Questmanager.

No que se refere às pesquisas externas, destacam-se aquelas que fornecem indicadores do Contrato de Gestão. Atualmente, são elas: (i) a pesquisa de imagem junto à população brasileira; (ii) a pesquisa de imagem junto aos participantes das comissões técnicas de regulamentação metrológica e de avaliação da conformidade; (iii) a pesquisa de satisfação com os serviços de calibração e ensaio e (iv) a pesquisa de satisfação com o serviço de apreciação técnica de modelos.

Cabe destacar que são realizadas pesquisas para avaliar os principais serviços do INMETRO. A DPLAN/ DGCOR se responsabiliza por todas as etapas da pesquisa, desde a coleta de dados até a entrega dos resultados. Estes ficam disponíveis na intranet para consulta.

## 5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações referentes à atuação do INMETRO consideradas úteis à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão podem ser localizadas no portal da Unidade:

[www.INMETRO.gov.br](http://www.INMETRO.gov.br).

Por área de interesse:

Relatórios de Gestão

[http://www.INMETRO.gov.br/gestao/processos\\_contas\\_anuais.asp](http://www.INMETRO.gov.br/gestao/processos_contas_anuais.asp)

Relatório de Atividades referentes à atuação do INMETRO

[http://www.INMETRO.gov.br/gestao/relatorios\\_atividades.asp](http://www.INMETRO.gov.br/gestao/relatorios_atividades.asp)

Relatórios de Auditoria

<http://www.INMETRO.gov.br/acessoinformacao/auditorias.asp>

Acórdãos do TCU

<http://www.INMETRO.gov.br/acessoinformacao/auditorias.asp>

## **6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **6.1 Desempenho financeiro do exercício**

A receita em 2015, na fonte 250, alcançou R\$ 771,6 milhões, inferior em 2% à arrecadação executada em 2014 (R\$ 784,6 milhões), e em 8% em relação ao valor previsto na LOA (R\$ 838,8 milhões). Tal fato decorre do contingenciamento (limite de pagamento) imposto ao INMETRO, iniciado em 2014 e intensificado em 2015.

O limite de pagamento definido para 2015, inicialmente, foi de R\$ 492 milhões (limite mensal médio de R\$ 41 milhões), que perdurou até novembro, quando o INMETRO recebeu quota suplementar de R\$ 40 milhões, perfazendo um total de R\$ 532 milhões, valor este que, se comparado ao efetivamente arrecadado, representou uma contenção de gastos na ordem de 31%, reduzindo em R\$ 239,6 milhões a capacidade de pagamento.

O contingenciamento levou o INMETRO a adotar medidas extremas, tais como: redução de contratos (-25%), redução da força de trabalho, cancelamento de investimentos e repactuação dos Convênios firmados com a RBMLQ-I, com reflexos negativos, significativos, na atuação dos órgãos delegados junto à sociedade em todo o território nacional. Internamente, a redução de gastos impactou diretamente nas pesquisas realizadas nas áreas-fim.

### **6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Os procedimentos para avaliação e mensuração de ativos que sofreram depreciação foram baseados nas orientações contidas na Macrofunção 020330, da STN. A metodologia utilizada para a reavaliação dos bens do imobilizado buscou encontrar o valor justo e foi baseada em teste de recuperabilidade, e foi validada por uma pesquisa de mercado.

#### **a) se está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;**

Estão sendo aplicados em parte os dispositivos dessas normas.

#### **b) justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;**

A UJ aplica em parte os dispositivos contidos na NBC T 16.9, sendo registrada mensalmente a depreciação dos bens adquiridos a partir de 2010.

Com relação aos dispositivos contidos na NBCT 16.10, foram reavaliados os bens do imobilizado com prazo definido na Macrofunção adquiridos até 2009. Apesar de concluído o trabalho da Comissão de Reavaliação de Bens, ainda não foram informados os resultados do relatório final ao Setor de Patrimônio da instituição.

**c) metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;**

A UJ aplica os dispositivos contidos na NBCT 16.9, exceto quanto à amortização dos bens intangíveis, em virtude da norma da Macrofunção 020330 não ter estabelecido o critério para avaliar a vida útil e o valor residual para o cálculo, sendo tal função de responsabilidade do gestor da administração pública direta da União, conforme determina a norma. Quanto à exaustão, esta não é aplicada ao INMETRO, por decorrer de exploração de recursos minerais.

Quanto à NBC T 16.10, avaliação/reavaliação, está sendo aplicada a todo o grupo de bens que possuem os prazos definidos na Macrofunção 020330.

**d) metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;**

A metodologia adotada de vida útil por essa UJ levou em consideração o tempo total estabelecido na tabela da Macrofunção 020330. O critério utilizado para mensuração do período de tempo foi a quantidade de anos da aquisição do bem. O tempo de vida útil econômica utilizado foi definido pela tabela da Macrofunção 020330, sendo adotado o tempo mínimo de 2 anos para os bens que geram benefício econômico para a instituição.

**d) metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;**

A metodologia utilizada para a depreciação foi o método das quotas constantes, conforme estabelecido na Macrofunção 020330.

**e) taxas utilizadas para os cálculos;**

Esta UJ utilizou as taxas estabelecidas na Macrofunção 020330, conforme orientação da STN.

**f) metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;**

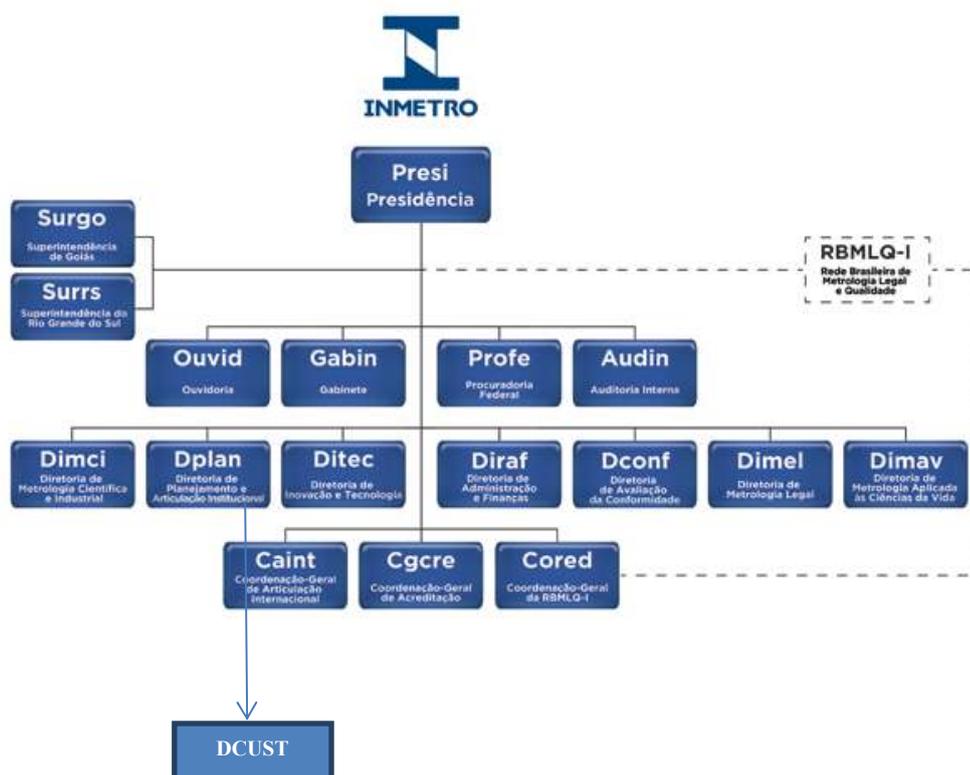
No que tange ao quesito em questão, foram reavaliados somente os bens do imobilizado adquiridos até 2009.

**g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.**

Quanto aos bens reavaliados das contas contábeis analisadas, houve uma redução no valor recuperável dos bens desta UJ. O impacto desta reavaliação referente aos bens adquiridos até 2009 será de R\$ 30 milhões no patrimônio avaliado. Os trabalhos da Comissão de Reavaliação de Bens foram concluídos no final de 2015, porém o relatório ainda não foi publicado.

**6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

- a) Identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;**



Conforme consta na Portaria nº 165, de 2 de abril de 2013, em seu Art. 2º, O INMETRO tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

3. Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional - DPLAN

3.4. Divisão de Custos – DCUST

Ademais, o Art. 41 da Portaria nº 165, de 2 de abril de 2013, nos diz que à Divisão de Custos compete:

I - assessorar as unidades principais no estabelecimento de uma política de preços dos serviços;

II - apurar os resultados econômicos apresentados pelos processos, serviços, unidades gestoras e unidades organizacionais; e

III - elaborar estudos sobre custos do INMETRO.

**b) Identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;**

Os Custos são apurados na UG 183023 (somente INMETRO -Unidades de Xerém e Rio Comprido). É importante lembrar que 96% da receita do INMETRO são realizados por meio de Estados e Município, suportados por convênio que tem no plano de aplicação ferramenta de medição dos resultados das atividades técnicas e financeiras dos Órgãos Delegados do INMETRO na relação do INMETRO com os órgãos da RBMLQ-I.

O INMETRO só poderia calcular o custo dos resultados das atividades técnicas e financeiras dos Órgãos Delegados se houvesse evolução do SGI, com possibilidade de cálculo de custo da Rede em nível nacional. Da arrecadação do INMETRO, 85% são repassados aos Institutos de Pesos e Medidas, e o Sistema SGI acompanha.

A Taxa de Serviços Metrológicos tem seus valores discriminados no Anexo II da Lei nº 12.249, de 11 de Junho de 2010.

**c) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;**

O INMETRO utiliza-se de um Sistema de Custos -SISCUS- próprio, implementado desde o ano 2000. O SISCUS foi criado para atender às necessidades de informações de custos da instituição, principalmente para cálculo de custos de novos serviços disponibilizados para a sociedade e para apoio ao cálculo de projetos. Da mesma forma, também veio a atender o art. ° 50, §3°, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e à Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Com a recente liberação do SIC (Sistema de Informação de Custos) para todos os órgãos, a Divisão de Custos do INMETRO vem solicitando o cadastramento dos servidores e, a partir de 2015, pretende usar o SIC em conjunto com o SISCUS no processo de apuração de informação de custos.

Atualmente o SISCUS é alimentado com informações extraídas dos sistemas estruturantes do Governo Federal, principalmente as capturadas pelos sistemas de informação contábil e financeira(SIAFI), posteriormente importadas para o Sistema de Custos do INMETRO.

Os dados obtidos são analisados e apropriados mês a mês, por apropriação direta, validando os relatórios:

- RT-025- Apropriações Não Validadas - e
- RT-010.01-Resumo ANUAL por CENTRO DE CUSTOS

E, por apropriação indireta, quando são fornecidos, por competência, pelos gestores e fiscais de contratos, nas unidades organizacionais e centros de custos, após análise dos lançamentos extraídos do sistema SIAFI, validando os relatórios:

- RG-001.01- Despesas por CENTRO DE CUSTOS,
- RG-002.02- Resumo das Despesas por CONTA CONTÁBIL,
- RG-001.03- Resumo das Despesas Mensais das Diretorias por TIPO DE CONTA,
- RG-001.04- Despesas de Centro de Custo por TIPO DE APROPRIAÇÃO,
- RG-001.11- Despesas mensais por Diretoria,
- RT-027.01- Beneficiários por Assistência Médica,
- RT-029.01- Importação de Material de Consumo por Requisição,
- RT-029.02- Importação de Material de Consumo por Requisição de um Centro de Custos,
- RT-039- Apropriação de Material de Consumo Imediato e
- RT-013- Lista de Apropriações Especiais.

**d) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;**

- Cálculo dos Custos de Produtos e Serviços Novos da UG 183023.
- Estudos Especiais – A Divisão de Custos é demandada a executar diversos cálculos de custos especiais, que são estudos de custos de objetos não padronizados, como, por exemplo, o custo de um projeto.
- São ofertados via intranet relatórios para todas as Diretorias, Coordenadorias, Divisões, Serviços e Equipes, com os seus custos mensais e anuais, pelo sistema custos módulo WEB.

**e) Impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;**

Atualmente, trabalha-se num projeto piloto com a Diretoria de Metrologia Científica e Industrial (DIMCI), maior responsável pela disponibilização de novos serviços à sociedade. Estes serviços estão tendo seus custos calculados, cálculo esse que serve de base ao apreamento realizado pela Diretoria para o cliente. Também são utilizados relatórios de custos como subsídio para as prestações de contas de contrapartida do INMETRO, assim como são disponibilizados na intranet vários relatórios com os custos mensais e anuais detalhados de todas as áreas.

**QUANTIDADE DE SERVIÇOS CALCULADOS**

2013	2013	2015
209	206	157

Sobre o total de custos calculados em 2015, 13 foram cálculos de novos serviços e 144, foram solicitações de atualização de cálculo do custo do serviço. Quanto ao preço a ser cobrado, fica a cargo de cada área defini-lo em conjunto com a sua diretoria respectiva.

**f) Relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.**

O SISCUS gera Relatórios Gerenciais que apuram a despesa por centro de custo, e estes relatórios são utilizados para controle de despesa e cálculo de custos de novos serviços do INMETRO, sendo destacados os seguintes:

**Despesas por CENTRO DE CUSTOS:** Fornece uma radiografia completa do centro de custo, nos aspectos: localização, área ocupada, nº de servidores, estagiários, bolsistas e celetistas, bem como o valor das despesas mensais e o custo unitário por hora do centro de custo.

**Resumo das Despesas por CONTA CONTÁBIL:** Fornece uma visão das despesas mensais, classificadas por meio das contas contábeis do Plano de Contas da União.

**Resumo das Despesas Mensais das Diretorias por TIPO DE CONTA:** Este relatório exhibe uma lista com os totais de despesas de todas as Diretorias do INMETRO em um determinado mês. O cálculo leva em consideração o Nível de Abrangência, ou seja, pode usar como base o INMETRO isolado (Xerém /Rio Comprido) ou somado aos custos das Superintendências e/ou rede de IPÉM.

**Despesas de Centro de Custo por TIPO DE APROPRIAÇÃO:** Fornece uma tríplice visão das despesas mensais: por centro de custos, por conta contábil, e separadas por tipo de apropriação (direta, partes iguais, área ocupada, etc.).

**Despesas mensais por Diretoria:** Neste relatório, são consolidadas as despesas de todos os centros de custos pertencentes a uma Diretoria, Coordenação, etc.

**Resumo de Despesas por UO - Mensal:** Fornece a soma total das despesas, metragem quadrada e força de trabalho de uma unidade organizacional, consolidando todos os centros de custos, independentemente da sua localização geográfica.

**GRÁFICO DE PIZZA** - Tipos de Despesas por CENTROS DE CUSTOS: Consiste em gráfico no formato "pizza" demonstrando os percentuais de cada tipo de despesas de um Centro de Custo. Além do gráfico, exibe uma tabela de dados contendo alguns dados estatísticos do Centro de Custo e o Cálculo de Custo Unitário por hora.

**GRÁFICO DE BARRA** - Tipos de Despesas por CENTROS DE CUSTOS: Consiste em gráfico no formato "barras", demonstrando os volumes de cada tipo de despesa de um Centro de Custo. Além do gráfico, exibe uma tabela de dados contendo alguns dados estatísticos do Centro de Custo e o Cálculo de Custo Unitário por hora.

**Demonstração de Despesas Por Classes de Centro de Custos por Diretoria:** Permite visão das despesas agregadas de acordo com a classe do centro de custo, por Diretoria, como:

- Diretos de Produção: Laboratórios;
- Indiretos de Produção: Divisão;
- Indiretos de Estrutura: DIRAF;

que por sua vez, são subclassificados em vários níveis: Absolutos, Apoio Geral, organizacionais, etc.

**Demonstração de Despesas de DIRETORIA por CLASSE:** Fornece visão das despesas agregadas de uma diretoria de acordo com a classe do centro de custos, como:

- diretos de Produção: Laboratórios;
- Indiretos de Produção: Divisão;
- Indiretos de Estruturas: DIRAF;

que por sua vez, são subclassificados em vários níveis; Absolutos, Apoio Geral, Organizacionais, etc.

**Demonstração anual de Despesas de CENTRO de CUSTOS por CLASSE:** Fornece visão das despesas anuais agregadas de acordo com a classe do centro de custo, como:

- Diretos de Produção: Laboratórios;
- Indiretos de Produção: Divisão;
- Indiretos de Estrutura: DIRAF;

que por sua vez, são subclassificados em vários níveis: Absolutos, Apoio Geral, organizacionais, etc.

**Resumo Anual por Unidade de Gestão:** Neste relatório, tem-se uma visão das despesas totais do INMETRO (somatório de todos os centros de custos), mês a mês, classificados por tipo de conta e conta contábil.

**Resumo ANUAL por CENTRO DE CUSTOS:** Neste relatório, tem-se uma visão das despesas anuais, demonstradas mês a mês, de um centro de custos, classificadas por tipo de conta e conta contábil.

**Resumo ANUAL por DIRETORIA:** Consiste na soma das despesas de todos os centros de custos, pertencentes a uma diretoria, consolidadas mês a mês, classificadas por tipo de conta e conta contábil.

**Resumo ANUAL por U.O.:** Fornece a soma total das despesas, mês a mês, a área ocupada e a força de trabalho de uma unidade organizacional, consolidando todos os centros de custos, independentemente de sua localização geográfica, classificadas por tipo de conta e conta contábil.

Despesas de Funcionamento do INMETRO: Neste relatório, tem-se uma visão anual das despesas de Funcionamento do INMETRO, classificadas pelos elementos de despesas do SIAFI.

Resumo Anual de Contas de Despesas por CENTRO DE CUSTOS: Neste relatório, tem-se uma visão anual das despesas de funcionamento de um determinado Centro de Custo, classificadas pelos elementos de despesas do SIAFI.

Resumo Anual de Contas de Despesas por LOCAL GEOGRÁFICO: Neste relatório, tem-se uma visão das despesas totais do INMETRO em um determinado Local Geográfico (somatório de todos os centros de custos), mês a mês, classificadas por tipo de conta e conta contábil.

Resumo Anual de Contas de Despesas por PRÉDIO – Fechado: Neste relatório, tem-se uma visão das despesas totais do INMETRO em um determinado Prédio de um Local Geográfico (somatório de todos os centros de custos), mês a mês, classificadas por tipo de conta contábil, quando o mês está fechado dentro do SISCUS.

Resumo Anual de Contas de Despesas por ANDAR – Fechado: Neste relatório, tem-se uma visão das despesas totais do INMETRO em um determinado andar em prédio de um local Geográfico (somatório de todos os centros de custos), mês a mês, classificadas por tipo de conta contábil, quando o mês está fechado dentro do SISCUS.

Resumo Anual de Contas de Despesas por LOCAL GEOGRÁFICO – Pré-Fechado: Neste relatório, tem-se uma visão das despesas totais do INMETRO em um determinado Local Geográfico (somatório de todos os centros de custos), mês a mês, classificadas por tipo de conta e conta contábil, incluindo dados pré-fechados, ou seja, dados preliminares que podem sofrer alterações.

Resumo Anual de Contas de Despesas por PRÉDIO – Pré-Fechado: Neste relatório, tem-se uma visão das despesas totais do INMETRO em um determinado Prédio de um Local Geográfico (somatório de todos os centros de custos), mês a mês, classificadas por tipo de conta e conta contábil, incluindo dados pré-fechados, ou seja, dados preliminares que ainda podem sofrer alterações.

Resumo Anual de Contas de Despesas por ANDAR – Pré-Fechado: Neste relatório, temos uma visão das despesas totais do INMETRO em um determinado andar em prédio de um Local Geográfico (somatório de todos os centros de custos), mês a mês, classificadas por tipo de conta e conta contábil, incluindo dados pré-fechados, ou seja, dados preliminares que ainda podem sofrer alterações.

Lista de Documentos Diferidos: Exibe a relação de documentos que foram selecionados para serem diferidos nos meses seguintes. Estes documentos são referência para a apropriação dos demais. Um Diferimento de Despesa pode ter origem em um documento do SIAFI ou em um documento EXTRA-SIAFI.

Lista de Apropriações Especiais: Exibe a relação de documentos que foram feitos por provisão. Incluímos despesas pagas pelo Evento 61, que corresponde a restos a pagar, e o SISCUS atualmente só está programado para importar do SIAFI o Evento 51.

Apropriações Não Validadas: Este relatório indica as Apropriações que não foram validadas pelo Painel de Controle do Sistema de Custos por não atenderem a dados esperados ou por terem sido detectados lançamentos que possuam algum tipo de contradição.

Beneficiários por Assistência Médica (UNIMED): Lista de Titulares e beneficiados pelo plano de saúde Unimed, agrupados por Centro de Custo, obtidos da base de dados da DAPSO utilizada para a apropriação de despesas de Assistência Médica.

RT-029.01 - Importação de Material de Consumo por Requisição: Lista documentos importados do SIAFI em contas de despesas de Material de Consumo.

Apropriação de Material de Consumo Imediato: Lista documentos apropriados como Material de consumo imediato, baseados em análises da conta 52.312.02.02 do SIAFI. Material de Consumo Imediato: materiais requisitados e consumidos diretamente pelas áreas, sem passar pelo Almoxarifado. Estas despesas são registradas diretamente nos Centros de Custos que as demandam, tendo por base o elemento de despesa 52.312.02.02 do SIAFI.

#### 6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº4.320/64 e notas explicativas

**a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;**

O Serviço de Contabilidade do INMETRO é a unidade responsável pelo registro da conformidade contábil do órgão INMETRO (30203), pela unidade gestora principal (183023), inclusive de suas unidades gestoras executoras(183025, 183039 e 183035). A verificação contábil se dá pelo acesso ao Sistema SIAFI, por meio da transação Concontir, e também pelos demonstrativos oferecidos pelo sistema. São verificadas todas as equações que se encontram pendentes e solicita-se às unidades responsáveis pelo ato administrativo que realizem as devidas correções. Quando tratam-se de lançamentos contábeis, o Serviço de Contabilidade procede aos devidos acertos e faz o registro da conformidade na transação Atuconfcon.

**b) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;**

As ocorrências correspondem a aproximadamente 0,05% dos registros contábeis realizados.

**c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.**

Não houve ocorrência.

#### 6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

O INMETRO tem toda a sua execução orçamentária, financeira e contábil inserida no sistema SIAFI, na modalidade ONLINE. Sendo assim, todas as demonstrações contábeis podem ser extraídas do referido sistema.

## 7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 7.1 Gestão de Pessoas

#### 7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

##### XVIII - Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1.972	942	4	37
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.972	942	3	37
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.972	927	1	32
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	9	2	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	5	0	3
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	21	4	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	1972	965	8	38

Fonte: Sistema SIAPE

##### XIX - Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	272	671
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	272	671
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	262	665
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	10	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	5
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	6	15
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	278	686

Fonte: Sistema SIAPE

**XX - Quadro - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	117	114	11	10
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	117	114	11	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	85	6	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	5	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	0	20	4	2
1.2.5. Aposentados	0	1	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	58	54	7	7
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	53	6	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	175	168	18	17

Fonte: Sistemas e Planilhas Internos

**Análise crítica da Força de Trabalho**

Entre 2006 e 2014, o INMETRO realizou 3 grandes concursos públicos para o provimento de 628 vagas. Desse total, foram preenchidas 526 vagas, com o desligamento posterior de 115 novos servidores, até o final do exercício de 2015.

Considerando, entretanto, as aposentadorias no período e as demais modalidades de vacância, o acréscimo líquido no total de servidores no período de dezembro/2006 a dezembro/2015 foi de apenas 99 servidores, conforme quadro abaixo:

Servidores em dezembro/2006	828
Previsão de Ingresso dos 3 (três) últimos concursos realizados	628
Total Previsto após o concurso	1.456
Servidores em dezembro/2015	927
<b>Acréscimo real de servidores (saldo):</b>	<b>99</b>

Com relação ao impacto das aposentadorias sobre o quantitativo da força de trabalho disponível, fica evidente a necessidade de reposição dessa, tendo em vista a grande quantidade de servidores elegíveis à aposentadoria nos próximos 5 anos (cerca de 42% dos servidores de carreira da autarquia), conforme quadro a seguir:

<b>Elegíveis para Aposentadoria nos próximos 05 anos</b>	
<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
2016	183*
2017	28
2018	76
2019	77
2020	34
<b>Total</b>	<b>398</b>

(\*) servidores que já recebem Abono de Permanência.

Dessa forma, se não houver ingresso de servidores e os elegíveis à aposentadoria optarem por se aposentar nos próximos 5 anos, o total de servidores em 2021 será de, no máximo, 529.

Cabe ressaltar que no último concurso realizado (2014/2015), foram previstas 80 (oitenta) vagas. Existe, contudo, a expectativa da convocação de parte dos candidatos aprovados, para o preenchimento de 45 (quarenta e cinco) vagas, ainda no início de 2016. Caso ocorra o ingresso desses 45 servidores, passaremos a contar com 972 (novecentos e setenta e dois) servidores ativos – **Cenário I**.

Considerando, porém, apenas as vacâncias por motivo de aposentadoria (previstas até 2020) e nenhum outro ingresso, teremos 574 servidores ativos em 2021 -38% a menos que os ativos em dezembro de 2015.

	<b>Cenário I</b>		<b>Cenário II</b>
Servidores ativos em dezembro de 2015	927	Servidores ativos em dezembro de 2015	927
Novos Ingressos	45	Novos Ingressos	45
TOTAL de servidores Ativos	972	Aposentáveis até 2020	398
		% de redução dos servidores	38%
		TOTAL de servidores Ativos em 2021	574

Por último, cabe informar que atualmente o INMETRO conta com 19 servidores cedidos e requisitados (em exercício em diversos órgãos) e outros 12 servidores afastados/licenciados, totalizando 31 (trinta e um).

### **Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho**

O que baliza os processos de desenvolvimento e de carreira são documentos que constam no Sistema de Gestão da Qualidade do INMETRO, denominados “Normas INMETRO Gerais”, e que visam dar ciência aos servidores sobre os procedimentos e critérios adotados na instituição, bem como formalizar os processos administrativos por meio de documentos padronizados.

Além disso, há portarias pautadas em legislação também relacionadas a seguir, que tratam de temas específicos:

- NIG-DPLAN-018 - Estágio Curricular;
- NIG-DPLAN-020 - Critérios para Concessão de Retribuição por Titulação e Gratificação por Qualificação;
- NIG-DPLAN-021 - Remoção de Servidor;
- NIG-DPLAN-024 - Progressão Funcional
- NIG-DPLAN-076 - Procedimento para Solicitação e Concessão de Promoção;
- NIG-DPLAN-025 - Avaliação e Acompanhamento Individual de Estágio Probatório e Declaração de Estabilidade;

- NIG-DPLAN-028 - Entrevista de Desligamento;
- Portaria INMETRO Nº 248, de 30 de maio de 2011, que trata do processo de avaliação de desempenho.
- NIG-DPLAN-026 - Levantamento de Necessidade de Capacitação;
- NIG-DPLAN-022 - Participação em evento de capacitação;
- NIG-DPLAN-060 - Organização de Evento de Capacitação;
- NIG-DPLAN-019 - Avaliação de Evento de Capacitação;
- NIG-DPLAN-023 - Capacitação de Servidor em Pós-Graduação;
- NIG-DPLAN-064 - Licença Capacitação;
- Portaria Nº 51, de 27 de janeiro de 2015 que trata do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (a ser revisada).

### **Processo de Capacitação em 2015**

Em 2015, o processo de planejamento das capacitações pautou-se fundamentalmente nas informações obtidas através do Levantamento de Necessidades de Capacitação.

Em 2015, não houve demanda da Presidência para o desenvolvimento de novas Competências Institucionais, conforme ocorrido em 2014.

Em 2015, houve a continuidade do projeto PDL – Programa de Desenvolvimento de Líderes, reportado no relatório anterior.

Conforme exposto no Relatório de Prestação de Contas para o TCU referente ao ano de 2014, este processo teve início em setembro, com a etapa de alinhamento entre os gestores das Unidades Organizacionais e os servidores que estão sob sua coordenação. Este período é dedicado à identificação de capacitações necessárias ao cumprimento do Plano de Trabalho Individual de cada servidor, bem como à proposição de capacitações pelos gestores, destinadas ao desenvolvimento de suas equipes. Após esse período, os levantamentos individuais são compilados e, em seguida, as capacitações são priorizadas pelo Diretor de cada Unidade Principal.

Os gestores devem fazer uma análise crítica da sua unidade, identificando demandas e metas a serem alcançadas, observando o planejamento das atividades para o ano seguinte, além de projetos e treinamentos comportamentais para os membros da equipe, quando necessário. Com base nessa análise, o gestor deverá propor temas que auxiliem a unidade no desempenho de suas atribuições, sendo muito importante o estímulo à troca interna de informações entre os servidores.

A COGEP analisa as demandas e, após o deferimento das ações de capacitação para o ano seguinte, há a provisão no Sistema Orçamentário do INMETRO – SIPLAN. Para tal análise, a COGEP se pauta principalmente nos seguintes aspectos:

- Pertinência entre o evento de capacitação e as atividades realizadas pelo servidor;
- Impacto do objetivo do treinamento para o alcance dos resultados da área e do INMETRO;
- Avaliar se há coerência entre o volume de capacitações por servidor e o montante da carga horária solicitada para o período;
- Relevância e relação entre a atividade-fim que a área exerce e o conteúdo do evento de capacitação solicitado;
- Volume de solicitações semelhantes, quantidade de demandas, número de solicitantes para um mesmo evento (visando a identificar a aquisição/organização dos eventos comuns);
- Existência de evento similar em local próximo à sede onde o servidor exerce suas atividades, em detrimento de em outros estados;
- Período de afastamento e carga horária da capacitação solicitada no exercício;
- Intervalo de tempo entre a solicitação atual e a última capacitação realizada para o mesmo tema e servidor; e
- Relação custo-benefício.

Para viabilização das capacitações durante o ano, analisa-se ainda a disponibilidade orçamentário-financeira e a adequabilidade do conteúdo programático estabelecido para cada curso, seja ele organizado pelo INMETRO ou adquirido externamente.

Uma observação importante antes de apresentar números é a de que não foram consideradas aqui as informações relativas às Superintendências de Goiás e do Rio Grande do Sul, por não haver informações integradas. Visando à correção de tal fato, criar-se-á sistemática para obtenção das informações dessas sedes enquanto se aguarda o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas, ainda em andamento.

Com relação aos resultados, em 2015 foram previstas 267 capacitações através do processo de planejamento como um todo. O planejamento das capacitações se pautou no limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual e no histórico de execução financeira de cada diretoria, visando a estabelecer uma previsão realista.

No entanto, devido ao cenário de restrições orçamentárias em 2015, houve o comprometimento da execução do Plano Anual de Capacitação (PAC). Ao todo, foram realizadas apenas 60 ações de desenvolvimento. Destas, 20 haviam sido previstas no PAC e 40 ocorreram sob demanda. Ou seja, foram cumpridos apenas 7% do Plano Anual de Capacitação.

Entre as ações de capacitação realizadas, a maioria foi desenvolvida internamente, através de cursos, atendendo ao princípio da economicidade.

#### Ações realizadas por tipo de instituição

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Próprio INMETRO	80%
Instituição Estrangeira	5%
Instituição Privada	10%
Instituição Pública - outras	5%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

#### Comparativo entre Planejamento e Execução

Tipo de Curso	Ações realizadas com previsão no PAC 2014	Ações realizadas sem previsão no PAC 2015
Aprendizagem em serviço	0%	0%
Autodesenvolvimento	0%	0%
Conferência/Congresso/Similares	10%	13%
Curso	85%	68%
Estágio	0%	0%
Grupo de Estudo	0%	0%
Intercâmbio de Conhecimentos	0%	0%
Oficina	0%	3%
Palestra	0%	0%
<i>Workshop</i>	5%	18%
Outros	0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## 7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

## XXI - Quadro - Despesas do pessoal – R\$

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	93.313.454,10	2.193.544,44	9.572.071,57	22.045.299,35	4.917.236,13	5.397.109,50	0,00	1.192.323,63	33.726,16	138.664.764,88
	2014	98.091.157,37	2.944.615,91	14.867.546,85	22.013.421,15	4.602.918,96	4.565.868,88	0,00	150.815,32	50.589,24	147.286.933,68
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015										
	2014										
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015										
	2014										
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015										
	2014										
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DDP do Sistema SIAPE.

### 7.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

#### Riscos identificados na gestão de pessoas

Registramos, no tocante à gestão de pessoas (em especial relativos à força de trabalho do INMETRO), os principais riscos:

a) quantitativo significativo de servidores elegíveis para aposentadoria nos próximos 5 (cinco) anos, conforme detalhado anteriormente;

b) desinteresse e desilusão do servidor com o serviço público, em face do forte contingenciamento orçamentário, que limitou o uso de formas de desenvolvimento, comprometimento e motivação:

- a delegação de competências que envolvam outros órgãos fora do Rio de Janeiro, inclusive a participação de Fóruns nacionais e internacionais, ficou bastante limitada em face da impossibilidade de realização de reuniões que implicassem despesas de passagens e diárias;
- a participação em Seminários, Congressos e Treinamentos, dentro e fora da sede de trabalho, só tem sido possível quando custeada pela organizadora do evento.

c) como risco sistêmico, temos:

- redução de cargos de confiança na Administração Pública, o que limita a possibilidade de prover incentivo e reconhecimento aos servidores aptos a cargos de liderança. Ao mesmo tempo, a acumulação de atribuições em um mesmo cargo de confiança gera dificuldades de coordenação;
- o Plano de Carreira restringe o desenvolvimento profissional, uma vez que se alcança a remuneração máxima em 15 anos, e o tempo de aposentadoria pode ser superior a 30 anos. Não há mecanismo específico de incentivo ao desenvolvimento de servidores que já alcançaram o último nível, classe e padrão da carreira.

#### Ações para mitigar os riscos

Neste momento, o INMETRO está restabelecendo o Programa de Preparação à Aposentadoria, cujo objetivo é impedir a descontinuidade das atividades e motivar a força de trabalho, por meio do reconhecimento dos aposentados.

Estuda-se a adoção de critérios para a “Remoção Interna”, baseados em gestão de competências, buscando aumentar a eficiência da lotação e a satisfação do servidor.

#### Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas

**Promoção e Progressão** - Em 2015, foram deferidas 426 progressões e 127 promoções. É importante mencionar a publicação do Decreto nº 8.285 em 3 de julho de 2014, regulamentando o processo de promoção e trazendo novas diretrizes para o processo de progressão no INMETRO. Isso fez com que o número de promoções passasse a ser representativo nos últimos anos.

Os resultados destes dois processos, que são interligados, foram influenciados pelo passivo de servidores que passaram a fazer jus à promoção após a publicação do Decreto nº 8.285/2014. O segundo semestre de 2014 e o ano de 2015 estão sendo considerados períodos de transição para os novos moldes inaugurados por este Decreto.

### Processo de Progressão Deferidos – Evolução

Processo de Progressão	2014	2015
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade	74	86
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade	8	11
Pesquisador Tecnologista em Metrologia e Qualidade	253	247
Técnico em Metrologia e Qualidade	86	82
<b>Total Geral</b>	<b>421</b>	<b>426</b>

#### Observações:

- Houve um ajuste na base de dados que dá origem a este número, gerando uma correção nos números de 2014.
- O critério adotado visa evitar futuras inconsistências e refere-se ao ano de abertura do processo. Ou seja, o número refere-se ao quantitativo de processos analisados por ano.
- Os processos iniciados em 2015 cuja data de direito à progressão do servidor é de 2014 estão contabilizados em 2015.

### Processo de Promoções Deferidos – Evolução

Processo de Promoção	2014	2015
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade	50	19
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade	0	0
Pesquisador Tecnologista em Metrologia e Qualidade	178	100
Técnico em Metrologia e Qualidade	1	8
<b>Total Geral</b>	<b>229</b>	<b>127</b>

#### Observações:

- Houve um ajuste na base de dados que dá origem a este número, gerando uma correção nos números de 2014.
- O critério adotado, visando a evitar futuras inconsistências, refere-se ao ano de abertura do processo. Ou seja, o número refere-se ao quantitativo de processos analisados por ano.
- Os processos iniciados em 2015 cuja data de direito à promoção do servidor é de 2014 estão contabilizados em 2015.

### Evolução do Processo de Promoção e Progressão

Modalidade	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Progressões</b>	363	472	556	421	426
<b>Promoções</b>	0	6	2	229	127
<b>Total</b>	363	478	558	650	553

**Remoção:** As remoções no INMETRO podem ocorrer entre Diretorias diferentes (Unidades Principais - UP) ou dentro de uma mesma Diretoria (UP). Podem ocorrer de ofício ou a Pedido do servidor. A solicitação de remoção passa por análise da área de Gestão de Pessoas, com o intuito de verificar se as atividades a serem exercidas na Unidade requisitante condizem com o Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO e se há algum risco inerente à nova atividade. Essa atividade ocorre sob demanda.

### Evolução das Remoções quanto à Motivação

Tipo de Remoção	2012	2013	2014	2015
De ofício	38	65	46	21
A pedido	31	22	16	17
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>87</b>	<b>61</b>	<b>38</b>
De ofício	55%	75%	74%	55%
A pedido	45%	25%	26%	45%

### Evolução das Remoções quanto à Lotação dos Servidores

Tipo de Remoção	2012	2013	2014	2015
Interna à UP	47	64	39	23
Externa à UP	22	23	23	15
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>87</b>	<b>61</b>	<b>38</b>
Interna à UP	68%	74%	63%	61%
Externa à UP	32%	26%	37%	39%

### **Concessão de Retribuição por Titulação (RT) e Gratificação por Qualificação (GQ):**

Essa atividade ocorre sob demanda, a partir do momento em que o servidor completa os requisitos necessários para o recebimento da RT (Nível Superior) ou GQ (Nível Intermediário).

### Evolução das Gratificações por ano

Tipo de Gratificação	2011	2012	2013	2014	2015
Retribuição por titulação	115	74	26	29	20
Gratificação por qualificação	12	4	54*	15	4
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>78</b>	<b>80*</b>	<b>44</b>	<b>24</b>

\* Publicação do Decreto nº 7.922/2013.

### Tipo de Retribuição por Titulação Concedida

Retribuição por titulação	2011	2012	2013	2014	2015
Aperfeiçoamento	15	29	8	1	1
Especialização	28	15	0	3	0
Mestrado	48	14	9	17	7
Doutorado	24	16	9	8	12
<b>Total</b>	<b>115*</b>	<b>74*</b>	<b>26</b>	<b>29</b>	<b>20</b>
Aperfeiçoamento	13%	39%	31%	3%	5%
Especialização	24%	20%	0%	10%	0%
Mestrado	42%	19%	35%	59%	35%
Doutorado	21%	22%	35%	28%	60%

\*Impacto do ingresso de novos servidores com titulação através de concurso público

#### 7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

#### XXII - Quadro - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia						
UG/Gestão: 183023						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio Administrativo	03.062.394/0001-09	3/2/2014	31/12/2015	Nível Médio	Encerrado
2014	Apoio às atividades materiais e acessórias de metrologia legal e avaliação da conformidade	03.062.394/0001-09	3/2/2014	31/12/2015	Nível Médio	Encerrado
2015	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços na área de promoção a saúde e segurança do trabalho.	05.703.030/0001.88	12/8/2015	11/08/2016	Nível Médio e Superior	Ativo normal
2013	Prestação de serviços de agente de integração para o programa de estágio no INMETRO no Estado do Rio de Janeiro, e nas suas superintendências no Rio Grande do Sul e em Goiás, bem como em sua unidade técnica no Distrito Federal	33.661.745/0001-50	2/1/2014	°1/1/2017	Ensino médio incompleto	Ativo prorrogado

Fonte: Processos Administrativos

#### Estágio

A contratação de estagiários no INMETRO segue a linha definida na Lei nº 11.788/2008, que preconiza que o “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos (...)”.

O candidato considerado apto à realização de estágio no INMETRO deve ter no mínimo 16 anos completos, estar regularmente matriculado em instituição de ensino e frequentar, efetivamente, o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos vinculada à estrutura do ensino público e particular, oficial ou reconhecido. Para os cursos de nível superior sem recomendação prévia sobre o período a partir do qual seja iniciado o estágio curricular, o estagiário deve cursar do início do 2º período ao início do penúltimo período. Devem ser aceitos somente alunos de cursos cujas áreas estejam diretamente relacionadas a atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelas unidades do INMETRO.

O INMETRO possui norma interna, aplicável a todas as unidades organizacionais, que estabelece os critérios para levantamento das oportunidades de estágio na instituição, seleção dos estagiários,

efetivação do estágio, acompanhamento do estágio, transferência de estagiário, renovação do estágio, desligamento e substituição dos estagiários.

Os estagiários ingressam na instituição duas vezes ao ano (janeiro e julho).

Cabe ressaltar que, devido aos cortes orçamentários determinados pelo Governo Federal, não foram realizados processos seletivos para o ingresso de estagiários em julho de 2015 e em janeiro de 2016. Este fato reduziu significativamente a quantidade de vagas de estágio ocupadas no INMETRO.

2014					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>137</b>	<b>112</b>	<b>137</b>	<b>112</b>	901.184,39
1.1 Área Fim	106	85	104	86	689.357,29
1.2 Área Meio	31	27	33	26	211.827,10
<b>2. Nível Médio</b>	<b>43</b>	<b>48</b>	<b>51</b>	<b>47</b>	135.948,43
2.1 Área Fim	34	40	43	40	103.752,57
2.2 Área Meio	9	8	8	7	32.195,86
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>180</b>	<b>160</b>	<b>188</b>	<b>159</b>	<b>1.037.132,82</b>

2015					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>118</b>	<b>103</b>	<b>90</b>	<b>68</b>	660.210,68
1.1 Área Fim	77	71	64	51	468.154,99
1.2 Área Meio	41	32	26	17	192.055,69
<b>2. Nível Médio</b>	<b>44</b>	<b>42</b>	<b>39</b>	<b>30</b>	138.758,09
2.1 Área Fim	30	28	25	17	87.797,48
2.2 Área Meio	14	14	14	13	50.960,61
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>162</b>	<b>145</b>	<b>129</b>	<b>98</b>	<b>798.968,77</b>

Apesar disso, as ações de acompanhamento dos estagiários continuaram a ser realizadas trimestralmente, com palestras e atividades de desenvolvimento. Estas ações foram desenvolvidas pelo INMETRO em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Ademais, estagiários e seus supervisores preenchem relatórios periódicos de avaliação do estágio, possibilitando constante acompanhamento da evolução do estágio no INMETRO.

Além dos dados solicitados, a área de Gestão de Pessoas busca identificar os motivos de desligamento dos estagiários, insumos para monitorar o desempenho e a atratividade do programa. Dentre os que se desligam, grande parcela o faz devido à formatura e ao término da vigência do termo de compromisso. Entretanto, há de se considerar que o valor da bolsa e a dificuldade de acesso, principalmente ao Campus de Xerém, fazem com que um percentual 27% busque outras oportunidades.

Obs.: Motivos pessoais envolvem, por exemplo, mudança de endereço, alteração do horário escolar emotivos de saúde.

<b>Motivos do Desligamento</b>	<b>Participação</b>
A pedido do Estagiário	18%
A pedido do INMETRO	6%
Motivos pessoais	19%
Término do Período	6%
Busca de novas oportunidades	27%
Formatura	20%
Desistência	2%
Não classificado	3%

## **Irregularidades na Área de Pessoal**

### **Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

No tocante à acumulação ilícita de cargos, funções ou empregos públicos, o INMETRO estabeleceu normativo interno no qual se exige o preenchimento da Declaração de Não Acumulação de Cargo Público (FOR-DPLAN-051) nos processos de provimento e vacâncias. Ademais, o Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, alerta a ocorrência de mais de um registro funcional, impossibilitando acumulações ilícitas de cargos nos órgãos de sua abrangência.

Destacamos, entretanto, que o INMETRO não estabeleceu procedimento para detectar periodicamente acumulações posteriores ao ingresso do servidor, ficando a cargo do servidor comunicá-las à unidade de gestão de pessoas nas hipóteses de acumulação lícita. Em termos de utilidade e eficiência, o INMETRO necessita de aperfeiçoamento, uma vez que depende de informações fornecidas pelos próprios servidores.

Cabe observar, no entanto, que, com a entrada em vigor da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, o Presidente do INMETRO editou portaria disciplinando os procedimentos internos de consulta sobre a existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada por parte dos servidores públicos do INMETRO, reforçando a preocupação do Instituto tanto com a acumulação ilícita de cargos, quanto com o exercício de atividade privada em conflito com o exercício do cargo/função pública.

### **Terceirização**

Registramos que foi recomendada pela DIRAF ao Gabinete da Presidência do INMETRO, em 14/3/2016, por meio do processo 05927/2016, a criação de Comissão de Sindicância para apurar possíveis irregularidades nas atividades desenvolvidas por funcionários terceirizados.

## 7.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

### 7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

#### XXIII - Quadro - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	<b>AC</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	RIO BRANCO	1	1
	<b>AP</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	MACAPÁ	1	1
	<b>BA</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	ITABUNA	1	1
	SALVADOR	1	1
	SIMÕES FILHO	1	1
	<b>CE</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	MUCURIBE	1	1
	FORTALEZA	1	1
	<b>GO</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	ANÁPOLIS	1	1
	GOIANIA	1	1
	SENADOR CANEDO	1	1
	<b>ES</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	LINHARES	1	1
	VITÓRIA	1	1
	<b>MA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	SÃO LUIS	1	1
	<b>MG</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
	BELO HORIZONTE	1	1
	ARAGUARI	1	1
	CONTAGEM	1	1
	GOVERNADOR VALADARES	1	1
	JUIZ DE FORA	1	1
	UBERLÂNDIA	1	1
	VARGINHA	1	1
	<b>MT</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	CUIABÁ	1	1
	<b>MS</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	CAMPO GRANDE - SÃO MARTINHO	1	1

CAMPO GRANDE - JARDIM AMÉRICA	1	1
CAMPO GRANDE - JARDIM AMÉRICA 2	1	1
<b>PI</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
PARNAÍBA	1	1
TERESINA	1	1
<b>PB</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
MANGABEIRA	1	1
JAGUARIBE	1	1
<b>PA</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
ANANINDEUA	1	1
BELÉM	1	1
<b>PE</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
CURADO	1	1
RECIFE	1	1
<b>PR</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
ARAUCÁRIA	1	1
CURITIBA	1	1
CURITIBA	1	1
MARINGÁ	1	1
<b>RN</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
NATAL	1	1
MACAÍBA	1	1
MOSSORÓ	1	1
<b>RJ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
XERÉM	1	1
<b>RS</b>	<b>16</b>	<b>16</b>
PELOTAS	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	10	10
SANTA MARIA	1	1
SANTO ANGÊLO	1	1
SANTO ANGÊLO	1	1
PASSO FUNDO	1	1
PASSO FUNDO	1	1
<b>SP</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
ARAÇATUBA	1	1
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1	1
SÃO PAULO - CENTRO	1	1
SÃO PAULO - CENTRO	1	1
SÃO PAULO - CENTRO	1	1
SÃO PAULO - CENTRO	1	1

	<b>SC</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	ITAJAÍ	1	1
	SÃO JOSÉ	1	1
	<b>DF</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	BRASILIA	1	1
	<b>MT</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	CUIABÁ	1	1
	<b>RR</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
	BOA VISTA	1	1
	BOA VISTA	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>69</b>	<b>69</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>69</b>	<b>69</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

**XXIV - Quadro - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional**

<b>UG</b>	<b>RIP</b>	<b>Valor Histórico</b>	<b>Data da Avaliação</b>	<b>Valor Reavaliado</b>	<b>Com Reformas</b>	<b>Com Manutenção</b>
183023AP	601000695005	2.595.942,27	2/12/2014	2.727.739,38	0,00	0,00
183023AC	139003825002	13.954,88	16/12/2014	14.652,62	0,00	0,00
183023BA	3515000945001	188.061,09	3/12/2014	197.464,14	0,00	0,00
183023BA	3597000295001	72.331,46	3/12/2014	75.948,03	0,00	0,00
183023BA	3849006935001	278.072,05	3/12/2014	291.975,65	0,00	0,00
183023BA	3913000275005	2.115.695,41	3/12/2014	2.221.480,18	0,00	0,00
183023CE	1389003875004	1.229.231,55	3/12/2014	1.290.693,13	0,00	41.006,58
183023CE	1389003885000	344.734,02	3/12/2014	361.970,72	0,00	0,00
183023DF	9701330895003	140.000.000,00	7/11/2014	140.000.000,00	0,00	0,00
183023GO	9221000275004	284.501,74	12/12/2014	298.726,83	0,00	0,00
183023GO	9373002235009	812.782,52	12/12/2014	853.421,65	0,00	0,00
183023GO	9753000055004	115.307,34	16/12/2014	121.072,71	0,00	0,00
183023MA	921005055008	540.645,83	2/12/2014	567.678,12	0,00	0,00
183023MG	4069000115001	32.254,38	3/12/2014	33.867,10	0,00	0,00
183023MG	4371000085006	869.928,73	3/12/2014	913.425,17	0,00	0,00
183023MG	4553000965000	31.314,81	5/12/2014	32.880,55	0,00	0,00
183023MG	4733000635009	520.631,34	5/12/2014	546.662,91	0,00	0,00
183023MG	5403002535006	894.403,39	5/12/2014	939.123,56	0,00	0,00
183023MG	5413000145003	61.698,62	5/12/2014	64.783,55	0,00	0,00
183023MS	9051001665000	1.925,71	10/12/2014	2.022,00	0,00	0,00
183023MS	9051001695006	125.011,40	12/12/2014	131.261,97	0,00	0,00
183023MS	9051003005007	415.805,03	12/12/2014	436.595,28	0,00	0,00
183023MT	9067002945002	220.776,93	16/12/2014	231.815,78	0,00	0,00
183023MG	4123004155006	127.275,06	16/12/2014	133.638,81	0,00	0,00
183023MT	9067002945002	220.776,93	16/12/2014	231.815,78	0,00	0,00
183023PA	415000215000	80.786,99	2/12/2014	84.826,34	0,00	0,00
183023PA	427007525009	1.461.357,80	2/12/2014	1.534.425,69	0,00	0,00
183023PI	1153000775005	38.099,69	2/12/2014	40.004,67	0,00	0,00
183023PI	1219001605002	1.268.283,46	3/12/2014	1.331.697,63	0,00	0,00
183023PB	2051002375007	1.974.674,08	3/12/2014	2.073.407,78	0,00	0,00
183023PE	2531007775000	1.288.664,14	13/7/2014	3.790.220,60	0,00	0,00
183023ES	5663000445006	45.249,90	1/12/2014	47.512,40	0,00	0,00
183023ES	5705002215007	1.380.877,75	1/12/2014	1.449.921,64	0,00	14.242,91
183023PR	7535002865001	613.971,57	8/12/2014	644.670,15	0,00	2.973,00
183023PR	7535004425009	251.270,03	8/12/2014	258.660,33	0,00	0,00
183023PR	7691000395005	68.302,05	10/12/2014	71.717,15	0,00	0,00
183023PR	7435000075007	360.803,46	16/12/2014	378.843,63	0,00	0,00
183023PB	2051001085005	1.452.236,85	18/12/2014	1.524.848,69	0,00	0,00
183023PE	2531007325005	625.636,40	9/10/2013	24.975.788,00	0,00	0,00
183023RN	1741000285002	328.805,50	3/12/2014	345.254,78	0,00	0,00

183023RN	1761003185003	321.249,07	3/12/2014	337.311,52	0,00	0,00
183023RJ	583300485009	5.988.869.576,28	28/8/2014	6.360.566.546,76	0,00	0,00
183023RS	8791000555004	193.107,99	8/12/2014	196.970,15	0,00	0,00
183023RS	8801004135000	312.313,04	8/12/2014	327.928,69	0,00	0,00
183023RS	8801005435008	88.725,30	8/12/2014	93.161,57	0,00	0,00
183023RS	8801005735001	784.008,02	8/12/2014	823.208,42	0,00	0,00
183023RS	8801005855007	876.825,15	10/12/2014	920.666,41	0,00	0,00
183023RS	8801006065000	394.999,81	10/12/2014	414.749,80	0,00	0,00
183023RS	8801006145003	74.722,35	10/12/2014	78.458,47	0,00	0,00
183023RS	8841003075003	177.450,59	10/12/2014	186.323,12	0,00	0,00
183023RS	8853000635001	1.180.000,00	10/12/2014	1.239.000,00	0,00	0,00
183023RS	8853000655002	195.000,00	10/12/2014	204.750,00	0,00	0,00
183023RS	8801008525008	526.400,00	16/12/2014	526.400,00	0,00	0,00
183023RS	8801008775004	1.900.000,00	14/3/2014	1.900.000,00	0,00	0,00
183023RS	8801008755003	650.000,00	14/8/2014	650.000,00	0,00	0,00
183023RS	8801008545009	273.600,00	16/12/2014	273.600,00	0,00	0,00
183023RS	8785000895005	535.000,00	11/6/2014	535.000,00	0,00	0,00
183023RS	8785000875004	535.000,00	11/6/2014	535.000,00	0,00	0,00
183023RN	1759001115006	203.544,00	18/12/2014	203.544,00	0,00	0,00
183023RR	301004295002	122.100,00	11/8/2014	122.100,00	0,00	0,00
183023RR	301004315003	111.000,00	11/18/2014	111.000,00	0,00	0,00
183023SP	6155000075007	96.076,31	8/12/2014	100.880,13	0,00	0,00
183023SP	7097000205002	1.597.177,09	16/12/2014	1.677.035,94	0,00	0,00
183023SP	7107005695009	4.436.264,75	8/12/2014	4.658.077,99	0,00	0,00
183023SP	7107007885000	501.036,96	8/12/2014	526.088,81	0,00	0,00
183023SP	7107007925001	388.825,56	8/12/2014	408.266,84	0,00	0,00
183023SP	7107007905000	388.825,56	16/12/2014	408.266,84	0,00	0,00
183023SC	8161000545009	495.376,69	3/12/2014	510.237,99	0,00	0,00
183023SC	8327000665007	4.182.554,26	3/12/2014	4.391.681,97	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>6.173.762.840,94</b>		<b>6.574.198.770,52</b>	<b>0,00</b>	<b>58.222,49</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

## 7.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

## XXV - Quadro - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	<b>AL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Arapiraca	1	1
	<b>ES</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Colatina	1	1
	Linhares	1	1
	<b>CE</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	Sobral	1	1
	Caucaia	1	1
	Juazeiro do Norte	1	1
	<b>DF</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Brasília	1	1
	<b>MS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Dourados	1	1
	<b>MT</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Cuiabá	1	1	
<b>MG</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	
Caratinga	1	1	
Patos de Minas	1	1	
Montes Claros	1	1	
Divinópolis	1	1	
Contagem	1	1	
Governador Valadares	1	1	
Juiz de Fora	1	1	
Pouso Alegre	1	1	
Uberaba	1	1	
<b>RN</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
Natal	1	1	
<b>RJ</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	
Rio Comprido	1	1	
Petrópolis	1	1	
Friburgo	0	1	
Volta Redonda	1	1	
Centro - RJ	0	1	
<b>PB</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
Campina Grande	1	1	

	<b>PA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Santarém	1	1
	<b>PR</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Curitiba	1	1
	Guarapuava	1	1
	<b>RS</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
	Uruguaiana	1	0
	Passo Fundo	1	1
	Cachoeira do Sul	1	1
	Santo Ângelo	1	1
	Caxias do Sul	1	1
	<b>SC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	Tubarão	1	1
	Joinville	1	1
	Chapecó	1	1
	<b>PE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Caruaru	1	1
	<b>TO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Palmas	1	1
	<b>SP</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
	São Paulo	5	5
	Guarulhos	1	1
	Santos	1	1
	Santo André	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	Presidente Prudente	1	1
	Marília	1	1
	Jabaquara	1	1
	Araraquara	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>49</b>	<b>50</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>49</b>	<b>50</b>

Fonte: RBMLQ-I

**XXVI - Quadro - Custos com Locação e Manutenção de Imóveis Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		CUSTOS COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
<b>BRASIL</b>	<b>AL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Arapiraca	7.200,00	7.910,30
	<b>ES</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
	Colatina	960,00	0,00
	Linhares	960,00	0,00
	<b>CE</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	Sobral	11.904,48	30.000,00
	Caucaia	6.000,00	6.000,00
	Juazeiro do Norte	36.000,00	36.000,00
	<b>MS</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	Dourados	21.600,00	0,00
	<b>MT</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Cuiabá	73.200,00	86.505,36
	<b>MA</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
	São Luis	78.000,00	85.257,96
	<b>MG</b>	<b>9</b>	<b>11</b>
	Caratinga	12.075,71	13.800,00
	Patos de Minas	14.400,00	15.600,00
	Montes Claros	36.000,00	43.200,00
	Divinópolis	31.881,17	33.954,18
	Contagem	38.410,38	41.400,00
	Governador Valadares	36.279,58	33.750,00
	Juiz de Fora	27.902,99	86.754,00
	Pouso Alegre	20.246,42	29.840,16
	Uberaba	42.896,35	48.000,00
	Passos	0,00	34.526,76
	Curvelo	0,00	36.000,00
	<b>RN</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Natal	78.000,00	0,00
	<b>RJ</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
	Rio Comprido (Rua Estrela)	1.171.200,00	1.521.432,24
	Petrópolis	230.400,00	354.749,40
	Volta Redonda	129.600,00	151.739,76
Friburgo	0,00	210.910,00	
Centro - RJ	0,00	540.000,00	
<b>PB</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
Campina Grande	13.200,00	21.600,00	

<b>PA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Santarém	54.000,00	36.000,00
<b>PR</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Curitiba	92.400,00	92.400,00
Guarapuava	24.769,92	28.836,00
<b>RS</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
Uruguaiana	19.200,00	0,00
Passo Fundo	45.840,00	54.343,32
Cachoeira do Sul	15.613,56	27.267,12
Santo Ângelo	21.600,00	24.224,04
Caxias do Sul	106.560,00	128.731,08
<b>SC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
Tubarão	20.400,00	66.000,00
Joinville	20.400,00	69.796,32
Chapecó	21.420,00	87.000,00
<b>PE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Caruaru	8.400,00	9.360,00
<b>TO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Palmas	360.000,00	300.000,00
<b>SP</b>	<b>12</b>	
São Paulo - Rua Secundino Domingues	198.000,00	264.248,28
São Paulo - Regional Oeste	84.000,00	97.200,00
Sorocaba	102.000,00	118.800,00
São Paulo	91.324,92	121.368,00
São Paulo - Vila Gumercindo	156.000,00	220.800,00
Guarulhos	252.000,00	342.521,52
Santos	52.800,00	81.600,00
Santo André	42.000,00	53.424,00
Ribeirão Preto	42.736,92	77.300,52
Presidente Prudente	0,00	23.985,24
Marília	66.000,00	66.000,00
Jabaquara	80.400,00	0,00
Araraquara	19.200,00	24.779,76
Piracicaba	0,00	51.600,00
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>4.115.429,40</b>	<b>5.936.551,32</b>
<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>4.115.429,40</b>	<b>5.936.551,32</b>

Fonte: RBMLQ-I

## 7.3 Gestão da Tecnologia da Informação

### 7.3.1 Principais aspectos da gestão de TI

#### a) Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI):

- O PDTI do INMETRO para o exercício de 2015 foi aprovado e assinado pelo Presidente e publicado na Portaria nº 559, de 18 de dezembro de 2014. O PDTI está disponível no endereço [http://www.INMETRO.gov.br/gestao/tecnologia\\_informacao.asp](http://www.INMETRO.gov.br/gestao/tecnologia_informacao.asp).
- Em 22 de janeiro de 2016, constituiu-se, por meio da Portaria INMETRO nº 39, publicada no DOU, o Grupo de Trabalho de Tecnologia da Informação, para avaliação das ações de Tecnologia da Informação até a data de 15 de março de 2016.

#### b) Comitê Gestor de TI:

- Em 16 de outubro de 2009 foi publicada Portaria nº 313, com o objetivo de “Formalizar Comitê Gestor de TI”, em dezembro de 2009. Este comitê, formado pelos diretores e Presidente da autarquia, foi estabelecido então a partir desta data.
- O PDTI do INMETRO foi publicado, para o exercício de 2014, na Portaria nº 613, de 20 de dezembro de 2013.

#### c) Principais sistemas de informação:

Sigla/Sistema	Área	Sistema	Tecnologia
SINMAC/ACIDENTE DE CONSUMO	DCONF	Controle de Acidente de Consumo	ASP.NET, framework 4.0, MVC 3, SQL-Server 2000
CADORG	CGCRE	Sistema de Acreditação	Asp 3.0, Javascript, XML, Html, Delphi 5 (para criação dos componentes), CristalReport (para criação dos relatórios)
CONFIN	DIRAF	Consolidador Financeiro	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
CONTAC	DPLAN	Controle de acesso	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script e ASP Mail (envio de email).
CREDENCIAMENTO RBC/RBLE	CGCRE	Sistema de Credenciamento RBC/RBLE	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
CUSTOS	DPLAN	Sistema de custos	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR	DCONF	Declaração de Conformidade do Fornecedor	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script, ASP Mail (envio de e-mail), SQL Server e T-SQL para elaboração das SPs.
EXTRAÇÃO SIAFI	DPLAN	Sistema de extração do SIAFI	
MERCOSUL	CAINT	Articulação Internacional - MERCOSUL	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Adobe PDF (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de email).

PLANEST	DPLAN	Sistema de Acompanhamento e Execução do Planejamento Estratégico	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM, Crystal Reports, Java script e ASP Mail (envio de email).
PONTO FOCAL	CAINT	Articulação Internacional - Ponto Focal	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Adobe PDF (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de email).
PONTO FOCAL	CAINT	Alerta Exportador	ASP clássico
PORTAL CBM	DITEC	Inovação	
PORTAL DA INOVAÇÃO	DITEC	Portal da Inovação	
PORTAL DO CONSUMIDOR	DCONF	Portal do Consumidor	Asp 3.0, AspNet, Html, Java script e ASP Mail (envio de e-mail), ASP Upload (upload de arquivos).
PORTALRBMLQ	CORED	Portal do Relacionamento RBMLQ-I	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script, ASP Mail (envio de email), SQL Server e T-SQL para elaboração das SPs
PRODCERT	DCONF	Produtos Certificados	Html, Asp, JavaScript, Delphi 5.0
RECEITA	CORPORATIVO	Sistema de Receita	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
REGISTRO DE OBJETOS	DCONF	Sistema de Consulta de Registros de Objetos	ASP.NET, framework 2.0, SQL-Server 2000
SAC	OUVID	Sistema de Atendimento ao Cliente	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), Java script.
SIADI	DPLAN	Sistema de Avaliação de Desempenho Individual	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Adobe PDF (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de email).
SICASE	CGCRE	Sistema de Cadastro de Avaliadores e Especialistas	Asp 3.0, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+) e Java script.
SIDOQ	GABIN	Sistema de Controle de Documentos da Qualidade	Asp 3.0, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), Java script e ASP Mail (envio de e-mail), ASP Upload (upload de arquivos).
SIGED	DCONF	Sistema de Gestão de Demandas	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script, ASP Mail (envio de email) e ASP Upload (upload de arquivos) .
SIL	DITEC	Sistema de Legislação	Delphi, Asp, Java Script, XML, Html
SIPLAN	DPLAN	Sistema de Planejamento Orçamentário	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
SITAD	DITEC	Sistema de Tramitação e Acompanhamento de Documentos	Asp 3.0, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Crystal Reports (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de e-mail).

SRH	DIRAF	Sistema de Recursos Humanos	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000 e Crystal Reports 8.5
UO	DPLAN		Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
WP-BTI	DITEC	Inovação	WordPress
WP-COPI	DITEC	Inovação	WordPress
WP-DITEC	DITEC	Inovação	WordPress
WP-EXTRANET	DITEC	Inovação	WordPress
WP-NCI	DITEC	Inovação	WordPress
WP-PALETRAS	DITEC	Inovação	WordPress
WP-PROPOSTAS	DITEC	Inovação	WordPress
WS-GRU	CTINF	WebService	Asmx web service
WS-EXPORTAREGISTRO	CTINF	WebService	Web.API
Ws-PRODCERT	CTINF	WebService	WCF
WS-REGISTRO	CTINF	WebService	WCF
WS-SIPLAN	CTINF	WebService	WCF
SITE INMETRO	GABIN	Site	ASP clássico
INTRANET	GABIN	Site	ASP clássico

Áreas: GABIN - Gabinete da Presidência; DCONF - Diretoria de Avaliação da Conformidade; DIRAF - Diretoria de Administração e Finanças; DITEC - Diretoria de Inovação e Tecnologia; CGCRE - Coordenação-Geral de Acreditação; CORED – Coordenação-Geral da RBMLQ-I; CAINT – Coordenação-Geral de Articulação Internacional; CTINF - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

d) Plano de capacitação do pessoal de TI:

No PDTI, disponível no *site* do INMETRO, consta detalhado cronograma de capacitação.No entanto,a programação não foi atendida em virtude do contingenciamento.

e) Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI:

INMETRO	Quantidade
Servidores	12
Colaboradores	3
Estagiários	0
Profissionais Terceirizados de TI dedicação exclusiva	0

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados:

O INMETRO atualmente utiliza processos automatizados nas atividades de desenvolvimento, manutenção de sistemas e gerenciamento de mudanças.

Para novos sistemas, utiliza metodologias ágeis que promovem entregas constantes de *software* para um determinado período de tempo (time box). As entregas são realizadas mensalmente e o cliente sempre valida o *software* em funcionamento, acompanhado da documentação necessária.

A Informática da Superintendência do Rio Grande do Sul - SUR RS - tem como um dos objetivos a implantação de metodologia de desenvolvimento de sistemas.Lida,principalmente, com solicitações relacionadas ao SGI - Sistema de Gestão Integrada, para a gestão da RBMLQ-I, mas algumas solicitações podem ser consideradas, por seu porte, projetos, e não apenas tratamento da demanda.

Destacam-se entre elas as solicitações de SGI-Móvel, PSIE, Georeferenciamento e Geoprocessamento.

Atualmente, estão disponíveis cerca de 50 sistemas legados da CTINF em produção e em fase de manutenção no INMETRO. Há um processo formal e automatizado para manutenção de sistemas corporativos, denominado P110, onde gestores de sistemas fazem solicitações das manutenções corretivas e evolutivas. Este processo está homologado e institucionalizado. É automatizado em um sistema de BPMS, onde os artefatos produzidos visam a documentar o escopo e a rastreabilidade das alterações solicitadas. Está integrado a outro, denominado P113, que visa a realizar a gestão de mudanças. O processo de gestão de mudanças (P113), também automatizado em sistema de BPMS, visa a documentar e rastrear todas as mudanças relacionadas às alterações de manutenção e desenvolvimento implantadas nos ambientes de homologação e produção.

Todos os *softwares* corporativos sob controle da coordenação de informática estão em repositório de controle de versões, com uso da ferramenta Subversion.

As metodologias estão homologadas e formalizadas em normas internas, e são utilizadas por toda a equipe.

g) Principais projetos de TI:

Ver PDTI 2015-2016 em: [http://www.INMETRO.gov.br/gestao/tecnologia\\_informacao.asp](http://www.INMETRO.gov.br/gestao/tecnologia_informacao.asp)

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade:

Todos os Termos de Referência e contratos abordam a transferência de tecnologia para o INMETRO.

## 7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

### 7.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

**XXVII - Quadro - Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		<b>X</b>
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	<b>X</b>	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		<b>X</b>
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	<b>X</b>	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	<b>X</b>	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	<b>X</b>	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	<b>X</b>	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	<a href="http://www.INMETRO.gov.br/download/dicom/pls_INMETRO.zip">www.INMETRO.gov.br/download/dicom/pls_INMETRO.zip</a>	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		<b>X</b>
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

## 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

#### XXVIII - Quadro - Deliberações do TCU no exercício

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-032.894/2014-7	1087/2015-1Câmara	b	0084/2015-TCU/SECEX-RJ, de 3/3/2015	19/3/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia –INMETRO				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>b) determinar ao INMETRO, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:</p> <p>b.1) insira, nos relatórios de gestão dos próximos exercícios, as providências decorrentes das recomendações propostas no Processo de Sindicância INMETRO 52600.021561/2014-91, bem como o estágio atualizado do trâmite do Processo de Tomada de Contas Especial INMETRO 52600.007797/2009-57;</p> <p>b.2) remeta, até 30/6/2015, cópia dos processos relacionados às irregularidades reportadas nos presentes autos, resultantes das recomendações propostas no Processo de Sindicância INMETRO 52600.021561/2014-91, tendo em vista o prazo para encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao TCU explicitado no art. 11 da Instrução Normativa TCU 71/2012, bem como os prazos descritos nos artigos 24, 26, § 2º, 41, 42, 44, 49, 56, § 1º, 59, caput e § 1º, e 62 da Lei 9.784/1999 para os demais processos administrativos;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Seguem abaixo as providências referentes ao <u>item b.1</u>):</p> <p>PROCESSOS INSTAURADOS:</p> <p><u>52.600.025619/2015-56</u> – Processo de Sindicância – apurar possíveis irregularidades praticadas na execução dos contratos com as empresas Klisma e Embratel.</p> <p>✓ Conclusão: a Comissão sugeriu, em seu relatório final, a abertura de um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD). O processo foi saneado pela Procuradoria-Federal.</p> <p>✓ INSTAURADO PAD - Portaria 585/2015 (23/11/2015) - término em 20/03/2016 – (O Processo de Sindicância foi transformado em PAD, conservando o mesmo número).</p> <p><u>52.600.002641/2014-28</u> – PAD – apurar responsabilidade de servidor pelo arquivamento indevido do Processo INMETRO 52.600.049948/2011069, em descumprimento a despacho do Gabinete da Presidência.</p> <p>✓ Conclusão: a Comissão sugeriu o arquivamento, o que foi acatado pelo Presidente do INMETRO, após o saneamento dos autos pela Procuradoria-Federal.</p> <p><u>52.600.018424/2015-50</u> – PAD – apurar responsabilidade do servidor Luiz Felipe Macedo, conforme recomendações da Comissão Investigativa em seu Relatório Final, quanto aos indícios de valimento de cargo no que tange à utilização da linha institucional para fins particulares (item 2); e por desídia na gestão do contrato 063/2009 (item 3).</p> <p>✓ Instaurado por meio da Portaria 238, de 15 de maio de 2015. O Presidente acolheu a sugestão da Comissão em seu Relatório Final, corroborado pela PROFE, apenando o servidor com suspensão de 30 dias, acrescida de multa no valor de R\$ 4.586,64.</p>				

## RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO – PROVIDÊNCIAS

- (a) Notificar e multar a empresa OI, pelas irregularidades verificadas na execução do contrato 063/2009.
- A empresa foi notificada, Ofício n.º 004/2015 (DIENG/DIRAF) e Termo de Notificação Contratual. O processo de multa está em andamento na Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF). A Empresa OI foi notificada para pagamento de multa, no valor de R\$ 101.250,00. Recorreu, em 4 de janeiro de 2016. A PROFE, emitiu um Parecer n.º 028/2016/DAO/PFINMETRO/PGF/AGU, de 8/3/2016, que em 9/3/2016, foi encaminhado ao GABIN para ser submetido à apreciação do Senhor Presidente.
- (b) Solicitar à empresa OI o bloqueio de todos os aparelhos comprados ou enviados ao INMETRO, irregularmente.
- Em 25 de fevereiro de 2015, solicitado o bloqueio dos IMEI especificados na planilha, conforme e-mail.
- (c) Apurar possíveis irregularidades dos superiores hierárquicos do Sr. Dirceu Barbosa Filho e demais servidores porventura envolvidos nos processos de pagamento e liquidação do processo 52.600.07797/2009-57.
- A instauração de sindicância está sendo tratada pela Procuradora-Chefe junto ao INMETRO, com a Procuradoria-Geral Federal (PGF), visto que, à época, o cargo de Diretor de Administração e Finanças era exercido por um Procurador-Federal.
- (d) Realizar inventário junto ao Setor de Patrimônio do INMETRO (Sepat) e Coordenação-Geral de Informática (CTINF) de todos os aparelhos celulares e *modems* do INMETRO, confrontando informações que constam nos autos do processo, como IMEI/número de série e termo de responsabilidade patrimonial.
- 
- (e) Apurar possíveis irregularidades nos processos anteriores de telefonia móvel (Processos n.ºs 52.600 5424/2005 e 52.600 25608/2008).
- Segundo orientação da Procuradoria-Federal, não foi instaurada sindicância visto que o prazo para que medidas pudessem ser tomadas estava prescrito.
- (f) Instauração de sindicância investigativa para apurar a veracidade das informações prestadas no depoimento do servidor Luiz Henrique Machado.
- Desaconselhada a instauração de sindicância pela Procuradoria-Federal junto ao INMETRO, visto que não há indícios comprobatórios, dado que o registro do relatório citado pelo servidor em seu depoimento foi declarado, pelo próprio, como perdido.
- (g) Definição de normas e procedimentos institucionais para o desligamento de terceiros.
- Em nosso entender, com respaldo da Procuradoria-Federal, “normas e procedimentos institucionais para o desligamento de terceiros” são da competência da empresa terceirizada.
- (h) Criação de um cadastro único, informatizado, da força de trabalho do INMETRO (cargos comissionados, servidores, bolsistas, terceirizados e estagiários) para possibilitar às áreas o acompanhamento do fluxo de admissão, demissão e redistribuição em um sistema *online* integrado aos sistemas de segurança e gestão do INMETRO.
- Por meio do Memorando n.º 066//PRESI, de 30/12/14, dirigido à Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (COGEP), o Presidente solicitou a promoção de estudos para a criação de um cadastro único.
- O Coordenador-Geral informou que as providências estão em andamento, na dependência da disponibilidade da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, esclarecendo, entretanto, já existir, em fase de teste, o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH).
- Esclareceu, ainda, que a sua implantação carece de contratação de empresa especializada, que, atualmente, diante da restrição orçamentária a que os órgãos públicos estão submetidos, restou prejudicada.
- (i) Análise dos arquivos do e-mail institucional e do computador de trabalho do Sr. Dirceu Barbosa Filho, por perícia especializada.
- O computador do Sr. Dirceu encontra-se sob a guarda da Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF). A *expertise* de perícia especializada é prerrogativa da Polícia Federal.
- (j) Destituição de todos os terceirizados da função de fiscais dos contratos vigentes no INMETRO.
- A destituição foi procedida. Atualmente, apenas servidores atuam na fiscalização dos contratos.

(h) Padronizar o procedimento para o pagamento de faturas e fornecedores, para evitar futuras irregularidades nos contratos do INMETRO.

- Por meio do Memorando n.º 067/PRESI, de 30 de dezembro de 2014, o Presidente determinou medidas para tal padronização o que está, ainda, em análise na DIRAF para ser implementado.

Em atendimento ao Acórdão 1087/2015 – TCU – 1.ª Câmara, como informação complementar, esclarecemos o estágio atual em que se encontram os trabalhos de Tomada de Contas Especial (TCE), instaurada para a devida apuração dos fatos e dos valores citados pela Comissão de Sindicância:

- O processo, pelas determinações da legislação, aguarda manifestações/defesas dos responsáveis arrolados, para a devida análise e posterior fechamento, para encaminhamento à CGU e ao TCU. O Relatório Final da TCE, bem como os Relatórios Complementares n.ºs 001/2015 e 002/2015 foram enviados ao Assessor da Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta/RJ por meio do Ofício 063/GABIN, de 30/7/2015.

O INMETRO respondeu ao item b.2 por intermédio dos seguintes documentos: Ofício n.º 034/GABIN, de 8/4/2015, e, posteriormente, Ofício n.º 063/GABIN, de 30/6/2015.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.4, e 9.5	Ofício Circular nº 55/GM-MDIC, de 10/6/2015	15/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia –INMETRO				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.4. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras:</p> <p>9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;</p> <p>9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;</p> <p>9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno;</p> <p>9.4.4. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão;</p> <p>9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.</p> <p>9.5. determinar, ainda, aos órgãos de controle interno financeiro que atuam junto aos órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos relatórios de auditoria de gestão atinentes às respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, façam constar expressamente informação específica sobre o efetivo cumprimento, ou não, da determinação contida no item 9.4 deste Acórdão;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informamos que o Núcleo de Cadastro – Nucad/INMETRO, providenciou os acertos propostos pelo Acórdão 1176/2015-TCU-Plenário em todos os processos de aposentadoria concedidos que se enquadravam nas recomendações.</p>				

**XXIX - Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento**

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-037.128/2011-6	2329/2014-1ª Câmara	1.7, 1.9 e 1.10	Ofício0271/2014- TCU/SECEX Estatais, de 10/06/2014.	24/6/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia –INMETRO Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro – IPEM/RJ				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. Determinar ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial que:</p> <p>1.7.1. estabeleça, em ato normativo, os requisitos mínimos para a capacitação e formação de servidores que atuam na área fim do IPEM-RJ, bem como em toda a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I;</p> <p>1.7.2. aperfeiçoe os controles internos e estructure adequadamente a Auditoria Interna, inclusive no que tange ao efetivo de pessoal, de modo a assegurar maior eficácia das fiscalizações a serem realizadas na RBMLQ-I;</p> <p>1.7.3. solicite ao IPEM-RJ que proceda à regularização do imóvel construído anexo ao prédio principal daquela autarquia, efetuando o devido registro de propriedade, na forma do Parágrafo Único da Cláusula Sexta;</p> <p>1.7.4. seja adequado o convênio 14/2010 firmado no âmbito do RBMLQ-I à legislação pertinente, em especial ao §1º, art.116, 8.666/1993, ao Decreto 6.170/2007, à Portaria Interministerial MPOG/FAZENDA 127/2009 e à Instrução Normativa STN 1/1997, fixando a contrapartida do convênio a ser paga pelo Estado ou Município conveniente e abstendo-se de realizar despesas vedadas pelos referidos normativos;</p> <p>1.9. Determinar ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro que estabeleçam em conjunto prazo razoável para que sejam adotadas as providências devidas com vistas à elaboração do Regimento Interno do IPEM-RJ, dotando a autarquia de Regimento Interno que estabeleça sua organização, composição e funcionamento, bem como dos respectivos organogramas para aprovação e publicação;</p> <p>1.10. Determinar ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro que:</p> <p>1.10.1. apure os fatos com vistas a imputar responsabilidade pelos defeitos existentes ao agente causador, de modo a identificar qual das empresas envolvidas na realização das obras deverá ser responsabilizada pela reparação, uma vez que a falha pode ser imputada à empresa que construiu o prédio ou à empresa que está realizando as obras de ampliação. Caso necessário, adote as medidas judiciais cabíveis com vistas ao ressarcimento de eventuais prejuízos;</p> <p>1.10.2. se abstenha de contratar empresas por meio de adesão à ata de registro de preços, sem observar todas as cláusulas do edital original de contratação, em estrita observância ao art. 41 da Lei 8.666/1993;</p> <p>1.10.3. aperfeiçoe o controle do ressarcimento dos pagamentos de multas imputadas aos motoristas infratores do IPEM-RJ, de modo a evitar que tais multas recaiam sobre os recursos oriundos do convênio 14/2010 e adote as medidas administrativas cabíveis com vistas a evitar reincidências das infrações de trânsito por parte dos servidores condutores de veículos;</p> <p>1.10.4. se abstenha de aplicar os recursos repassados por meio do convênio 14/2010 na construção de imóveis em terreno cuja propriedade não pertença ao INMETRO e regularize a situação do imóvel anexo ao prédio principal, construído com os recursos do referido convênio, conforme determina o Parágrafo Único da Cláusula Sexta do termo convenial;</p> <p>1.10.5. se abstenha de efetuar pagamentos de precatórios utilizando recursos oriundos do Convênio 14/2010;</p> <p>1.10.6. utilize na execução das atividades delegadas somente técnicos com qualificação e capacitação adequadas, abstendo-se de emitir autos de infração com assinaturas de ocupantes de cargos cujas atribuições não sejam compatíveis com a atividade de fiscalização, em estrita observância do item 3.17 da cláusula terceira do convênio 14/2010;</p> <p>1.10.7. inclua no Plano de Aplicação de Recursos, previsto na Cláusula III, item 3.11.1, do convênio 14/2010, a previsão anual do quantitativo de veículos a serem adquiridos ou locados, com base em estudos técnicos que demonstrem a necessidade da ampliação ou renovação da frota de veículos, em conformidade com as atividades desenvolvidas; e</p>				

1.10.8. aperfeiçoe os mecanismos de controle de veículos e de combustíveis, registrando o nome do condutor, o itinerário específico, a finalidade do uso e o consumo de combustível em cada trajeto, submetendo todos os veículos do IPEM-RJ a esses controles, em especial o veículo de representação utilizado pela Presidência da Autarquia.

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Na ação de Auditoria do IPEM/RJ, objeto do Relatório de Auditoria - PA-700-010/2014-O, item 3.2.12 do RAINT, foram detalhados os itens: 1.7.3, 1.9, 1.10.1, 1.10.3, 1.10.4, 1.10.5, 1.10.6, 1.10.7 e 1.10.8. Registramos que deu-se ciência formal ao IPEM/RJ desse Acórdão.

Sobre o subitem 1.10.2 do Acórdão supracitado, não discriminado na ação de Auditoria objeto do Relatório de Auditoria – PA-700-010/2014-O, informamos que não foram identificadas novas adesões a ARP na consecução dos nossos trabalhos.

Quanto aos subitens 1.7.1 e 1.7.4, para efeitos de acompanhamento por esta AUDIN, após remessa de cópia do Acórdão pelo Gabinete às áreas responsáveis por algumas ações, a chefia em exercício da Auditoria encaminhou mensagens eletrônicas para o Coordenador-Geral da CORED e para a Procuradora-Chefe, e mais recentemente, por intermédio dos Memorandos nºs: 006 e 007/AUDIN, datados de 22/1/2015.

Quanto ao subitem 1.7.2, registramos o propósito desta Auditoria Interna de se utilizar sistematicamente das Normas e Procedimentos integrantes do Sistema de Controle de Documentos da Qualidade (SIDOQ), coordenado pela Divisão de Gestão da Qualidade (DIGEQ), subordinada ao Gabinete da Presidência (GABIN), como forma de contribuir para o aperfeiçoamento dos processos da Instituição, inclusive aqueles que têm reatamento nas competências regimentais da Auditoria Interna (AUDIN), em apoio às diversas diretorias do INMETRO. A Auditoria Interna utiliza permanentemente o Sistema de Gestão da Qualidade do INMETRO (SGQI) por meio de consultas aos documentos normativos disponibilizados no SIDOQ.

Destaca-se que, por meio da Portaria PRESI nº 560, de 19.12.2014, foi criado Grupo de Trabalho para propor ações voltadas a questões envolvendo (i) inteligência; (ii) *compliance*; (iii) corregedoria e (iv) governança. Acerca da estruturação da AUDIN, ratificamos os registros já feitos à CGU sobre o compromisso da Alta Administração do INMETRO de contemplar-nos, primeiramente, com um número significativo de novos servidores mediante realização dos próximos concursos públicos. Como exemplo, em sua primeira etapa para a cobertura de 80 postos de trabalho, 7 desses serão direcionados à Auditoria Interna.

A auditoria realizada no IPEM/RJ levou ao conhecimento formal do mesmo os itens desse Acórdão, bem como verificou o cumprimento de todos os itens do mesmo. Análise pelas diretorias e Presidência do INMETRO quanto ao cumprimento do item 1.7.4.

Acerca da estruturação da Auditoria Interna do INMETRO, foram designadas no último concurso público 7 vagas para a AUDIN e formou-se GT para melhoria do sistema de controles internos do INMETRO, conduzido pela Gestão da Qualidade da AUDIN em parceria com a Divisão de Gestão da Qualidade do INMETRO.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-010.150/2014-5	3816/2014 1ª Câmara	1.7 e 1.8	Ofício: 1308/2014-TCU/SECEX-PB, de 14/8/2014.	20/8/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia –INMETRO				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. Determinar ao INMETRO, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, c/c o § 4º do art. 106 da Resolução-TCU 259/2014, que adote as providências de sua alçada com vistas à apuração de possíveis irregularidades envolvendo o pagamento, pelo IMEQ-PB, de despesas com pessoal, sem previsão legal, com recursos do Convênio 04/2010 (SIAFI 657294), e instaure, se for o caso, tomada de contas especial;</p> <p>1.8. Determinar ao INMETRO que informe anualmente, em seus relatórios de gestão, as medidas adotadas para dar cumprimento à determinação supra, até seu exaurimento;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Na ação de Auditoria do IMEQ/PB, objeto do Relatório de Auditoria - PA-800-030/2014-O, item 3.2.15 deste RAIN, o item 1.7 do Acórdão 3816/2014: Análise AUDIN: “Com relação à verba Complemento de Remuneração, foi apresentada cópia do Ofício 1305/GS/SEAD, de 26/9/2013, em resposta ao Ofício nº 374/2013-IMEQ/PB/DS, de 2/9/2013. Porém, quanto ao Bônus de Desempenho, não houve nenhum avanço sobre o embasamento legal para sua execução. Verificamos também que, com exceção da folha de pagamento da diretoria do órgão, as demais despesas de pessoal são pagas pela fonte de recursos n.º 283, referente aos recursos do Convênio firmado com o INMETRO.E, ainda, conforme solicitado no item 1.8 da SA, verificamos que se encontra em tramitação o Processo TC 17669/2013, de natureza Inspeção Especial de gestão de Pessoal com relação ao acúmulo de cargos públicos, e o Processo TC-04593/2013, referente à Prestação de Contas do IMEQ/PB do exercício de 2012. Constatamos ainda que o IMEQ/PB apresentou documentação solicitada para análise por meio do ofício n.º 240/14-IMEQ/PB/DS, em 9 de julho de 2014.Recomendação AUDIN: 1.3.2.1 - Que o IMEQ/PB encaminhe a esta AUDIN o resultado final das análises realizadas pelo TCE/PB com relação à documentação encaminhada.”</p> <p>Após a realização de auditoria no IMEQ/PB por equipe da Auditoria Interna do INMETRO, cujo produto foi o Relatório Preliminar de Auditoria Ordinária RPAO-800-030/2014-O, constatou-se que o IMEQ/PB tomou providências junto à CODATA (empresa estadual que processa a folha de pagamento) para corrigir a denominação das Gratificações de Atividade Especial, assim como apresentou sua defesa ao Tribunal de Contas Estadual (TCE/PB), aguardando, no momento, o relatório de análise da defesa pelo TCE/PB.</p>				

## 8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

### XXX - Quadro - Cumprimento das recomendações do OCI no exercício

Caracterização da recomendação do OCI			
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503546	1.2 Controles Internos 1.2.1 Auditoria de Processos de Contas 1.2.1.1 Constatação Ausência de relatório do contrato de gestão e inconsistências reportadas no item Declaração do Contador, do relatório de gestão de 2014.	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO			
Descrição da determinação/recomendação			
<p>Recomendação 1: Regularizar junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) a ausência do relatório do contrato de gestão no processo de contas de 2014, de forma a cumprir o previsto no art. 13, III, da IN n.º 63/2010.</p> <p>Recomendação 2: Customizar módulo no SGI de forma que as informações referentes a dívida ativa e créditos a receber sejam compatíveis com as do SIAFI e sua extração seja viabilizada, permitindo sua comparação, além de enviá-las atualizadas ao Serviço de Contabilidade.</p> <p>Recomendação 3: Proceder à reavaliação dos bens do INMETRO e a sua redução a valor recuperável e concluir o Relatório de Bens Patrimoniais e os inventários de 2013 e 2014.</p> <p>Recomendação 4: Formalizar a nomeação de fiscais de contratos e convênios e enviar relação dessas nomeações à setorial contábil.</p>			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
<p>O INMETRO respondeu à Recomendação 1 por intermédio do Ofício nº 008/AUDIN, de 3/3/2016, solicitando a inclusão do Relatório do Contrato de Gestão – 2014, bem como a competente publicação da análise procedida pelo Comitê de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão do INMETRO - CAA, no Processo de Contas Ordinárias do INMETRO de nº 0263612015-9 referente ao exercício de 2014, encaminhado por e-mail à CGU/RJ/NAC-1 em 31/3/2015.</p> <p>Em relação à Recomendação 2, a partir de 28 de outubro de 2015, em reunião realizada na DIRAF/INMETRO, foram iniciados os trabalhos de otimização do SGI para definição do fluxo de contabilização, com todas as fases da Dívida Ativa: iniciando na emissão da GRU (Créditos a Receber), recebimento (Contas a Receber – Banco) e pendentes (Créditos a Receber – cobrança administrativa – crédito passível de inscrição – Dívida Ativa). Posteriormente, outras duas reuniões foram realizadas em 2015 visando à finalização dos trabalhos.</p> <p>Contudo, com o implemento dos cortes orçamentários e, por conseguinte, redução de equipe, de quantitativo de diárias e de Homem/hora, os trabalhos foram diretamente impactados, atrasando o cronograma inicial (previsão de término para jan/2016) em meses. Destarte, a DIRAF, em conjunto com a CTINF e a SurRS, está imbuída na finalização da demanda.</p> <p>Quanto à Recomendação 3, a Comissão de Reavaliação de Bens, em 03/2/2016, por intermédio do e-mail institucional, apresenta Relatório Informativo (encaminhado à AUDIN, para ciência), em atenção ao comunicado da Auditoria Interna do INMETRO - AUDIN, recebido – aos 2 de março de 2016 – quando tomou ciência do Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2016. (Ref. Relatório de Auditoria CGU nº 201503546), sobre a Recomendação 3 do predito Ofício, na parte: “Proceder à reavaliação dos bens do INMETRO e a sua redução a valor recuperável”, que relata:</p> <p><i>1 Fundamentos, demanda e escopo dos trabalhos</i></p> <p><i>A materialidade dos trabalhos desta Comissão foi determinada pela Macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e publicada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Nesta Macrofunção, a STN dispõe sobre orientações quanto aos procedimentos para o registro contábil da Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).</i></p> <p><i>Revisou-se recentemente a Macrofunção – 020330, sendo a mesma atualizada em 17/12/2015. A motivação desta</i></p>			

revisão encontra-se na implantação, a partir de 1º de janeiro de 2015, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público da União PCASP-União, sendo-nos informado que foram necessárias alterações nos registros contábeis, os quais deverão ser adotados a partir de então, adequando-os aos procedimentos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. De acordo com a nova versão, as principais adequações nos registros patrimoniais foram:

- Adequação do método de amortização de bens intangíveis e do método de exaustão;
- Revisão da tabela de vida útil e valor residual para depreciação, com a inclusão de novas contas contábeis do PCASP-União;
- Adequação dos lançamentos contábeis ao PCASP-União;
- Substituição dos números de eventos por situações utilizadas pelo sistema SIAFI-Web - para efetivação dos registros contábeis; e
- Adequação dos procedimentos de Ajustes de Exercícios Anteriores.

## 2 Reconhecimento de Ajustes de Exercícios Anteriores

A versão inicial da Macrofunção orienta que, neste primeiro momento, por se tratar de uma mudança no critério contábil e esses procedimentos nunca terem sido realizados, será necessário realizar ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida será diretamente o patrimônio líquido. Isso vale tanto para reavaliação quanto para a redução ao valor recuperável, referentes ao começo do processo. O registro em ajustes de exercícios anteriores também ocorrerá pelo reconhecimento de omissões e erros de registros efetuados em exercícios anteriores, devendo impactar diretamente o patrimônio líquido e ser evidenciado em notas explicativas.

A atribuição de competência desta Comissão foi conferida pela Portaria INMETRO nº 425, de 28 de agosto de 2013 (publicada no Boletim de Serviço do INMETRO, Edição Especial, de 29 de agosto de 2013) da qual se extrai as competências para: “Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de bens da Autarquia, conforme determinação da Macrofunção – 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional”.

## 3 Metodologia dos trabalhos da Comissão

Ao iniciar os trabalhos, esta Comissão se deparou com universo bastante extenso de bens (cerca de 87.900), tendo em vista que a autarquia possui bens distribuídos em todo o território nacional. Este fato demandaria uma grande quantidade de servidores com dedicação exclusiva para os trabalhos desta Comissão, o que tornaria o serviço inviável, gerando altos custos para o INMETRO e acarretando prejuízos às demais tarefas dos servidores. Para evitar tais problemas, a metodologia de trabalho definida por esta Comissão consistiu na adoção de um modelo matemático desenvolvido e utilizado por outros órgãos da administração pública que, após adaptado às necessidades do INMETRO, foi aplicado em um grupo seletivo de contas contábeis.

## 4 Validação da Metodologia de Avaliação

Com a realização de algumas pesquisas de mercado, esta Comissão percebeu que, na maioria dos bens, para as contas contábeis mostradas na tabela 1 HÁ TABELA 1??? (com a exceção dos Veículos de Tração Mecânica, para os quais se adotou metodologia específica), o fator de Reavaliação encontrado e aplicado no valor histórico do bem fornecia, com boa aproximação, o valor desse bem ao preço justo, praticado no mercado em dias atuais.

## 5 Conclusão dos trabalhos da Comissão

Em atenção aos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional apresentados, e para o cumprimento dos procedimentos de Ajustes de Exercícios Anteriores, a Comissão de Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens elaborou um Relatório, cuja demanda e destino primário é a Presidência do INMETRO. No entanto, em virtude da saída do Presidente antecessor (autoridade constituidora desta Comissão) decidiu-se com o Diretor de Administração e Finanças que a Comissão apresentaria seus trabalhos à Diretoria e suas áreas interessadas (Patrimônio e Contabilidade) para que, com anuência desta Diretoria, o Relatório dos trabalhos fosse encaminhado à Presidência para autorização formal dos registros patrimonial e contábil. Estes encaminhamentos têm por objetivo conferir razoável segurança ao atual Presidente do órgão, visto que os trabalhos desta Comissão informam um significativo impacto no Patrimônio Líquido da Autarquia, reduzindo-o em cerca de Trinta Milhões de Reais, por conta da Redução a Valor Recuperável dos bens avaliados.

Foi analisado o total de 45.737 (quarenta e cinco mil setecentos e trinta e sete) bens, adquiridos pela autarquia até o ano de 2009. Deste total analisado, houve redução a valor recuperável dos bens do INMETRO, causando uma redução de R\$ 29.803.781,36 (vinte e nove milhões oitocentos e três mil, setecentos e oitenta e um Reais e trinta e seis centavos) no Patrimônio Líquido da Autarquia.

A Recomendação 4 foi plenamente atendida no exercício de 2015. O SECON atualiza constantemente de forma online no SIAFI a relação dos fiscais nomeados.

Caracterização da recomendação do OCI			
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503546	3.1 Convênios de obras, serviços e de suprimento 3.1.1 Avaliação das transferências concedidas 3.1.1.3 Constatação Ausência de segregação de funções nas atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna.	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO			
Descrição da determinação/recomendação			
Recomendação 1: Avaliar o papel da Auditoria Interna na estrutura de governança da RBMLQ-I, consideradas questões de autonomia, independência e segregação de funções apontadas pela CGU.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
<p>Foram realizadas duas auditorias na RBMLQ-I que demonstram o pleno cumprimento dessa recomendação, respectivamente no Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia – IPEM/RO, de 5 a 9 de outubro de 2015, e no Instituto de Metrologia e Qualidade de Alagoas – INMEQ/AL, de 9 a 13 de novembro de 2015, em cumprimento à conclusão do Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) n.º 201504822, de 18 de setembro de 2015, cujo trecho abaixo transcrevemos:</p> <p><i>“[...] a Auditoria Interna se encontra adequada aos normativos vigentes, mas deve envidar esforços para diminuir o tempo de implementação das recomendações pelos órgãos delegados e <b>endereçá-las ao INMETRO</b>[...]”</i> [grifo nosso]</p> <p>Dessa forma, para cada uma dessas duas auditorias, foram emitidos 3 relatórios: um para o Órgão Delegado auditado, um para a Diretoria de Administração e Finanças – DIRAF, e outro para a Coordenação Geral da RBMLQ-I – CORED, com recomendações direcionadas a essas UP do INMETRO.</p>			

**Quadro -Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento**

Caracterização da recomendação do OCI																														
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência																											
201109372	1.2.2 Assunto - Remuneração, Benefícios e Vantagens 1.2.2.1 - constatação (028)	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015																											
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação																														
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO																														
Descrição da determinação/recomendação																														
<p>Recomendação 1:Finalizar a avaliação ambiental no Rio de Janeiro, com o objetivo de determinar os postos de trabalho que fazem jus aos adicionais de periculosidade e de insalubridade.</p> <p>Recomendação 2:Após a atualização do laudo de avaliação ambiental do Rio de Janeiro, promover as medidas necessárias à redução ou eliminação dos riscos e, se isso não for possível, emitir as portarias de localização dos servidores que fazem jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, promovendo as atualizações no cadastro do SIAPE.</p>																														
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas																														
<p>Seguindo a orientação da AUDIN, foram finalizadas em fevereiro de 2016, por autoridade competente, as avaliações de exposição a riscos no trabalho. A relação dos tipos de adicionais por motivo e a quantidade de servidores está descrita na tabela a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>TIPO DE ADICIONAL</th> <th>MOTIVO</th> <th>QTDE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>GRATIFICAÇÃO RAIOS-X</td> <td>RAIOS-X</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td rowspan="3">PERICULOSIDADE</td> <td>ALTA TENSÃO</td> <td>45</td> </tr> <tr> <td>INFLAMÁVEIS</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>EXPLOSIVOS</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td rowspan="5">INSALUBRIDADE</td> <td>BACTÉRIAS</td> <td>27</td> </tr> <tr> <td>RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE</td> <td>37</td> </tr> <tr> <td>AGENTE QUÍMICO</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>RESÍDUOS SÓLIDOS</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>RUÍDO CONTÍNUO</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td><b>TOTAL</b></td> <td></td> <td><b>187</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>Dos 187 servidores, há apenas três (3) casos com os laudos ainda não finalizados, por razões de força maior, programados para serem concluídos no primeiro semestre de 2016.</p> <p>Os atuais casos de exposição a riscos ocupacionais estão relacionados a situações previstas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e não podem ser eliminados no atual estado da arte. Os servidores são protegidos por intermédio do uso de equipamentos de proteção individual (EPI), como forma de prevenção e mitigação dos riscos.</p>				TIPO DE ADICIONAL	MOTIVO	QTDE	GRATIFICAÇÃO RAIOS-X	RAIOS-X	6	PERICULOSIDADE	ALTA TENSÃO	45	INFLAMÁVEIS	17	EXPLOSIVOS	10	INSALUBRIDADE	BACTÉRIAS	27	RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	37	AGENTE QUÍMICO	21	RESÍDUOS SÓLIDOS	8	RUÍDO CONTÍNUO	16	<b>TOTAL</b>		<b>187</b>
TIPO DE ADICIONAL	MOTIVO	QTDE																												
GRATIFICAÇÃO RAIOS-X	RAIOS-X	6																												
PERICULOSIDADE	ALTA TENSÃO	45																												
	INFLAMÁVEIS	17																												
	EXPLOSIVOS	10																												
INSALUBRIDADE	BACTÉRIAS	27																												
	RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	37																												
	AGENTE QUÍMICO	21																												
	RESÍDUOS SÓLIDOS	8																												
	RUÍDO CONTÍNUO	16																												
<b>TOTAL</b>		<b>187</b>																												

Caracterização da recomendação do OCI			
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201405733	1.1.1. Limites à competitividade 1.1.1.1. Constatação Ocorrência de direcionamento em contratações realizadas	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO			
Descrição da determinação/recomendação			
Recomendação 1: Apurar administrativamente a responsabilidade dos agentes que deram causa às ilegalidades apontadas.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
A recomendação foi encaminhada ao Presidente do INMETRO para instauração de processo para apuração de responsabilidade.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201405733	1.2.1 Inspeção Física da Execução 1.2.1.1 Constatação Pagamento a mais oriundo de quantitativo de empregados não previsto no termo de referência e de aplicação incorreta de percentuais sobre os encargos trabalhistas	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO			
Descrição da determinação/recomendação			
Recomendação 4: Promover a apuração de responsabilidade pelas inadequações observadas na quantificação da mão-de-obra e no pagamento dos encargos trabalhistas referentes ao Pregão 32/2013.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
A recomendação foi encaminhada ao Presidente do INMETRO para instauração de processo para apuração de responsabilidade.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201407264	1.1.1 Quantitativo de Pessoal 1.1.1.1. Constatação Utilização de terceirizados em atividades não previstas no Decreto 2.271/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços.	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO			
Descrição da determinação/recomendação			
Recomendação 1: Apurar administrativamente a responsabilidade dos agentes que deram causa às ilegalidades apontadas;			
Recomendação 2: Regularizar as situações concretas apontadas, retificando os contratos e afastando os empregados terceirizados de atividades estranhas ao preconizado no Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, bem como de atividades finalísticas, típicas de servidores públicos, com poder de fiscalização, coordenação e licenciamento.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Em 3 de março de 2016, foi sugerido ao Sr. Presidente do INMETRO a abertura de processo de Sindicância, por meio do memorando destinado ao Diretor de Administração e Finanças, visando apurar: a) quais funcionários terceirizados dos Contratos de terceirização vigentes exercem atividades em desacordo com as previstas no Decreto nº 2.271/1997; b) responsabilidade administrativa pelos casos em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997, relatados no Relatório de Auditoria da Controladoria Geral da União, datado de 29 de maio de 2015, e encaminhado pelo Ofício nº 12925/2015/NAC1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR; c) durante a sindicância, apurar em destaque os casos que envolveram a função de fiscal de contrato. Especialmente, com relação aos casos de fiscais, a Administração do INMETRO adotou as providências para sanar os casos irregulares, de forma que a planilha de controle de contratos e convênios sob a responsabilidade da DPLAN contempla os nomes de todos os fiscais e gestores de contratos, sendo todos servidores públicos.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201407264	1.1.1.2. Constatação Situações de nepotismo em afronta aos normativos vigentes, em especial o Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO			
Descrição da determinação/recomendação			
<p>Recomendação 1: Após as devidas apurações das situações e das respectivas justificativas, à luz da legislação vigente, regularizar os casos concretos apontados.</p> <p>Recomendação 2: Instituir mecanismos de controle que permitam à alta administração mitigar o risco de prática de nepotismo, considerando a parceria com instituições detentoras de bases de dados que permitam essas avaliações.</p>			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
<p>Em 17 de fevereiro de 2016, quando foi publicada a nova Estrutura Regimental do INMETRO (Decreto nº 8.671), deixaram de existir casos de nepotismo. Precaucionariamente, em 3 de março de 2016, foi reiterada solicitação aos fiscais de contrato para que verificassem se algum dos casos identificados pela CGU em seu relatório de 29 de maio de 2015 (supracitado) permanecia. Apenas uma pessoa da relação apresentada no Relatório da CGU de 19 de maio de 2015 permaneceu prestando serviço terceirizado, mas, após a alteração do Regimento Interno de 17 de fevereiro de 2016, o servidor do INMETRO, com cuja esposa a funcionária terceirizada mantém parentesco de sobrinha, deixou de ocupar cargo de confiança, descaracterizando o desrespeito ao Decreto nº 7.203, a partir de então. Como forma de prevenção do surgimento de novos casos de nepotismo, foi repassada, por intermédio do e-mail, orientação aos fiscais e gestores de contratos e convênios que exijam da empresa terceirizada a declaração dos funcionários sobre a inexistência de parentes lotados no INMETRO, em respeito ao contido no Decreto nº 7.203/2010, alertando-os para as implicações administrativas, cíveis e penais decorrentes da prestação de informações falsas. Estão sendo preparadas portarias para o caso acima e para que a posse de servidores, concursados ou em cargo de confiança, seja acompanhada de declaração do servidor em reciprocidade àquela exigida do funcionário terceirizado.</p> <p>Quanto à Recomendação 2, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) ficou incumbida de convidar autoridades no tema da prevenção de nepotismo, por exemplo da CGU, para palestrar sobre os mecanismos de prevenção.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Identificação do Relatório de Auditoria	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201407264	2.1.1 Inspeção Física da Execução 2.1.1.1 Constatação Ação deficiente da fiscalização dos contratos do INMETRO	Ofício nº 27.527/2015/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 26/11/2015	2/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO			
Descrição da determinação/recomendação			
Recomendação 1: Apurar administrativamente a responsabilidade dos agentes que deram causa as ilegalidades apontadas, em especial a nomeação de terceirizados na função de fiscal de contratos.			
Recomendação 2: Regularizar e adotar medidas administrativas que evitem a ocorrência das situações concretas apontadas, em especial os contratos fiscalizados por pessoa sem vínculo com a Administração, falta de designação de fiscal, concentração de fiscais e deficiência na transparência.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Em 3 de março de 2016, sugeriu-se ao Sr. Presidente do INMETRO a abertura de processo de Sindicância, por meio do memorando destinado ao Diretor de Administração e Finanças, visando apurar: a) quais funcionários terceirizados dos Contratos de terceirização vigentes exercem atividades em desacordo com as previstas no Decreto nº 2.271/1997; b) responsabilidade administrativa pelos casos em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997, relatados no Relatório de Auditoria da Controladoria Geral da União, datado de 29 de maio de 2015, e encaminhado pelo Ofício nº12925/2015/NAC1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR; c) durante a sindicância, apurar em destaque os casos que envolveram a função de fiscal de contrato. Especialmente, com relação aos casos de fiscais, a Administração do INMETRO adotou as providências para sanar os casos irregulares, de forma que a planilha de controle de contratos e convênios sob a responsabilidade da DIRAF contempla os nomes de todos os fiscais e gestores de contratos, sendo todos servidores públicos.			

### 8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

#### XXXI - Quadro - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
3	0	0	0	0	0	0	1	0

\* Foi instaurada TCE na SUR/GO mediante a Portaria INMETRO nº 274, de 9 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 11 de junho de 2015. Cabe esclarecer que não se trata de convênio. O processo ainda não foi encaminhado porque a Comissão não obteve junto à empresa EMBRATEC, contratada pela SUR/GO, as informações necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

#### 8.4 Informações sobre as ações de Publicidade e Propaganda

##### XXXII - Quadro - Despesas com Publicidade e Propaganda

<b>Publicidade</b>	<b>Programa/Ação orçamentária</b>	<b>Valores empenhados</b>	<b>Valores pagos</b>
Institucional	Programa 2121/Ação 2000 Administração da unidade	1.175.369,00	1.034.682,00
Legal	-	-	-
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	Programa 2055/Ação 20TV Serviço de Metrologia e Qualidade	28.705,45	28.705,45

**Fonte dos dados: SIPLAN em 22/2/2016**

As despesas citadas referem-se à gestão de relações institucionais com mídia, jornais e relações públicas. As despesas com Utilidade pública foram realizadas pela Superintendência de Goiás-SUR/GO.

## RELATÓRIOS PARECERES E DECLARAÇÕES

### 9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

#### 9.1 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA- INMETRO

#### DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão relativos ao pessoal do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA- INMETRO estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71, da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Duque de Caxias, 11 de março de 2016.

ALVARO LUIZ BORGES BALÃO

CPF: 697.785.157-00

Chefe da Divisão de Administração de Pessoas,  
Segurança e Saúde Ocupacional do INMETRO



Divisão de Planejamento e Articulação Institucional - DPA  
Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CGEP  
Divisão de Administração de Pessoas, Segurança e Saúde Ocupacional - DAPSO  
Endereço: Av. N. S. dos Graças, 88 - Vila Operária - CEP. 25250-020 - Duque de Caxias - RJ  
Telefone: (021) 2679 9332 - Rural 9333 - Fax: - Email: dpa@inmetro.gov.br  
NIG-Grupos-437 - Rev. 09 - Apr. Ago/11 - Pg. 02/02  
Núcleo de Dados NIG-Grupos-430

## 9.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA- INMETRO

### DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do **INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA- INMETRO**, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Divisão de Administração de Pessoas, Segurança e Saúde Ocupacional, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Duque de Caxias, 11 de março de 2016.

**ALVARO LUIZ BORGES BALÃO**

CPF: 697.785.157-00

Chefe da Divisão de Administração de Pessoas,  
Segurança e Saúde Ocupacional do INMETRO



Departamento de Planejamento e Articulação Institucional – Dpai  
Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – Cogepe  
Divisão de Administração de Pessoas, Segurança e Saúde Ocupacional – Dapso  
Endereço: Av. N. S. das Graças, 96 - Vila Operária - CEP 25250-020 - Duque de Caxias - RJ  
Telefone: (201) 2479-3332 - Ramal 5533 - Fax: E-mail: dapso@inmetro.gov.br  
NCCO-Gestão-007 - Rev. 05 - Ago. 2011 - Pg. 01/01  
Tema de Origem: NCCO-Gestão-008

### 9.3 Declarações de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

a) sobre a informações de execução física e financeira das ações da LOA



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

## DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016.

MARCOS AURÉLIO LIMA DE OLIVEIRA  
CPF – 668.278.637-87  
Diretor de Administração e Finanças  
INMETRO



Diretoria de Administração e Finanças – Diraf  
Endereço: Av. Nossa Senhora das Graças, 50 - Xerém-Duque de Caxias/RJ CEP: 25250-020  
Telefones: (0xx-21) 2679-9300 - Fax: 2679-1812 – e-mail: diraf@inmetro.gov.br  
MOD-Gabin-007 – Rev. 05 - Apr. Nov/14 – Pg. 01/01  
Norma de Origem NIG-Gabin-030

b) sobre as informações para o monitoramento do PPA.



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

## DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016.



MARCOS AURÍLIO LIMA DE OLIVEIRA  
CPF – 668.276.637-87  
Diretor de Administração e Finanças  
INMETRO



Diretoria de Administração e Finanças – Diraf  
Endereço: Av. Nossa Senhora das Graças, 50 - Xerém-Duque de Caxias/RJ CEP: 25250-020  
Telefones: (0xx-21) 2679-9300 - Fax: 2679-1812 – e-mail: diraf@inmetro.gov.br  
MOD-Gabin-007 – Rev. 06 - Apr. Nov/14 – Pg. 01/01  
Norma de Origem NIG-Gabin-030

9.4 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>DECLARAÇÃO COM RESSALVA</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>		
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO	183023		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes no Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) Registro de Dívida Ativa e créditos a receber: as informações constantes no Sistema Siafi encontram-se divergentes em relação aos valores existentes no Sistema de Gestão Integrada do INMETRO. Apesar da implantação do Sistema SGI nos órgãos da RBMLQ-I, o Serviço de Contabilidade ainda não recebeu as informações pertinentes sobre os créditos a receber e a Dívida Ativa.</p> <p>Convém informar, que técnicos do Serviço de Contabilidade do Inmetro, participaram de reuniões com representantes da Procuradoria Federal, atuantes na sede do Inmetro; com representantes do sistema SGI e também com representantes da assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, na tentativa de adequar o sistema SGI, para prestar as informações necessárias acerca dos registros inerentes à execução dos valores relativos aos créditos a receber e dívida ativa de todo o INMETRO, inclusive dos órgãos integrantes da RBMLQ-I, entretanto, ainda não obteve êxito. Em reunião realizada na sala de reuniões da Diraf/Inmetro, em 28 de outubro de 2015, o senhor Cláudio William da Conceição Barreto, Assessor da Diraf afirmou que os registros seriam iniciados a partir de janeiro de 2016.</p> <p>b) Bens de propriedade do Inmetro. O Serviço de Contabilidade do Inmetro ainda não recebeu o resultado do trabalho da Comissão responsável pela Reavaliação de Bens do Inmetro.</p> <p>c) Relatório de Bens Patrimoniais: O Serviço de Contabilidade ainda não recebeu o resultado do trabalho referente aos Inventários de Bens relativos aos exercícios de 2011 a 2014, impossibilitando que seja verificado se os valores constantes no Balanço refletem a realidade dos bens de titularidade do Inmetro.</p> <p>d) Em relação às restrições existentes no sistema Siafi, temos a informar o que se segue:</p> <p>Restrição 713 – VPA A CLASSIFICAR: procedemos às retificações no SISGRU, porém estas não impactaram no SIAFI. Manteremos contato com técnicos da STN na tentativa de solucionar o problema.</p> <p>Restrições 737 – DESPESA INDENIZAÇÃO MORADIA X CONTROLE DE BENEFICIÁRIOS e 701 – OUTROS BENEFÍCIOS A PESSOAL: Durante o exercício solicitamos aos técnicos responsáveis pela execução que efetuassem o acerto, porém este não foi feito. Comunicaremos ao Chefe imediato para que este adote as providências cabíveis.</p> <p>Restrição 754 – PASSIVO FINANCEIRO – FONTE A CLASSIFICAR: Trata-se de saldos na Fonte 190. Envidamos os esforços no sentido de identificar o código de GRU correto, mas não tivemos êxito. Manteremos contato, mais uma vez com a área responsável com vistas a obter a informação correta.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Duque de Caxias	<b>Data</b>	18 de janeiro de 2016.
<b>Contador Responsável</b>	Rita de Cássia 	<b>CRC n.º</b>	71.530-0